

Universidade Federal de Juiz de Fora
Pós-Graduação em Ciências Sociais
Mestrado em Ciências Sociais

Luiz Vicente Fonseca Ribeiro

ANÁLISE DE CLASSE E POBREZA NO BRASIL

Juiz de Fora
2011

Luiz Vicente Fonseca Ribeiro

Análise de Classe e Pobreza no Brasil

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, área de concentração: Desigualdade Social e Políticas Públicas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. José Alcides Figueiredo Santos.

Juiz de Fora

2011

Luiz Vicente Fonseca Ribeiro

Análise de Classe e Pobreza no Brasil

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, área de concentração: Desigualdade Social e Políticas Públicas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

Aprovada em 13/05/2011.

BANCA EXAMINADORA

Professor Doutor José Alcides Figueiredo Santos (Orientador)

Universidade Federal de Juiz de Fora

Professora Doutora Patrícia Sonia Silveira Rivero

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Professor Doutor Fernando Tavares Junior

Universidade Federal de Juiz de Fora

À minha família que sempre incentivou meu sonho e deu o suporte necessário para a realização.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador José Alcides Figueiredo Santos, que tornou possível e palpável a realização do projeto, apoiou, incentivou e guiou o caminho. Aos colegas do mestrado e doutorado, em especial: Aline e Renata, sem as quais não teria nem mesmo ingressado no programa; Virgínia, Alânia e Marcelo; Beth, Bárbara, Rodrigo, Meg, Carol e João Paulo; Carlos, Gabi e Rodrigo. Aos professores do PPGCSO da Universidade Federal de Juiz de Fora pelos bons conselhos, instruções e esclarecimentos, em especial: Gaio, João, Condé, Rubinho, Raul e Gilbertão. Aos professores Fernando e Patrícia por aceitarem participar da banca examinadora, a qual foi um importante momento de crítica e reflexão acerca do trabalho realizado. À coordenação da pós-graduação. Ao secretário da pós-graduação Chico que sempre esteve pronto a ajudar com eficiência e disposição. Aos meus queridos pais, Luiz e Deolinda, e também a minha irmã Lívia, pelo amor, apoio e incentivo. A eles dedico inteiramente este trabalho. À Mari, que sempre me encorajou e apoiou em todas as horas, sempre com uma palavra de incentivo. A toda minha família, meus amigos e amigas de Itanhandu, Ouro Preto e Juiz de Fora, que mesmo à distância, estiveram presentes. À Universidade Federal de Juiz de Fora e ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Ao órgão financiador da bolsa de Mestrado, a FAPEMIG.

“O mundo não pode ser mudado racionalmente a menos
que seja adequadamente interpretado” (Roy Bhaskar)

RESUMO

Esta dissertação consiste em uma revisão de literatura acerca das abordagens de diferentes perspectivas sobre o fenômeno da pobreza. Está na agenda da discussão teórica e metodológica o objetivo de estabelecer outra forma de definir e mensurar o fenômeno da pobreza. Para isso foi preciso vencer proposições das demais perspectivas e suas respectivas abordagens. A Perspectiva Econômica, com a abordagem através da dimensão da renda, a Perspectiva Sociológica com base no estruturalismo marxista ortodoxo e também aquela racionalidade culturalista que foca sua abordagem no conceito de subculturas de classe e má-adaptação, a Perspectiva de Amartya Sen e sua dimensão cognitiva focada em seu conceito de capacidades. O objetivo foi o de propor uma estratégia analítica que focaliza o que determina os resultados materiais obtidos pelas pessoas em uma economia de corte capitalista. O realismo crítico foi adotado como suporte metotórico de toda a pesquisa. A hipótese foi de que um modelo de classes bem construído responde melhor aos dilemas presentes no amplo campo do tema escolhido porque este tipo de perspectiva encontra respostas que estão arraigadas na estrutura do mundo e ao colocar-se em primeiro plano o tema geral da pobreza, a classe detém uma importância explicativa primordial porque o aspecto material é o único fator ao qual pode-se atribuir uma primazia causal. As privações geradas pela exclusão de ativos em um sistema capitalista não são simplesmente um infeliz subproduto da busca do lucro capitalista, eles são uma condição necessária para esta perseguição.

Palavras-chave: Pobreza. Classe. Posições de classe.

ABSTRACT

This dissertation is a literature review of approaches from different perspectives on the phenomenon of poverty. Theoretical and methodological discussions are on the agenda of economists and sociologists in order to establish another way of defining and measuring the phenomenon of poverty. For this proposition was necessary to overcome the remaining areas and their approaches. The Economic Perspective and the approach through the income paradigm, the Sociological Perspective on the basis of orthodox Marxist structuralism and also that his culturalist rationality approach that focuses on the concept of subcultures of class and poor adjustment, as Amartya Sen and his concept of capabilities. The objective was to propose an analytical strategy that focuses on determining the substantive results obtained by people in a capitalist economy. Critical realism has been adopted as metateoric support of the research. The hypothesis was that a class model better respond to the dilemmas present in the broad field of the theme chosen. This perspective finds answers that are embedded in the structure of the world and place itself in the foreground of the general topic of poverty. The class holds a primordial explicative importance because the material aspect is the only factor that can be assigned as a asymmetric cause. The deprivations created by the exclusion of assets in a capitalist system are not simply an unfortunate byproduct of the capitalist pursuit of profit, they are a necessary condition for this pursuit.

Keywords: Poverty. Class. Class positions.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	Pág. 10.
CAPÍTULO UM - Perspectiva Econômica: Renda.....	Pág. 20.
CAPÍTULO DOIS - Perspectiva Sociológica: Classe.....	Pág. 36.
CAPÍTULO TRÊS - Perspectiva Sociológica: Subcultura	Pág. 44.
CAPÍTULO QUATRO - Perspectiva de A. K. Sen: Capacidade	Pág. 60.
CAPÍTULO CINCO - Perspectiva Sociológica de Classe Ampliada.....	Pág. 69.
CONCLUSÃO	Pág. 100.
BIBLIOGRAFIA	Pág. 110.

INTRODUÇÃO

Há um interesse crescente não apenas entre os cientistas sociais em questões que se referem ao tema da pobreza. É possível notar, por exemplo, que na página principal do sítio *online* do Banco Mundial o *slogan* logo abaixo do título é, em tradução livre: “Trabalhando por um mundo livre da pobreza”. A importância que tomou tal assunto se deve principalmente ao aumento expressivo da pobreza nas últimas décadas e à visibilidade que esta atingiu com o processo de globalização (GRUSKY e KANBUR, 2006, p.1). Não só para o mundo, mas principalmente para o Brasil, após a posse da presidente Dilma Rousseff ficou clara a importância deste tema para o país. Em seu discurso de posse a presidente afirma “A luta mais obstinada do meu governo será pela erradicação da pobreza extrema...”, em outro trecho diz “...temos que combater a miséria, que é a forma mais trágica de atraso...”. A presidente em seu primeiro pronunciamento nacional reafirmou o compromisso com o combate à pobreza, e mais do que isso, ao lançar a sua nova logomarca o governo federal expôs o novo *slogan* que irá acompanhar o mandato da presidente: “País rico é país sem pobreza”.

O tema da pobreza desde muito tempo é frequente nas ciências sociais, apesar de que muitas vezes apenas esteja associado a outros objetos de estudo. Porém, com o erigir de tal objeto a problema social torna-se necessário que este seja explorado também em sua dimensão macro, tal como já ocorre na produção de grande parte dos economistas (LEITE LOPES e ALVIM, 2005, p.181; GRUSKY e KANBUR, 2006, p.2). Está na agenda tanto da sociologia quanto da economia a discussão teórica e metodológica que tem por objetivo inaugurar outra lógica para definir e mensurar o fenômeno da pobreza.

Seguindo essa tendência esta dissertação tem por objetivo propor uma forma de abordar o fenômeno da pobreza. O objetivo não é só o de propor, mas também defender, diante de outras formas, uma estratégia sociológica que focalize o que determina o resultado e não o resultado em si. A maior parte dos trabalhos sobre o tema da pobreza – dos quais esta dissertação quer se distinguir e pretende se contrapor – focalizam unicamente a dimensão da renda em suas análises (SEN, 2008, p.39; BOURGUINON, 2006, p.76). Para que tal estratégia seja colocada a primeira batalha se trava na dimensão conceitual. As teorias são compostas de conceitos, das relações entre conceitos e formulações que especificam as razões que presidem as relações entre os conceitos. Conceito é um símbolo que representa uma idéia sobre um fenômeno. As pessoas usam conceitos todo dia para lidar com a complexidade do mundo ao categorizar o que é encontrado na realidade de acordo com certas propriedades que são julgadas importantes. Os conceitos nas ciências sociais destacam atributos que são

relevantes para qualificar e diferenciar fenômenos que existem no mundo social, no caso deste trabalho trata-se especificamente da pobreza.

A formação de um conceito refere-se ao processo de ajustar termos, referentes e atributos definidores com o objetivo de maximizar o desempenho do conceito na investigação empírica sistemática. É necessário considerar três dimensões ao pensar a formação dos conceitos: um termo ou palavra (dimensão linguística ou significante), uma definição (dimensão ideativa ou de significado) e um referente empírico (dimensão fenomênica). Especificamente, trata-se de como é possível fazer conexões entre o mundo fenomenal, o presumido objeto-problema da ciência social e o mundo linguístico em que a ciência social toma forma (GERRING, 2001, p.35). A formação de conceitos, portanto, está no coração de todos os esforços das ciências sociais (GERRING, 2001, p.35). É impossível realizar o trabalho sem usar conceitos e mais importante do que isso, os conceitos não são estáticos e, portanto, os trabalhos sobre um determinado objeto necessariamente envolvem a reconceptualização desse mesmo objeto (GERRING, 2001, p.35). O progresso das ciências sociais, em vista disso, é inevitavelmente ligado à reconstrução de conceitos através dos quais buscamos compreender a realidade (WEBER, 1949, p.105-6 *apud* GERRING, 2001, p.35).

Especificando melhor o plano de trabalho é preciso afirmar que o tema geral é a pobreza, sob o enfoque das ciências sociais e mais nomeadamente da sociologia, sem, é claro, deixar de lado as importantes contribuições oferecidas pela economia. O problema é se a abordagem da teoria de análise de classes, ou seja, a utilização do conceito de exclusão de ativos e sua ampliação criativa para a noção de posições destituídas de classe, localizações de indivíduos e/ou famílias em posições de classe destituídas, é ou não uma estratégia analítica de melhor qualidade quando comparada à das demais perspectivas.

O realismo crítico, ou realismo causal, será adotado como suporte meta-teórico de toda a pesquisa. Acredita-se que a única saída para a fragmentação, perda do potencial explicativo e perda da relevância social que acometem as ciências sociais é a adoção do realismo crítico como meta-teoria. Conforme a sugestão de Roy Bhaskar durante a XII Conferência da Associação Internacional para o Realismo Crítico, realizada em julho de 2009 na cidade de Niterói-RJ, nesta meta-teoria o argumento não deve ser “pró ontologia”, mas sim “por uma nova ontologia”. Não há uma grande teoria total nem unificadora capaz de dar acesso aos níveis subjacentes dos fenômenos em um mundo tão estruturado. Neste mundo multifatorial, multicausal, onde diversos processos se desenrolam, essência e aparência não coincidem e por isso é necessária a reunião de evidências que demonstrem e expliquem a realidade. E para que seja possível o levantamento de evidências empíricas robustas é necessária a formulação de

conceitos coerentes, válidos, úteis, ressonantes e operacionalizáveis. Uma abordagem ontológica, realista e causal dos conceitos considera que o desenvolvimento de um conceito não se restringe a uma simples clarificação semântica e ao oferecimento de uma definição. Uma visão ontológica focaliza os elementos constitutivos fundamentais de um fenômeno. Os conceitos são elementos essenciais para organizar racionalmente a investigação empírica visando à descrição e a explicação dos fenômenos sociais.

A aceitação de princípios ontológicos básicos não deve ser arbitrária, nem estes princípios devem ser escolhidos ao acaso, esta solução deve estar ancorada no acúmulo de conhecimento proporcionado pela ciência moderna. Thomas Brante (2001, p.14) ajuda ao elencar alguns princípios do realismo causal. Em primeiro lugar e mais fundamental para o avanço nas ciências sociais está o princípio ontológico, ou seja, é preciso assumir que existe uma realidade independente das nossas representações ou da nossa consciência dela. Isto implica dizer que a realidade existe por si só e esta realidade é “conhecível”, o que se desdobra na afirmação de que a ciência não se esgota em si mesma, é extralinguística e tem algo a dizer para a sociedade. Brante (2001, p.14) ainda relata estes outros: princípio ontológico para as ciências sociais, ou seja, existe uma realidade social independente das nossas representações ou da nossa consciência dela; princípio epistemológico, onde, é possível adquirir conhecimentos relativos a essa realidade; e, finalmente, princípio metodológico, que consta da afirmação de que todo conhecimento é falível, e corrigível.

Através do compartilhamento destes pressupostos gerais desta meta-teoria é possível avançar sobre outras noções importantes para este trabalho. A noção de causalidade aqui, e para o realismo crítico, não é determinística. A causalidade não deve ser compreendida de uma forma positivista, onde só há uma conexão causal quando houver uma conjunção constante de condições, eventos ou fatores. É admitida uma variação, conforme o contexto. Esta é uma idéia mais permissiva de causalidade, há uma dependência do contexto. Os efeitos são condicionais, o que existem são tendências, o mundo é um mundo de propensões. Mas, não é a única tarefa do cientista social apenas relatar as regularidades. Necessário se faz estabelecer as conexões de sentido entre estas.

Outra noção importante é a de realidade estruturada em diversos níveis, ou seja, o mundo social está estratificado em diversos níveis autônomos e não redutíveis uns aos outros. Estes níveis também não são definidos de forma arbitrária, mas conforme o acúmulo das ciências sociais. Brante (2001, p.21-27) propõe a estratificação em cinco níveis: individual, interindividual, institucional, interinstitucional e internacional. Estes níveis podem ser combinados ao longo de um eixo que compreende a estrutura social, estrutura cultural e o

ator. No caso deste trabalho a exposição se desenvolverá primordialmente no nível nacional (ou interinstitucional como prefere Brante) associado com a preocupação acerca da estrutura social, apesar de algumas das perspectivas aqui apresentadas optarem por outras combinações.

A seguir, é apresentada a estrutura lógica da pesquisa que tem a pretensão de afirmar que um modelo de classes bem construído responde melhor aos dilemas presentes no amplo campo do tema escolhido, não deixando de lado as críticas já citadas e outras que serão apresentadas oportunamente. Isto porque este tipo de perspectiva encontra respostas que estão arraigadas na estrutura do mundo social e, portanto, não dependem completamente de formulações abstratas. Apesar do otimismo inicial, o trabalho é árduo e para transformar estas formulações iniciais em afirmações verdadeiras e aceitas é preciso vencer as proposições anteriores. Assim, esta dissertação se dividirá conforme segue: Capítulo Um - Perspectiva Econômica, Renda; Capítulo Dois - Perspectiva Sociológica, Classes; Capítulo Três - Perspectiva Sociológica, Subculturas; Capítulo Quatro - Perspectiva de Amartya Kumar Sen, Capacidades; Capítulo Cinco - Perspectiva Sociológica de Classes Ampliada; e finalmente, Conclusão. Abaixo segue um breve resumo do que será tratado em cada capítulo.

A perspectiva econômica é tratada aqui, em um trabalho sociológico, em razão de sua hegemonia quando se trata de pobreza, indicadores de pobreza e tudo que se relaciona ao tema; por isso também é a primeira. O paradigma da renda, conforme Sen (2008, p.39) e Bourguignon (2006, p.76), é o mais amplamente aceito e inspira a maior parte dos estudos na área. Grande parte da literatura econômica sobre a pobreza depende da definição dos pobres a partir de seu padrão de vida, expresso em alguma métrica monetária, normalmente o rendimento ou a despesa de consumo *per capita*, que está abaixo de um nível arbitrariamente predeterminado, a denominada “linha de pobreza”. A “linha da pobreza” identifica quem seriam os pobres e o procedimento seguinte é a agregação dos parâmetros estatísticos destes pobres para então derivar um índice global de pobreza. Mas, conforme bem explica A. K. Sen no livro “Desigualdade Reexaminada” (2008, p.169), essa contagem e o cálculo da taxa de incidência não são completamente satisfatórios. Outras questões emergem, por exemplo, qual a distância destas pessoas da linha de pobreza ou qual a distribuição de renda entre os pobres.

Para responder estas questões e outras que foram surgindo, desenvolveram-se na ciência econômica outros indicadores além do *headcount* (H) – que corresponde à taxa de incidência mencionada acima –, como o *income gap* (I), que mede a renda adicional que seria necessária para elevar todos os pobres até o nível da linha da pobreza. O passo seguinte, já que I é completamente insensível ao número de pessoas abaixo da linha da pobreza, foi juntar estes dois parâmetros estatísticos em um só, ou seja, H mais I que poderiam fornecer uma base

informacional adequada para a medição da pobreza. Porém, nenhuma destas medidas (H, I ou HI) está apta a mensurar a distribuição de renda entre os pobres. Sendo assim, resta resolver então, o problema da desigualdade entre os pobres. Sen propôs um parâmetro estatístico que fosse sensível a este problema, chamou-o “D”, mas poderia ser identificado como o amplamente conhecido “índice de Gini” (G). De tal modo, uma medida agregada da pobreza derivava de uma função “P” de H, I e G. Todo este exercício tem um “porém”, há de se tomar como pressuposto que baixa renda é a melhor concepção de pobreza. Por fim, o que foi chamado depois de medida de Sen da pobreza contava com a ordenação dos pobres em um *ranking*, onde os “mais pobres” teriam um peso ponderado maior do que os pobres “mais ricos”. Esta última é a contribuição chave dada por A. Sen no que se refere à economia.

David Brady (2003, p.720) no *paper* “*Sociological Measurement of Poverty*” também nos dá uma idéia do que foi essa evolução dos parâmetros de mensuração da pobreza. Trata destes mesmos indicadores já descritos, mas coloca algumas outras questões tais como: as medidas de pobreza devem ser desenvolvidas de forma que possam garantir uma efetiva comparação histórica dos níveis de pobreza? A mensuração é mais acertada se forem adotadas preferencialmente medidas relativas ao invés de absolutas? A pobreza é melhor concebida como exclusão social? Deve-se levar em consideração nos estudos sobre pobreza o impacto dos impostos, transferências e benefícios estatais? Estas questões colocadas por D. Brady, bem como uma visão um pouco mais aprofundada sobre os indicadores econômicos da pobreza serão tratadas com maior profundidade no capítulo específico. O que importa é notar como se empenhou e se desenvolveu o pensamento econômico ao se debruçar sobre o tema da pobreza, passando da mais modesta percepção sobre as privações que atingem a vida de pessoas pobres para conceitos e indicadores formulados por teorias de alta complexidade.

A perspectiva sociológica se contrapõe à abordagem dominante da perspectiva econômica com base no argumento de que o paradigma da renda impõe uma lente muito abstrata, analítica e estatística em um mundo multidimensional e institucionalmente muito estruturado (GRUSKY e KANBUR, 2006, p.15). Neste campo, o pressuposto é de que a pobreza pode ser melhor compreendida através de modelos de classes, estes que dividem a população em categorias distintas e exclusivas com a vantagem de que o enfoque presta atenção às relações existentes na sociedade. Outro benefício analítico que esta perspectiva traz é o de não considerar os indivíduos como unidades isoladas umas das outras. Classe é compreendida aqui basicamente como uma noção relacional e a posição do indivíduo é determinada por este *status* vinculado ao sistema social de produção e distribuição. Não há aqui uma descontinuidade ou uma linha a ser traçada. As pessoas pobres podem ser

identificadas como aquela parcela da população que se encontra nas categorias localizadas na base da estrutura social. Estas subclasses, ou classes baixas, fazem parte de uma estrutura maior de classes, são o segmento permanentemente oprimido e visto como desnecessário e indesejável (GLASGOW, 1980, p.3 *apud* MARKLUND, 1990, p.128). Para este trabalho, a perspectiva sociológica vai ser dividida em duas vertentes distintas que se objetam, uma abordagem mais ligada ao conceito de classe propriamente dito e outra mais ligada ao conceito de subculturas.

A perspectiva sociológica mais ligada ao conceito de classe é herdeira direta das teorias dos chamados pais fundadores das ciências sociais, em especial para este tema os alemães Karl Marx e Max Weber. Ao longo do último século o debate em torno da classe desdobrou-se do trabalho de ambos, que ainda são fontes de inspiração para a reflexão sociológica contemporânea. No entanto, a matriz teórica dos clássicos da sociologia não é mais suficiente para compreender as especificidades dos problemas contemporâneos. Mas, também não é possível relegar aos clássicos apenas uma importância inspiradora. Há que se falar então em tradições de pesquisa inauguradas com base no trabalho destes autores, uma tradição marxista e uma tradição weberiana. A matriz de classes clássica é o estruturalismo marxista que não se atém ao indivíduo como unidade analítica. Está mais preocupada com a posição social que este ocupa e com as circunstâncias objetivas que advém desta posição. Importante são as condições estruturais que a posição social reúne, pois elas definem as chances de vida. As oportunidades de vida são, portanto, estruturadas socialmente.

Para a tradição weberiana, a classe era mais um indicador de chances de vida, referindo-se principalmente à “chance típica” de obtenção de bens, condições externas de vida e experiências pessoais de vida. O pertencimento a uma classe seria para esta tradição mais um indicador de capacidades, ao invés de um indicador de resultados obtidos. Na modelagem clássica, indivíduos distribuídos dentro das classes que compõem a estrutura social têm dotações e obtêm resultados que estão perto das médias vigentes para suas classes. A população é dividida em categorias definidas principalmente pelas várias características do trabalho, como a ocupação, *status* de emprego, etc. No caso das classes que se encontram na base da distribuição, o que a literatura sociológica estrangeira chama de *underclass*, o “pacote” de dotações e resultados combina: investimentos mínimos em ensino, oportunidades limitadas de qualificação para o trabalho, pouca ou nenhuma possibilidade de obtenção de credenciais, participação no mercado de trabalho de forma intermitente e pouco marcante, pouca ou nenhuma oportunidade de autoridade ou de autonomia no trabalho realizado, precárias condições de saúde, baixa renda e muita depreciação social. Nesta visão não estão

incorporadas as dimensões culturais ou as práticas sociais, o que levou alguns autores a criticarem esta visão acusando-a de mecanicista e a construir uma noção que explorasse estes outros aspectos no estudo das classes.

Para a perspectiva sociológica ligada ao conceito de subcultura, a idéia é que as culturas específicas de cada classe são a característica definidora do sistema de classes. As formas em que a classe “fecha-se em si mesma” geram estas culturas de classe específicas. As duas principais formas pelas quais elas se fecham são a segregação no espaço de trabalho e a segregação residencial. Mas é claro que para a análise da base da estrutura social a forma mais importante de “fechamento” é a segregação residencial, já que as classes baixas estão pouco ou nada ligadas ao mercado formal de trabalho – onde se constituem as associações profissionais, sindicatos, etc. No caso das classes baixas a convivência nos guetos urbanos, favelas, etc., implicam também na distância espacial e isolamento do que geralmente é chamado de cultura dominante. A relação que se estabelece entre estas culturas específicas ou como podem melhor ser mencionadas aqui, subculturas, e as condições estruturais que a situação de classe implica é o principal campo de pesquisa desta perspectiva. As considerações sobre meios e fins prescritos culturalmente e culturas adaptadas e mal-adaptadas resumem bem os caminhos utilizados pelos pesquisadores que abraçaram esta perspectiva e serão abordadas mais aprofundadamente no terceiro capítulo. A adoção destes critérios e do conceito de pesquisa provém das formulações da antropologia social quando do estudo de minorias étnicas (MARKLUND, 1990, p.128). Os padrões culturais das classes baixas são aqui interpretados como um ajuste a forças externas. Sendo assim, as dotações e resultados obtidos nestes estratos levam a uma efetiva redução das possibilidades de participação na economia e na sociedade como um todo (MARKLUND, 1990, p.129). Estas idéias serão discutidas mais apropriadamente no capítulo três.

A quarta perspectiva a ser analisada decorre das importantes contribuições do economista indiano Amartya Kumar Sen. Seu trabalho se caracteriza por uma abordagem interdisciplinar que mescla elementos tanto da economia quanto da sociologia. Sen é um autor importante para a reflexão desenvolvida aqui, devido à qualidade e à originalidade de seus escritos. Seu trabalho influencia substantivamente as análises e programas de organismos como o Banco Mundial e a Organização das Nações Unidas. Sen é um economista liberal, no sentido clássico do termo, mas sua origem o ajuda a ter uma visão heterodoxa. Encara o problema da pobreza de um observatório particular por ser um economista indiano, mas não opera conceitos como opressão ou exploração.

O conceito chave construído por ele é o de capacidades, uma concepção da igualdade de oportunidades que traz a relevo também a idéia de liberdade. A idéia é de que, como o próprio Sen diz, uma vida boa é uma vida com escolhas genuínas. As capacidades são então poderes para fazer ou deixar de fazer, ou melhor, poderes para realizar funcionamentos importantes. O conceito de capacidade aqui não tem o sentido corriqueiro, também implica em ter a oportunidade e reflete liberdade substantiva. Ter a capacidade para Sen significa: “ser capaz de”, dada a real oportunidade, escolher entre realizar ou não realizar um funcionamento, ou ainda, a possibilidade de realizar um funcionamento alternativo. A capacidade também pode ser representada como um conjunto a partir do qual alguém escolhe entre pacotes alternativos de funcionamentos. Para esclarecer, funcionamento é o primeiro conceito para se compreender a teoria de Sen e é fundamental para a abordagem a partir do conceito de capacidades. Funcionamentos referem-se a atividades ou estados de existência do ser que uma pessoa pode realizar em sua vida. Sen por vezes abrevia para: ações ou estados que uma pessoa realiza ao viver. Como exemplo de funcionamentos tem-se respectivamente: ver, comer, estudar ou estar livre de doenças, não estar envergonhado pela pobreza da roupa vestida, etc. Daí se deriva: uma pessoa pode realizar um funcionamento, ou seja, os indivíduos têm a capacidade de realizar funcionamentos. Esta perspectiva decorre das formulações que Sen construiu a partir de suas reflexões e críticas ao paradigma da renda. A saída proposta envolve o deslocamento da variável focal – que pode ser a renda, ou oportunidade, ou liberdade, etc. –, para capacidades. Assim são privilegiados os estados e ações que uma pessoa realiza ao viver. A análise e comparação devem ser feitas tomados os funcionamentos que uma pessoa pode realizar.

Para a análise da pobreza, Sen (2008, p.180) afirma que a escolha do espaço, renda ou capacidade, é um ponto central na identificação de quem é pobre e na agregação da informação sobre os estados de quem assim foi identificado. Para ele, a pobreza deve ser tomada como a privação de algumas capacidades básicas, necessárias para realizar funcionamentos considerados mais importantes. Aqui é possível notar a originalidade do trabalho de Sen, uma nova forma de se conceber a pobreza, construída a partir de suas críticas à abordagem dominante. Esta é, em resumo, a contribuição de A. K. Sen que será melhor desenvolvida em capítulo específico.

O quinto capítulo vai tratar da pobreza a partir de uma perspectiva de classes, mas, o que é chamado aqui de perspectiva de classes ampliada pode ser também chamado de perspectiva de classes estendida. Isto porque não reproduzirá os antigos esquemas de classe, também não permanecerá apenas reafirmando a importância do conceito de classe e dos

modelos produzidos pela tradição de análise de classes e nem se esquivará das críticas que já foram dirigidas a esta perspectiva. Entre as balizas da tradição marxista alguns autores modernos formularam soluções para a construção de modelos de classe que podem responder os dilemas enfrentados por ocasião do estudo do tema da pobreza. A pretensão aqui não é construir um modelo de classes, mas sim utilizar-se de um para responder ao problema da análise da pobreza.

A análise geral da pobreza deve, neste caso, proceder em termos da análise de grupos de pessoas e limitar a atenção a variações inter-grupais. Mas não cabe organizar os indivíduos de forma assistemática, sem qualquer critério na elaboração das categorias específicas. Charles Tilly (2006a) ao formular uma teoria organizativa da desigualdade dá pistas de como estabelecer categorias que contenham distinções e fronteiras relevantes. Assim proporciona uma enorme contribuição para o conhecimento das ciências sociais. Segundo Tilly (2006a, p.50), estas distinções e fronteiras categóricas são importantes porque as pessoas as utilizam para organizar a vida social. As categorias são cruciais pois moldam desigualdades, estabelecendo fronteiras entre os que estão dentro e os que estão fora. Para o interesse desse estudo o que se revela importante é que as diferenças categóricas de bem-estar suplantam a variação individual no interior das categorias. As pessoas recebem benefícios de forma desigual, mas isto acontece de forma estruturada, onde conjuntos inteiros de pessoas recebem desigualmente estes benefícios e, portanto, não estão recebendo o mesmo tratamento por parte das instituições sociais. Para Tilly (2006a, p.48), a idéia chave é a de relações. As categorias demarcadas estão interconectadas e não foram construídas por um único indivíduo, mas sim pelas interações entre indivíduos. Cada uma das fronteiras destas categorias construídas socialmente identifica uma relação social. Estas relações geram um fluxo desigual – de renda, conhecimento, riqueza, etc. – no interior e através das fronteiras e reproduzem estas mesmas fronteiras. As categorias produzem desigualdades persistentes e, pode-se dizer, produzem a própria pobreza. Isso acontece quando reiteradas transações através das fronteiras geram regularmente vantagens aos que estão de um dos lados e estes utilizam essas vantagens para reproduzir as fronteiras e perpetuar o fluxo desigual entre as categorias.

Estas divisões categóricas podem se inspirar em diversos critérios. Como principais exemplos têm-se a divisão com base no sexo biológico, formando-se o gênero, homens e mulheres, ou com base na origem, formando-se as categorias de raça ou etnia, por exemplo, negros e brancos, árabes e judeus, etc. Daqui pode-se também derivar as categorias de classe. Estas categorias de classe têm uma intrínseca correspondência com o problema da pobreza. Todas as categorias mencionadas acima (classe, raça, gênero e etnia) têm um potencial

explicativo, mas ao colocar-se em primeiro plano o tema geral da pobreza, a classe detém uma importância explicativa primordial.

Estabelecidos estes pressupostos iniciais, ainda é preciso afirmar que não é mais possível adotar uma tipologia de classes que considere apenas a propriedade de meios de produção como único critério capaz de acessar a realidade do capitalismo contemporâneo. Assim, este trabalho não contará apenas com os proprietários de capital e trabalhadores assalariados como as únicas duas classes fundamentais. Também não é possível utilizar tipologias históricas, como a desenvolvida por Marx em seus estudos sobre a “Luta de classes em França” ou “O 18 do Brumário”. Os modelos de classe que melhor servem à análise, aqueles que possuem o melhor critério científico, ainda são os desenvolvidos com respeito a determinado território, em geral o Estado Nação. Em alguns casos é possível uma empreitada classificatória para algum conjunto de países, como é o caso da União Européia que passou por um processo de harmonização das estatísticas sociais, permitindo a formulação de uma Classificação Socioeconômica Européia. É bem verdade que a pobreza é um problema global, existente mesmo nos países ricos, mas para o espectro de uma dissertação de mestrado é necessário que certas restrições sejam atribuídas ao trabalho. No caso específico deste, o Brasil será o espaço máximo para a consideração conceitual e empírica. Para tanto, na análise será utilizada a classificação já desenvolvida por José Alcides Figueiredo Santos, a ser apresentada com profundidade no capítulo específico.

Finalmente, na conclusão constará não somente a síntese, mas também a articulação do raciocínio desenvolvido ao longo do texto com o restabelecimento dos argumentos mais relevantes. Além desta síntese-crítica haverá também uma reflexão sobre a contribuição do estudo efetivado e os possíveis caminhos que não foram percorridos neste trabalho. Apesar da opção pela perspectiva sociológica de classes ampliada já ter sido a escolhida, após a reflexão constará a confirmação do posicionamento pelas razões que seguem abaixo.

CAPÍTULO UM

Perspectiva Econômica - Renda

Economia e sociologia não desenvolveram seus estudos sobre o tema da pobreza completamente independentes uma da outra. Mas para cada uma destas disciplinas existe uma abordagem mais característica. No caso da perspectiva econômica, é com certeza a análise da pobreza feita a partir do conceito de renda. Isto significa dizer, de forma um pouco crua e em outras palavras que, para a economia, a pobreza é a situação de baixíssima renda ou mesmo de renda inexistente para determinado número de indivíduos. Dentro da perspectiva econômica também existe uma diferença entre os conceitos de pobreza e miséria. São considerados indivíduos que vivem na pobreza aqueles que têm apenas o suficiente para sobreviver. Já aqueles que não têm nem mesmo o necessário para garantir sua subsistência são alocados em uma posição de miséria. Nesta dissertação não é trabalhada esta dicotomia, considera-se a miséria compreendida pela situação de pobreza.

Tratando-se exclusivamente do que acontece no meio acadêmico, a ciência econômica é uma das disciplinas que mais se comprometeu com o entendimento da pobreza, e que mais produziu trabalhos sobre o assunto enquanto fenômeno macro social (LEITE LOPES e ALVIM, 2005, p.181). Grande parte da literatura econômica sobre a pobreza depende da definição dos pobres a partir de seu padrão de vida, expresso em alguma métrica monetária, normalmente o rendimento ou a despesa de consumo per capita, que está abaixo de um nível arbitrariamente predeterminado, a denominada “linha de pobreza”. Em termos absolutos, as organizações internacionais preocupadas com este tema costumam definir este nível como: um dólar ou dois dólares por dia para uma pessoa. Esta é uma medida convencional largamente empregada. A operação consiste em seguir os seguintes passos: primeiro é especificada a linha da pobreza abaixo da qual as pessoas são diagnosticadas como pobres, passa-se à contagem do número de pessoas que estão abaixo deste nível de renda predeterminado, então define-se o índice de pobreza como a proporção do total da população que se encontra abaixo deste nível. Amartya Sen e François Bourguignon chamam esta concepção e operacionalização de “paradigma da renda”.

Antes de apresentar mais precisamente os indicadores construídos pela ciência econômica é preciso notar que apesar de não desenvolver suas reflexões sobre o assunto de forma completamente independente das outras, a reconstrução histórica revela diferenças no modo como esta literatura econômica e aquela pertencente às demais ciências sociais abordaram o tema. Para a análise da visão econômica sobre o tema, cabe então, uma pequena

retrospectiva histórica do modo como esta ciência tratou o problema nas últimas décadas. Apelando para os escritos de Kanbur (2002, p.1-12) e de Grusky e Kanbur (2006, p.4-12) é possível apontar nesta evolução histórica três fases distintas. A primeira, que vai dos setenta até meados dos oitenta, caracterizada por eles como uma fase de “fermento conceitual”. Outra, que segue dos meados dos anos oitenta até o final do século passado, tomada como uma fase de pouco avanço conceitual, mas de “consolidação e aplicação” do que foi desenvolvido na parte anterior em políticas públicas. E a última fase, que a disciplina ainda está vivenciando e onde o desafio conceitual está novamente colocado.

A primeira fase foi constituída de avanços conceituais e recheada por problemas como a forma de mensuração eficaz e adequada, o debate utilitarista, questões de gênero, de domicílio como unidade de análise, ou sobre os efeitos das interações sociais na geração de pobreza (GRUSKY e KANBUR, 2006, p.5). Os vários trabalhos acadêmicos dessa época ajudaram a construir um caminho de conceituação e operacionalização de valores de julgamento em questões distributivas. Seria então possível incorporar à análise estes valores (KANBUR, 2002, p.2). Para o tema da pobreza, relatam os autores, o carro-chefe da análise e mensuração por todo o mundo foi baseado em um famoso trabalho de James Foster, Joel Greer e Erik Thorbecke de oitenta e quatro, intitulado “*A Class of Decomposable Poverty Measures*” (GRUSKY e KANBUR, 2006, p.5).

Nesta mesma época é que o utilitarismo aparece primeiro como um discurso filosófico que começa a entrar e enriquecer o trabalho da economia nas questões distribucionais (GRUSKY e KANBUR, 2006, p.5). O padrão das abordagens utilitaristas que vêem valor somente na utilidade individual, definida em termos de alguma característica mental, como prazer, felicidade ou desejo, gerou inúmeras reflexões na economia, e passou a influenciá-la dramaticamente. Exemplo disso é o trabalho do Prêmio Nobel (1971) James Mirrlees sobre questões de como o imposto progressivo deve ser (KANBUR, 2002, p.3). Este fundamentalismo utilitarista foi duramente criticado por Amartya Sen (GRUSKY e KANBUR, 2006, p.6). Ao mesmo tempo, a teoria da justiça de John Rawls foi introduzida no circuito econômico, inspirando uma série de trabalhos distintos pela estratégia max-min (maximização do mínimo) extraída principalmente do princípio da diferença de Rawls (GRUSKY e KANBUR, 2006, p.6).

Paralelamente a estes processos descritos acima, um esforço conceitual foi realizado para que processos de interação social fossem inseridos nos modelos econômicos com a intenção de entender melhor o fenômeno econômico em geral e particularmente a pobreza (KANBUR, 2002, p.3). Já dentro da teoria da escolha racional, que analisava os problemas

relativos às subclasses nos países centrais e também porque os muito pobres falhavam em não investir em educação nos países em desenvolvimento, as questões de assimetria e imperfeição de informações foram levadas mais em conta nesta época (GRUSKY e KANBUR, 2006, p.6). Estas assimetrias e imperfeições fariam com que o mercado produzisse uma série de equilíbrios, alguns mais equitativos que outros. Os equilíbrios gerados pela economia de mercado que fossem diagnosticados como “ruins” deveriam então ser corrigidos pelo Estado.

Por último, durante esta primeira fase, questões foram levantadas sobre os problemas de tomar o domicílio como unidade de análise (KANBUR, 2002, p.3). Isso porque são ignoradas diferenças contidas no interior do domicílio, como as questões de gênero, por exemplo, que podem mediar efeitos (KANBUR, 2002, p.3). Embora lentamente desenvolvida esta linha de inquirição recentemente floresceu, levando a muitas e importantes análises aplicadas e análises de políticas públicas (GRUSKY e KANBUR, 2006, p.6).

A segunda fase não foi muito inovadora em termos conceituais, segundo Grusky e Kanbur (2006, p.7). Foi marcada pela aplicação, consolidação e o debate político. Houve uma disputa entre as diferentes formas de mensuração, conhecida como “guerra dos índices”. Os vários índices foram sistematicamente aplicados na análise de dados em países centrais e periféricos. Para os países subdesenvolvidos uma característica essencial é que os *surveys* domiciliares foram aprimorados, incrementando a possibilidade de avaliação dos dados coletados. A literatura que trata das questões intra-domicílio, gênero, assimetria de informações, realizou grande progresso neste íterim. Foi o tempo em que também foram incluídas na análise da pobreza outras estruturas sociais, como a estrutura de castas. As interações entre economia e filosofia foram normalizadas, mas as inspirações geradas por esta interação não geravam mais tanto efeito quanto na fase anterior.

O “fermento” migrou do plano conceitual para o plano político. A crise do petróleo do começo dos anos setenta gerou debates políticos acerca do “ajuste estrutural” que deveria ser implantado, ou imposto aos países (GRUSKY e KANBUR, 2006, p.8). Este processo culminou com o Consenso de Washington e seus elementos chave, introduzidos primordialmente na África e América Latina (GRUSKY e KANBUR, 2006:8). As diretrizes consistiam basicamente na agenda de desregulamentação dos mercados, com a derrubada das barreiras aduaneiras, redução do papel do Estado da economia, etc., todos ligados ao debate geral sobre globalização (GRUSKY e KANBUR, 2006, p.8). O debate se concentrou e se cristalizou em torno dessas políticas e suas consequências, em especial para o tema pobreza.

A tarefa colocada então é repensar a análise econômica da pobreza. Além do paradigma da renda ainda ser o adotado na maioria dos trabalhos acadêmicos e na formulação das

políticas públicas, também as análises ainda se baseiam nos modelos da teoria da escolha racional (GRUSKY e KANBUR, 2006, p.9). Considerando-se a escolha racional no trabalho empírico, o consumo individual é tomado como indicador de bem-estar individual. Este pressuposto pode gerar contradições onde o aumento, por exemplo, no consumo de cigarro ou álcool é registrado como uma melhoria de condições na vida das pessoas pobres. Esta metodologia é declaradamente justificada pelo argumento de que o indivíduo “escolhe” essas atividades. Sejam ou não as preferências individuais racionais, outro pressuposto de longa data da análise econômica é que as preferências são fixas e “dadas”, significando que elas não são afetadas por mudanças nas circunstâncias pessoais ou no contexto cultural ou institucional (GRUSKY e KANBUR, 2006, p.9-10). Estes pressupostos, conceituais e empíricos, da teoria da escolha racional e também aqueles pertencentes ao fundamentalismo utilitarista vem sendo afrouxados pela interação entre economia e psicologia, economia e filosofia e também entre economia e sociologia (GRUSKY e KANBUR, 2006, p.10). Esta necessária revisão conceitual e esforço interdisciplinar é o que alimenta até hoje a perspectiva econômica.

Além de trabalhar com preferências racionais e estabelecidas a economia também certificou-se de considerar, ao menos é o que resulta da leitura da grande maioria dos trabalhos, de que a mensuração da pobreza se desse sempre no nível individual. A medição da pobreza tem sido individualista no sentido de que o objetivo é medir a diferença entre os indivíduos e agregar essas diferenças em um único índice (GRUSKY e KANBUR, 2006, p.10). Dentro desta formulação, a literatura técnica desenvolveu a teoria de medidas decomponíveis. Matematicamente, a exigência de que a repartição funcione para todas as classificações logicamente possíveis tem o efeito em que as únicas medidas de pobreza que sobrevivem, tratam cada indivíduo como uma ilha (SEN, 2006, p.44). A forma matemática da decomponibilidade teve o resultado estranho de excluir qualquer perspectiva comparativa (e os *insights* sociológicos correspondentes), o que é, na verdade, fatal para a medição da pobreza (SEN, 2006, p.44). A necessidade de apresentar os indivíduos em relação uns com os outros, e em relação com os grupos, vai além de tais considerações técnicas sobre a mensuração. Mas, estas medidas decomponíveis só levam em conta as formas de mensuração que sobrevivem ao tratamento individual, não nos dizendo nada sobre importantes questões atinentes aos grupos, categorias, etc. A literatura econômica tem sido fundamentalmente individualista por natureza e não conseguiu, portanto, compreender que a pobreza está institucionalizada nas formas que dão origem a grupos socialmente significativos, que têm vida própria (GRUSKY e KANBUR, 2006, p.11). Não é surpreendente que a economia tenha se apoiado tanto na renda como um importante indicador de bem-estar e tem tratado as

políticas de melhoria de renda como peça central de qualquer estratégia para reduzir a pobreza (GRUSKY e KANBUR, 2006, p.11). Isto apesar do conhecimento acadêmico e político de que ela não permite uma análise satisfatória sobre todas as questões atinentes à pobreza.

Acontece que em 1990, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a rede global de desenvolvimento da Organização das Nações Unidas (ONU), publicou o seu primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH), com o recém-criado Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). A premissa do IDH era a de que o desenvolvimento nacional devia ser medido não apenas pelo rendimento nacional, como era prática havia muito tempo, mas também pela esperança de vida e pela alfabetização, em relação às quais estavam disponíveis dados comparáveis para a maioria dos países. Foi o economista paquistanês Mahbub ul Haq (1934-1998) que idealizou o Relatório de Desenvolvimento Humano e introduziu ao debate o mundialmente famoso Índice de Desenvolvimento Humano. O IDH é, mais especificamente, a soma ponderada de três componentes: renda, educação e expectativa de vida (KANBUR, 2002, p.8). Este índice levantou questões de como saúde, educação e renda interagem, de uma forma que nenhum outro expediente econômico poderia ter feito. A publicação anual do IDH é agora um evento ansiosamente aguardado e, invariavelmente, leva a debates dentro de um país através da comparação com países equivalentes (KANBUR, 2002, p.8). A adoção deste índice traz também outra contribuição, ele divulga a natureza multidimensional intrínseca de temas como a pobreza e a desigualdade. Na introdução do RDH de 2010 o economista Amartya Sen diz que o documento de vinte anos atrás teve um profundo impacto sobre a forma como os formuladores de políticas, os funcionários públicos e os meios de comunicação, bem como os economistas e outros cientistas sociais, vêem o progresso social. Segundo A. Sen a vantagem do IDH é que em vez de se concentrar somente nuns poucos indicadores tradicionais de progresso econômico (como o produto interno bruto per capita), o registro do “desenvolvimento humano” propõe uma análise sistemática de um manancial de informação acerca do modo como vivem os seres humanos em cada sociedade e de quais as liberdades substantivas de que desfrutam.

Apesar destas contribuições, é fato que os fundamentos conceituais do IDH são muito fracos (KANBUR, 2002, p.8). Se cada componente de renda, alfabetização e saúde melhoram, então talvez seja possível declarar uma melhoria global, mas se o movimento dos componentes varia em direções opostas, isto talvez não seja possível (GRUSKY e KANBUR, 2006, p.12). Além disso, por ser apenas um índice as informações são demasiadamente contraídas. A publicação anual dos resultados do IDH alimenta uma disputa saudável entre

países equivalentes, Brasil e Argentina, Estados Unidos e Canadá, França e Alemanha, por exemplo. Esta “competição” estimula os países a buscar sempre o melhor resultado, ou ao menos sair-se melhor na avaliação do que o país considerado rival. O IDH serve bem para a comparação entre países, mas diz pouco em respeito ao aumento ou diminuição da pobreza particularmente. Por exemplo, se há um aumento significativo na expectativa de vida, nível educacional ou na renda dos segmentos mais privilegiados e um decréscimo em qualquer um deles ou todos para os segmentos mais desprivilegiados, o IDH do país poderia manter-se estável ou até mesmo aumentar. Para uma lógica utilitarista o aumento do IDH nos termos do exemplo anterior seria mesmo assim positiva. Esta lógica não deve ser adotada por aqueles que levam a sério os efeitos perniciosos que a pobreza gera na base da estrutura social.

Sete anos após a publicação do primeiro RDH um indicador foi derivado do IDH para medir as carências no desenvolvimento humano nas mesmas dimensões. Surgia assim o Índice de Pobreza Humana (IPH), que leva em consideração o percentual de pessoas cuja expectativa de vida não atinge os quarenta anos, o percentual de adultos analfabetos e o estabelecimento de condições econômicas para um padrão de vida aceitável em termos do percentual de pessoas sem acesso a serviços de saúde e água potável e do percentual de crianças menores de cinco anos com peso insuficiente. Enquanto o IDH mede o progresso de um país na realização do desenvolvimento humano, o IPH reflete a distribuição do progresso e mede o acumulado de privações que ainda existe. Este índice é definido de forma diversa conforme se trate de países subdesenvolvidos (IPH-1) e países desenvolvidos (IPH-2). Esta distinção foi delineada porque as condições sociais e econômicas variam e desta forma seria possível utilizar melhor os dados disponíveis nesses países. O IPH-1 e o IPH-2 consideram as mesmas dimensões em seus cálculos com o acréscimo de uma quarta e uma quinta dimensão no IPH-2: a exclusão social medida pela taxa de desemprego de longo prazo e a proporção de pobres – aqueles cuja renda per capita se situa abaixo dos 50% da renda mediana do país.

A reflexão sobre estes índices não parou e ocorreram reformulações, em especial no RDH de 2010 onde as modificações foram mais abrangentes. Um novo indicador foi inaugurado por este relatório: o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM). O IPM aponta privações em educação, saúde e padrão de vida – as mesmas dimensões do IDH e de seu antecessor o IPH –, mas as três dimensões do IPM agora se subdividem em dez indicadores: nutrição e mortalidade infantil (saúde); anos de escolaridade e crianças matriculadas (educação); gás de cozinha, sanitários, água, eletricidade, pavimento e bens domésticos (padrões de vida). Assim, uma família é considerada pobre se sofre privações em, pelo menos, 30% dos indicadores, onde cada divisão vale um terço e estes pesos são divididos

proporcionalmente pelo número de indicadores analisados em cada uma delas. As críticas que restam sobre o IPH e o IPM são principalmente as mesmas já relatadas acima ao IDH, já que sua concepção deriva deste último.

No Brasil, um marco importante para a literatura que trata sobre o problema da pobreza foi o debate sobre a distribuição de renda, ocorrido no início dos anos setenta, embora estes temas já estivessem presentes no pensamento social brasileiro e posteriormente na produção das ciências humanas dos cinquenta e sessenta, em especial para os intelectuais ligados à “escola cepalina” (LEITE LOPES e ALVIM, 2005, p.182). Este debate começa como uma controvérsia entre especialistas da área da economia e da econometria, mas alcança rapidamente o espaço público alertando quanto à possibilidade de utilização do crescimento econômico como fator legitimador do regime autoritário dos militares (LEITE LOPES e ALVIM, 2005, p.182). Apesar da censura e da repressão, este debate foi possível de ser divulgado porque interessava aos objetivos modernizantes do governo militar, quais sejam, consolidação da estrutura técnico-burocrática, aplicabilidade dessa produção científica em políticas públicas, colaboração internacional competente entre centros universitários e à opinião de organismos e bancos mundiais (LEITE LOPES e ALVIM, 2005, p.182). Após a divulgação dos dados do censo de 1970 e a recuperação dos dados do censo de 1960 seguiu-se um amplo debate entre especialistas de diversos institutos de pesquisa e universidades, no entanto, a realidade estava ofuscada por demasiados argumentos econométricos que serviam tanto para a crítica, quanto para a defesa da distribuição de renda no país (LEITE LOPES e ALVIM, 2005, p.182-183). Argumentos com base na lógica do “aumentar o bolo para depois repartir” apareceram na cena pública nesta época.

Na década de oitenta, este debate sobre a distribuição de renda foi menos apropriado, apesar da redemocratização do espaço público brasileiro. Apesar das discussões sempre aumentarem após a divulgação de dados coletados pelos censos ou das pesquisas nacionais por amostra de domicílios, assim que a temática se politiza e têm repercussões nos institutos de pesquisa e universidades, nos anos oitenta a questão sobre a distribuição de renda perde espaço na arena para os temas ligados à redemocratização (LEITE LOPES e ALVIM, 2005, p.184). Esta década foi marcada pela luta em busca da cidadania e do associativismo, foi muito vitoriosa na construção de movimentos sociais e de luta por direitos (LEITE LOPES e ALVIM, 2005, p.184). A tal “década perdida”, com relação à economia, especialmente na opinião dos economistas liberais, foi na verdade muito vitoriosa do ponto de vista político e social no que se refere principalmente à conquista de direitos. No final dos anos oitenta é promulgada a nova constituição que continha em seu texto o resultado da batalha em torno do

direito e do acesso a condições mais favoráveis para que grupos subalternos pudessem ter uma melhor participação na distribuição de bens, serviços, condições de vida e direitos (LEITE LOPES e ALVIM, 2005, p.184). Os movimentos sociais e a construção de um sindicalismo brasileiro também vão ter grande influência nos acontecimentos que seguem, especialmente aqueles afetos às questões sobre a pobreza.

Somente nos anos noventa, após a derrota nas eleições de oitenta e nove, que as forças políticas estruturadas na década passada encontraram uma conjuntura favorável para a luta contra a persistência da pobreza e do alto grau de desigualdade social (LEITE LOPES e ALVIM, 2005, p.185). As décadas de setenta e noventa foram as mais importantes ao se analisar a produção dos economistas sobre o tema da pobreza, seja dentro do debate sobre a desigualdade ou decorrente da mobilização da campanha contra a fome e suas repercussões. É nesta década em que a campanha Ação da Cidadania Contra a Miséria, a Fome e Pela Vida toma corpo, destacando-se neste processo a importância das ONGs e de lideranças como o sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, que trazem para o país conhecimentos e técnicas recentes para a assessoria ao movimento popular (LEITE LOPES e ALVIM, 2005, p.185). A militância se transforma, se profissionaliza, canalizando energias reprimidas de utopias salvacionistas para atividades delimitadas em favor de melhorias materiais e de políticas para grupos sociais desfavorecidos (LEITE LOPES e ALVIM, 2005, p.185). A partir de então é que os institutos governamentais de pesquisa começam a produzir levantamentos sobre a pobreza e a miséria no país, aumentando o fluxo de trabalhos sobre o tema e desenvolvendo-se o pensamento sobre as formas de conceituar e mensurar o fenômeno (LEITE LOPES e ALVIM, 2005, p.186). A característica marcante da pobreza e miséria no Brasil é sua persistência, que não se extingue mesmo após os efeitos do Plano Real (LEITE LOPES e ALVIM, 2005, p.186) que estabilizou a economia e pôs em evidência o mito de que as altas taxas de inflação é que seriam culpadas pelo problema. Aliás, a pobreza como problema social no Brasil sempre permaneceu em segundo plano com relação aos temas econômicos, com a agenda pública privilegiando a estabilidade econômica, a reforma do Estado e a tentativa de inserção competitiva no mercado internacional, todos operando através de instrumentos de desregulamentação e de privatização (LEITE LOPES e ALVIM, 2005, p.187). As soluções para o problema da pobreza além de ficarem atrás de outras considerações, sejam outros objetivos a serem alcançados pelo Estado ou pela sociedade, também se dão de forma fragmentada e descontínua. Toda a campanha contra a fome dos anos noventa resultou na formação de um Conselho de Segurança Alimentar que nem teve tempo para desenvolver qualquer atividade de combate à pobreza, logo já foi substituído pelo

Programa Comunidade Solidária. Este último programa carregava grandes expectativas, parecia ser inovador e ambicioso, serviria de pólo aglutinador de experiências bem sucedidas de geração de emprego e renda, bem como de programas de participação popular (LEITE LOPES e ALVIM, 2005, p.187). Um fiasco, com a pouca prioridade dada ao programa em termos humanos e financeiro e atropelado pelas disputas político-partidárias teve-se apenas ao fomento de outros programas já existentes bem como a formação de parcerias público-privadas ao invés de se tornar o elo condutor das ações federais voltadas para o combate à pobreza (LEITE LOPES e ALVIM, 2005, p.187).

Inúmeros trabalhos e autores não foram tratados aqui porque aqueles escolhidos para esta breve retomada ilustram bem o que se passou nos debates acadêmicos ocorridos no Brasil e no mundo. Após esta sucinta revisão do que se passou dentro da ciência econômica e o que ocorreu no Brasil é preciso adentrar o que ocorreu mais especificamente na evolução do conceito e das formas de mensurar a pobreza. A forma escolhida para mensurar a pobreza influencia significativamente a própria compreensão sobre a mesma, além de ter consequências reais para as políticas que objetivam a redução desta. Assim, muitos são os indicativos de como esta deve ser mensurada.

Uma indicação corriqueira é de que estas formas de mensurar devem ser desenvolvidas de modo que permitam a comparação histórica entre os dados obtidos (BRADY, 2003, p.719). A captação da variação histórica é um importante componente para a análise. Compreender as tendências históricas da pobreza também é importante para separar os efeitos causados por simples mudanças demográficas ao invés de outros fatores causais como, por exemplo, a política social ou mudanças econômicas de longo prazo (BRADY, 2003, p.719).

Além de captar a variação histórica é preciso optar entre medidas de natureza absoluta ou relativa. Medidas absolutas são mais úteis para a maioria dos países subdesenvolvidos, através delas é possível supor que um determinado nível de aquisição de mercadorias essenciais é necessário para o bem-estar material (BRADY, 2003, p.720). Este tipo de mensuração também pode ser ligada a definições absolutas de bem-estar, tais como mortalidade infantil, expectativa de vida, e ingestão calórica (BRADY, 2003, p.721). O próprio Amartya Sen (2008, p.169), advogado da supremacia das medidas relativas sobre as absolutas, diz que no caso dos países subdesenvolvidos a forma absoluta de mensurar a pobreza deve ser mantida. A forma relativa de mensurar a pobreza não possibilita ao pesquisador capturar a privação absoluta das famílias, dos domicílios, mas capta com mais precisão a privação relativa (BRADY, 2003, p.721). Medidas relativas da pobreza são úteis para capturar mudanças nas necessidades humanas através do tempo e do espaço, o que é

particularmente relevante para algumas nações (BRADY, 2003, p.722). Medidas relativas geram linhas de pobreza específicas para cada sociedade, em cada período de tempo, a partir de padrões na distribuição de renda (BRADY, 2003, p.722). Estas linhas de pobreza vão ser estabelecidas levando em conta a média ou a mediana da renda global da sociedade em estudo. A partir da distância da média ou da mediana é traçada a linha, abaixo desta os indivíduos ou domicílios são considerados pobres.

A partir destas considerações e outras de ordem mais técnica a economia desenvolveu vários mecanismos para definir e mensurar a pobreza. Muitos foram os trabalhos e alguns tentam resumir o que se passou durante as últimas décadas. O de David Brady (2003), além de apresentar os critérios necessários para o que julga ser a adequada mensuração, apresenta o que chama de “Revolução Ordinalista”, seguindo o trabalho pioneiro de Amartya Sen (1976). Brady aborda de uma forma mais completa essa evolução, melhor até que trabalhos posteriores de Sen (2008). Apesar da orientação sociológica do trabalho e de trazer reflexões deste campo, a abordagem se assemelha mais com a escola econômica e econométrica. Brady (2003) expõe cinco formas de mensurar a pobreza, além do *Headcount* (H) e do *Income Gap* (I), existem três mais sofisticadas, Intervalar (HI), Ordinal (O) e Soma de Ordinais (SO).

A abordagem dominante de identificação da pobreza identifica uma linha de pobreza divisória, definida como o nível de renda abaixo do qual as pessoas são diagnosticadas como pobres (SEN, 2008, p.165). A partir desta operação, a medida mais corriqueira da pobreza, ainda largamente empregada, é o indicador denominado *Headcount*, ou “incidência”, denotado por H, uma mera contagem da percentagem da população que está abaixo de certo limite de renda. H é uma medida simples e dicotômica da pobreza (BRADY, 2003, p.727). Apresenta-se então a parcela da população a qual é negado o mínimo de direitos básicos de cidadania ou de recursos econômicos. Após a identificação dos pobres é feita a agregação dos parâmetros estatísticos de onde se deriva o índice global de pobreza (SEN, 2008, p.165). Apesar de sua útil simplicidade, H tem recebido várias críticas, incluindo os trabalhos de Sen (1976 e 2008), Brady (2003), Bourguignon (2006). H é “cru” (SEN, 1976, p.219), porque ignora a distribuição de renda entre os pobres e não contém nenhuma informação sobre a profundidade da pobreza. Sen (1976) articulou essa crítica básica de H como: mantido os outros fatores constantes, uma redução do rendimento de uma pessoa abaixo da linha deve aumentar a medida de pobreza, o que não é possível na utilização de H. Embora ainda tenha utilidade para descrever a proporção da população de socialmente excluídos, H é geralmente considerada uma medida imperfeita da pobreza (BRADY, 2003, p.728).

Para responder a estas críticas ao *Headcount*, foi formulado outro parâmetro estatístico agregado que possa dar conta do quanto as pessoas estão abaixo desta linha da pobreza, que possa assim estimar a profundidade da pobreza. Convencionalmente, a profundidade é medida como a diferença média dos pobres para determinada mediana da renda ou daquela para a linha da pobreza preestabelecida (BRADY, 2003, p.728). Esta privação média, o *Income Gap* ou “hiato de renda” (denotado por I), mede a renda adicional que seria necessária para elevar todos os pobres até o nível da linha de pobreza. Assim, destaca-se com I a renda extra capaz de eliminar totalmente a pobreza. Ao considerar também I, ao invés de simplesmente H, é possível mais realisticamente capturar a qualidade contínua da pobreza (BRADY, 2003, p.728). Mas, Brady (2003) citando Watts (1968) afirma que a pobreza não é uma condição discreta que é imediatamente adquirida ou abandonada pela travessia de qualquer linha de renda particular. Pelo contrário, a pobreza é uma variável intervalar, o que significa dizer que os desesperadamente pobres, com renda zero, estão em piores condições do que os pobres localizados um pouco abaixo da linha da pobreza.

Desta forma, tal como a taxa de incidência H é completamente insensível ao quanto as rendas dos pobres ficam aquém da linha de pobreza (SEN, 2008:165), ou da mediana da renda, e considera apenas o número abaixo da linha, a taxa I é completamente insensível ao número de indivíduos envolvidos e considera somente a insuficiência média de renda dos pobres com relação a linha de pobreza (SEN, 2008, p.166) ou da mediana da renda. Enquanto H oferece informação sobre a percentagem da população que é pobre, I detalha a profundidade da pobreza desta subpopulação. H é insensível à profundidade da pobreza, embora I não seja sensível à quantidade de pobres. Como resultado, os estudiosos têm criado novas medidas de pobreza simplesmente tomando o produto de H e I, que é HI (BRADY, 2003, p.728; SEN, 2008, p.166). Porque trata da pobreza de forma contínua e não dicotômica, HI também pode ser chamado de Medida Intervalar (BRADY, 2003, p.728). H e I são componentes igualmente importantes, porque nenhum deles conta individualmente toda a história sobre a intensidade da pobreza. Mas H e I juntas ainda não podem ser adequadas, pois nenhuma presta qualquer atenção à distribuição de renda entre os pobres (SEN, 2008, p.167).

É necessário outro parâmetro estatístico que seja sensível à desigualdade na distribuição de renda entre os pobres. A identificação dessa medida da desigualdade de renda entre os pobres pode ser auferida pelo conhecido coeficiente de Gini (G). Os axiomas apresentados por Sen (1976) levam a uma medida agregada de pobreza que, derivada destes mesmos axiomas, resultam em P, uma função de H, I e G. A partir desse ponto, Sen (1976) ofereceu sua contribuição fundamental, impondo o “Axioma R”, onde o *Income Gap* (I) deve ser

ponderado para corresponder à ordem de classificação no bem-estar interpessoal dos pobres (BRADY, 2003, p.728). Sen (1976 e 2008) argumenta que HI deve ser ponderada de modo que as diferenças entre os rendimentos dos mais pobres entre os pobres tenham mais influência. Com efeito, a HI deve ser adicionado um peso para a desigualdade de renda entre os pobres. A Medida Intervalar foi acrescida para formar a Medida Ordinal da pobreza (indicado por O), com a seguinte fórmula $O = H * I * (1 + CV)$, onde CV é a desigualdade entre os pobres (BRADY, 2003). Embora existam versões matematicamente mais complicadas desta fórmula, vários estudiosos têm demonstrado que O pode ser reduzido desta maneira (BRADY, 2003, p.728). Além disso, com esta fórmula, segundo Brady (2003) O é facilmente decomposta em três partes que podem ser analisadas separadamente para compreender as alterações específicas e sua influência relativa. Essa medida também é chamada de “medida de Sen” da pobreza. Ela e seus indicadores têm sido muito utilizados em exercícios práticos de avaliação da pobreza, relacionados com Brasil, Índia, Estados Unidos, etc. (SEN, 2008, p.168).

Como alternativa final, Brady (2003, p.729) criou a Soma de Medidas Ordinais da pobreza (SO). Esta SO implica simplesmente na soma de H para sete diferentes categorias e, portanto, baseia-se em medidas de distribuição relacional da desigualdade. Especificamente, ele calculou H para os 60, 50, 40, 30, 20, 10 e 5% do rendimento mediano e os valores foram somados. Para Brady (2003, p.729) as medidas SO mimetizam as propriedades de HI e podem ser facilmente convertidas em algo semelhante a O. Só é necessário adicionar mais peso aos limites inferiores (5, 10, 20%).

O trabalho de Sen (1976) provocou uma reformulação fundamental nas estratégias de mensuração da pobreza. Além do *Headcount* (H) ou do *Income Gap* (I), agora pode-se usar três medidas mais sofisticadas de pobreza: Intervalar (HI), Ordinal (O) e Soma de Ordinais (SO). Cada uma oferece direções frutíferas para a investigação sobre a pobreza. Cada medida tem vantagens e desvantagens e as considerações acima ajudam a selecionar a medida ideal. Se um pesquisador procura uma medida simples e parcimoniosa, que incorpora tanto a quantidade e profundidade da pobreza, HI é o recomendado. Em contrapartida, se outro decide que os profundamente pobres devem afetar desproporcionalmente o índice, O deve ser utilizado. Ao contrário do HI, O pondera o índice levando em conta a desigualdade entre os pobres e reflete a posição de que a condição suportada pelos profundamente pobres é qualitativamente mais degradante e, por isso, mais importante para a análise do que aquela suportada pelos que se encontram mais próximos da linha de pobreza. Porém, existem algumas evidências de que a variação em O, não capturada por HI, é empiricamente

irrelevante (BRADY, 2003, p.729). Assim, O muitas vezes acrescenta complexidade desnecessária, o que pode obscurecer comparações da pobreza entre nações, por exemplo (BRADY, 2003, p.729). Portanto, se um trabalho procura uma medida suficiente e ainda parcimoniosa e prefere evitar a complexidade e suposições de O, HI pode ser a melhor alternativa. Finalmente, caso procure-se representar graficamente análises descritivas dos pobres, SO oferece vantagens (BRADY, 2003, p.729). Ao contrário de HI ou O, SO fornece uma exibição clara dos padrões interpretáveis na distribuição dos pobres (BRADY, 2003, p.729). Claro que, com a desvantagem de ser uma medida menos precisa do que HI ou O (BRADY, 2003, p.729). Em suma, houve um ganho para os analistas em considerar essas múltiplas medidas de pobreza. Dependendo dos interesses teóricos do pesquisador, cada medida traz certas vantagens e desvantagens. Porém, para Sen (2008, p.169) a principal questão no contexto da medição da pobreza no espaço de rendas é a necessidade de prestar atenção a todos os três aspectos: incidência, profundidade e distribuição.

Estas noções são válidas também para a literatura econômica nacional. Mas, como definir o conceito de pobreza relevante e escolher os procedimentos de mensuração adequados é resultado da análise sensata e cuidadosa de cada realidade social específica (ROCHA, 2006, p.10), cabe uma breve apreciação dos trabalhos de autores que tratam do tema em relação ao Brasil. Para a literatura econômica do país a noção de pobreza refere-se a algum tipo de privação e o fenômeno é complexo, uma situação na qual as necessidades não são atendidas. Sonia Rocha (2006, p.9-10) acredita que para superar esta definição ampla e vaga é preciso nomear que necessidades são essas e qual nível de atendimento pode ser considerado adequado. Assim, a definição depende do padrão de vida e da forma como as diferentes necessidades são atendidas em determinado contexto socioeconômico. Em outras palavras, ser pobre quer dizer que a pessoa assim considerada não dispõe de meios para operar adequadamente no grupo social em que vive. Esta privação pode ser somente material ou incluir elementos de ordem cultural e social, em face dos recursos disponíveis (HOFFMANN e KAGEYAMA, 2006, p.80). Sonia Rocha, Rodolfo Hoffmann e Angela Kageyama também estão preocupados com o caráter absoluto ou relativo na forma como se aborda o tema da pobreza, bem como a adoção de renda como o critério de aferição da pobreza ou a utilização da idéia de necessidades básicas (*basic needs*) na conceituação e mensuração do fenômeno.

Para Hoffmann e Kageyama (2006, p.84) a pobreza tem uma dupla natureza, se por um lado deve-se ao subdesenvolvimento regional e local, que impõe privações em condições básicas de existência, por outro lado, tem raízes nas características demográficas e nas

limitações de capital humano e financeiro das famílias, que prejudicam a capacidade de elevar a renda familiar. Para operacionalizar este conceito foram combinados critérios de renda e carências de equipamentos básicos, como acesso à água potável, luz elétrica e instalações sanitárias apropriadas (HOFFMANN e KAGEYAMA, 2006, p.92-93).

Para Sonia Rocha (2006, p.28) a busca do índice ideal deve se ater à feição que o fenômeno da pobreza assume e às possibilidades concretas de política pública – esta última envolvendo desde a disponibilidade de dados estatísticos até a de recursos para intervenção. Como amplas parcelas da população brasileira não dispõem de recursos para atender suas necessidades básicas, o consenso é de que o conceito de pobreza relevante no país ainda é o de pobreza absoluta (ROCHA, 2006, p.175). Porém, é indispensável na operacionalização deste conceito a incorporação de certas necessidades mínimas para que as pessoas “funcionem” no contexto socioeconômico brasileiro (ROCHA, 2006, p.176). Assim, para o caso do Brasil é natural focar a questão da pobreza utilizando as abordagens da renda e das *basic needs* de forma complementar (ROCHA, 2006, p.28). Trata-se de estabelecer linhas de pobreza como crivo básico para diferenciar pobres de não-pobres com base em sua renda e em seguida caracterizar a subpopulação pobre utilizando tanto outros indicadores de renda – grau de insuficiência de renda, desigualdade de renda – como outros indicadores relativos às necessidades básicas de educação, habitação, saneamento, acesso a serviços públicos etc (ROCHA, 2006, p.28). Para a autora esse procedimento é essencialmente flexível na medida em que tanto a definição e o nível da linha de pobreza quanto a escolha dos indicadores da qualidade de vida podem ser estabelecidos em função de condições concretas e propósitos específicos (ROCHA, 2006, p.28).

Como é possível de se notar, não há grandes diferenças entre o tratamento da literatura estrangeira e da literatura nacional com relação à abordagem de renda da perspectiva econômica. A prevalência do paradigma da pobreza de renda deve-se ao fato de que ele é relativamente fácil de compreender e implementar, isso tanto para o ponto de vista analítico como para o da concepção de políticas (BOURGUIGNON, 2006, p.78). A concentração dos esforços dos analistas e formuladores de políticas no espaço da renda é frequentemente difícil de ser evitada, dada a disponibilidade comparativamente maior de estatísticas de renda em relação a outros tipos de dados (SEN, 2008, p.168).

Porém, a renda ou o consumo devem ser vistos como resultantes de decisões que, em última instância, dependem das preferências do indivíduo tanto quanto de fatores que estão fora de seu controle (BOURGUIGNON, 2006, p.78). Por essa razão o enfoque no nível individual não é o único e nem necessariamente o melhor para o estudo do fenômeno. Renda é

resultado de um complexo processo através do qual um indivíduo está relacionado à economia e à sociedade, mas é apenas um dos resultados da interação entre indivíduos, economia e sociedade. A crítica implícita da sociologia ao paradigma da renda é o fato de que a distribuição de renda é apenas uma de muitas outras distribuições que são importantes no mundo social (GRUSKY e KANBUR, 2006, p.15).

O paradigma da pobreza de renda ao operacionalizar seus conceitos transformando-os em variáveis que serão objeto de medida, reduz todos os outros resultados – condições de saúde, bens públicos consumidos, etc., também responsáveis pelo bem estar do indivíduo – a um único componente. A focalização no espaço da renda das estratégias de mensuração construídas nos índices H, I, HI, O ou SO transforma um problema multidimensional em unidimensional. Os autores nacionais tratados aqui tentam resolver estes problemas incluindo outros indicadores, incorporando à análise as *basic needs*. Mas não abandonam a idéia da centralidade de renda na compreensão e conceituação de pobreza. As estratégias de mensuração baseadas na renda impõem uma lente excessivamente abstrata, analítica e estatística sobre o problema de um mundo social tão institucionalmente estruturado em categorias, em grupos, ou melhor, em classes.

A ascensão da perspectiva dos modelos de classe no estudo do fenômeno da pobreza deve ser compreendida como a reação sociológica ao individualismo tanto do paradigma da renda quanto a outras abordagens unidimensionais (GRUSKY e KANBUR, 2006, p.15). Apesar de sua simplicidade e praticidade, o paradigma da pobreza de renda na sua forma atual não é suficiente para lidar com várias questões importantes que aparecem em uma definição mais geral ou uma análise mais geral da pobreza (BOURGUIGNON, 2006, p.88). As preocupações dos economistas com a multidimensionalidade até esta data não penetraram no *mainstream* da análise sobre a pobreza (GRUSKY e KANBUR, 2006, p.12). Cada vez mais, saúde e educação são tratadas como elementos fundamentais para o bem-estar, mas tal prática é difundida lentamente e, normalmente, cada dimensão é tratada separadamente ou subsidiariamente à medida que tem a renda como base.

Também é necessário levar em consideração o fato que o diagnóstico precede a escolha de políticas (SEN, 2008, p.170). Isso é importante para assegurar que a indisponibilidade de recursos públicos para auxiliar na eliminação de severas privações não obrigue os cientistas a redefinir a própria pobreza (SEN, 2008, p.170). A recomendação de uma política está condicionada à exequibilidade, mas o reconhecimento da pobreza tem de ir além. Os três passos consistiriam em diagnosticar a privação, determinar o que fazer com os meios disponíveis e então escolher políticas reais.

Outro problema é que os economistas que levaram em conta a multidimensionalidade da pobreza não chegaram a um consenso sobre quais as dimensões que realmente importam, nem mesmo sobre como eles podem decidir o que importa (GRUSKY e KANBUR, 2006, p.12). Mas, há pouca dúvida de que definir a pobreza em termos de um conjunto multidimensional de dotações e acesso a mercados ou bens, em muitos casos é essencial (BOURGUIGNON, 2006, p.101). E a principal vantagem da mensuração baseada nestes conjuntos de dotações e acesso, ou seja, baseada nos modelos de classe, é que as categorias de classe estão institucionalizadas no mercado de trabalho e desta forma são mais do que construções puramente nominais ou estatísticas (GRUSKY e KANBUR, 2006, p.14). Não se trata aqui de substituir completamente a lógica ou os levantamentos feitos no campo da economia, mas o fato é que os dados econômicos não podem ser bem interpretados sem a necessária compreensão sociológica (SEN, 2006, p.45).

CAPÍTULO DOIS

Perspectiva Sociológica - Classe

Ao longo das décadas as construções conceituais dentro das ciências sociais, em especial no ramo sociológico, giraram em torno de modelos de classes sociais que dividem a população em categorias definidas principalmente pela ocupação, *status* do emprego ou outras características relacionadas ao trabalho (GRUSKY e KANBUR, 2006, p.13). Dentro da perspectiva sociológica a abordagem baseada nos modelos de classe é uma das poucas que se distingue completamente das abordagens construídas sob a égide da perspectiva econômica (GRUSKY e KANBUR, 2006, p.13). Existem vários trabalhos de sociólogos que se assemelham aos dos economistas, adotando uma abordagem conceitual e empírica baseada nos pressupostos sustentados pelo “paradigma da renda”, como exemplo está o *paper* de David Brady muito citado no primeiro capítulo. A ascensão dos modelos de classe deve ser compreendida como uma distintiva reação sociológica ao individualismo tanto do “paradigma da renda” quanto de outras abordagens unidimensionais (GRUSKY e KANBUR, 2006:15).

Neste segundo capítulo estará em destaque a formulação proposta pelo que pode-se conceber na perspectiva sociológica como sendo a corrente estruturalista, ou a racionalidade estruturalista, ou simplesmente Estruturalismo. Dentro desta corrente, amplos e variados modelos de classe foram construídos, a maioria compartilhando o pressuposto de que as classes são definidas por condições estruturais – daí surge a terminologia. Esta abordagem foi até certo tempo a mais característica da perspectiva sociológica sobre temas como a desigualdade e a pobreza. O Estruturalismo tentou providenciar soluções aos problemas conceituais referentes ao desenvolvimento de medidas multidimensionais, à distinção entre resultados e capacidades e à compreensão das fontes do isolamento social (GRUSKY e KANBUR, 2006, p.15). Nessa racionalidade as classes são vistas como uma espécie de “caixotes” pré-empacotados de condições estruturais (ex.: nível educacional, renda, riqueza, saúde, etc.) que se agregam ao grupo localizado em tal posição (GRUSKY e KANBUR, 2006, p.16). Já que estes “caixotes” de dotações e recompensas não variam necessariamente em conjunto, as classes sociais não podem ser reduzidas a uma escala unidimensional (GRUSKY e KANBUR, 2006, p.16).

A análise sociológica baseada no conceito de classe tem sua raiz nos trabalhos de Karl Marx e Max Weber (SAVAGE, 2002, p.70). Atravessando todo o século vinte, o debate acerca das classes desenhou-se sob o diálogo entre Marx e Weber, com sociólogos, economistas, historiadores, assim como outros cientistas sociais, firmando suas posições

sobre as classes com base nos argumentos desses “pais fundadores” da sociologia (SAVAGE, 2002, p.70). Ambos os autores continuam a ser fonte inspiradora para a reflexão sociológica contemporânea, e quase todos os livros de teoria social continuam a enfatizar sua relevância contemporânea (SAVAGE, 2002, p.70).

A singularidade do trabalho de Marx é a unidade entre a produção intelectual e o compromisso com a transformação do mundo através da revolução social. Seu objetivo era providenciar uma análise compreensiva da sociedade capitalista com o objetivo de transformá-la. Ele era tanto um revolucionário comprometido quanto um teórico social (CROMPTON, 1996, p.91). Não há muita dúvida sobre a centralidade do conceito de classe no trabalho de Marx, mas, embora seja um tema constante ele nunca deu uma definição precisa do conceito de classe (CROMPTON, 1996, p.91). Em certo sentido este conceito foi o ponto de partida para toda a teoria, já que foi a descoberta do proletariado como a idéia no próprio real, uma nova força política engajada em uma luta pela emancipação, que fez Marx voltar-se diretamente para a análise da estrutura econômica das sociedades modernas e de seu processo de desenvolvimento (BOTTOMORE, 2001, p.61). Para Marx as relações de classe estão permeadas nas relações de produção, mais especificamente, nos padrões de propriedade e controle que caracterizam estas relações (CROMPTON, 1996, p.91). As duas grandes classes da sociedade capitalista são, portanto, a burguesia e o proletariado. A primeira é a proprietária e controladora dos meios de produção e a segunda tem em mãos apenas sua própria força de trabalho, a qual é obrigada a vender à burguesia para que possa sobreviver (CROMPTON, 1996, p.91). Mas, apesar da afirmação que há uma divisão fundamental de classe e é sempre a relação direta entre os proprietários das condições de produção e os produtores diretos que revela o segredo mais íntimo, o fundamento oculto de todo o edifício social, não é possível afirmar que Marx compôs um modelo dual de classe para a sociedade capitalista. A análise de eventos contemporâneos seus revela claramente que ele via a sociedade composta por múltiplas classes (CROMPTON, 1996, p.91). Marx usa o termo classe tanto como um conceito analítico no desenvolvimento de sua teoria da sociedade, quanto um conceito histórico descritivo (CROMPTON, 1996, p.91). Este último é o caso, por exemplo, das classes identificadas no “Dezoito do Brumário de Luis Bonaparte”, quais sejam: aristocracia da terra, banqueiros, burguesia industrial, lumpemproletariado, campesitano, pequena burguesia, proletariado industrial.

Grande parte dos marxistas posteriores seguiu os passos de Marx e Engels ao concentrarem sua atenção sobre a estrutura de classes de sociedades capitalistas (BOTTOMORE, 2001, p.62). O pressuposto de que as classes são definidas por condições

estruturais revela na verdade que as classes enfeixam essas condições estruturais (educação, renda, riqueza, saúde, etc), que estão associadas às pessoas localizadas em determinada posição. A identificação e caracterização destas classes não advêm da simples observação, mas da exploração teórica da estrutura de classes. Esta abordagem enfatiza a identificação e descrição das estruturas de classe. Os indivíduos são os agentes dessa estrutura de relações sociais e a maneira como estão distribuídos dentro dela é comparativamente de menor importância (CROMPTON, 1996, p.93). A tarefa primordial é identificar a estrutura em si, e assim o real interesse dos indivíduos localizados dentro dela (CROMPTON, 1996, p.93).

Estas formulações tiveram de enfrentar as complicações da estratificação social em relação às classes fundamentais. Já no fragmento sobre “As três grandes classes da sociedade moderna”, publicada por Engels como capítulo final do terceiro volume do *Capital*, Marx observa que, mesmo na Inglaterra onde a estrutura econômica está mais desenvolvida e de forma mais clássica, camadas intermediárias e transitórias obscurecem os limites das classes (BOTTMORE, 2001, p.62). Além disso, outra questão que se impõe aos sociólogos marxistas é a situação e o desenvolvimento das duas principais classes na sociedade capitalista, a burguesia e o proletariado. Fora estes problemas de ordem mais acadêmica, o colapso do chamado “Socialismo Real”, implantado principalmente na Rússia e nas repúblicas do leste europeu, foi amplamente interpretado como uma refutação empírica da teoria Marxista.

O contraste entre a análise de classe de Marx e Weber por vezes foi exagerado, mas não há dúvida de que a suas abordagens sobre a ciência social são muito diferentes (CROMPTON, 1996, p.94). Weber era explicitamente adepto do individualismo metodológico, o que significa dizer que todas as coletividades sociais e fenômenos humanos deveriam ser redutíveis aos seus constitutivos individuais e explicados nestes termos (CROMPTON, 1996, p.94). Para Weber a situação de classe reflete na verdade as chances de vida determinadas pelo mercado (CROMPTON, 1996, p.94), ou seja, no capitalismo o mercado é o maior determinante das chances de vida (BREEN, 2004, p.1). Só se pode falar em classe quando (1) um número de pessoas tem em comum um componente causal específico de suas chances de vida, (2) este componente é representado exclusivamente pelo interesse econômico na posse de bens e oportunidades de renda e (3) é representado sob as condições do mercado de bens e serviços ou do mercado de trabalho (GERTH e MILLS, 1948, p.181 *apud* CROMPTON, 1996, p.94). Uma situação de classe é aquela em que há uma probabilidade compartilhada típica de aquisição de bens, de ganhar uma posição na vida e encontrar satisfação interior. Para Weber, o mercado distribui chances de vida de acordo com os

recursos que os indivíduos possuem e esses recursos poderiam variar de inúmeras maneiras (BREEN, 2004, p.1). Para além da distinção entre proprietários e não proprietários de meios de produção, há também variações de acordo com habilidades específicas e outros ativos, entretanto, o ponto é que todos esses ativos só tem valor em um contexto de mercado (BREEN, 2004, p.1). Weber estava consciente da (quase) infinita variabilidade das situações de mercado e, portanto, da dificuldade de identificar uma classe. Sua discussão em “Economia e Sociedade” incorpora a lista de mais de vinte classes (CROMPTON, 1996, p.95). Esta grande diversidade de classes geradas pelo mercado é chamada por Weber de classes econômicas, às quais ele agrega em uma variedade muito menor que denomina de classes sociais (BREEN, 2004, p.2). Weber sugeriu uma estrutura contendo quatro grandes classes sociais: a classe trabalhadora como um todo, a pequena burguesia, trabalhadores com credenciais e a classe privilegiada com a propriedade dos meios de produção e alto nível educacional. Entre estas classes a mobilidade é incomum e difícil para o indivíduo ou mesmo para seus descendentes, enquanto que, dentro destas classes a mobilidade é típica e fácil. Esta divisão é feita primeiro com a distinção entre proprietários e não proprietários e depois com relação ao tipo de serviços que podem ser oferecidos ao mercado por elas (BREEN, 2004, p.2).

A diferença crucial entre as teorias de Marx e Weber segundo CROMPTON (1996) pode ser resumida como segue: em primeiro lugar, para Marx, as relações de classe são fundamentadas na exploração e dominação dentro das relações de produção, enquanto que, para Weber, a classe reflete as diferentes situações de chances de vida no mercado; segundo, o materialismo histórico de Marx dá uma primazia à “classe” na evolução histórica que está em desacordo com perspectiva de Weber sobre a explicação histórica e, finalmente, enquanto que para Marx ação de classe é vista como inevitável, para Weber as classes representam apenas possível e frequente bases para uma ação comum (GERTH e MILLS, 1948, p.181 *apud* CROMPTON, 1996, p.96).

Marx, portanto, via as classes como forças sociais reais com a capacidade de transformar a sociedade (CROMPTON, 1996, p.93). Dois grandes problemas foram identificados, os quais ainda são o foco do debate considerável dentro da sociologia: primeiro, a importância relativa da “economia” (ou forças de classe), em comparação a outras fontes de diferenciação social na definição das atividades humanas e, segundo, a consciência é ou não é essencial para a identificação de uma classe (CROMPTON, 1996, p.94). Para Marx, as relações de classe estão fundadas em exploração e dominação dentro das relações de produção, enquanto que, para Weber, as situações de classe refletem diferentes chances de

vida no mercado (CROMPTON, 1996, p.96). Estas análises clássicas de classe ainda têm alguma pertinência, mas ambas sofrem de limitações quando o objetivo é explorar a sociedade capitalista contemporânea.

Marx previu o desenvolvimento da consciência de classe, onde os trabalhadores tomariam conhecimento da sua situação de classe e procurariam transformar esta através da ação política (SAVAGE, 2002, p.71). Isto certamente não aconteceu e a maioria das pessoas de hoje têm uma percepção muito limitada de sua identidade de classe (SAVAGE, 2002, p.71). Hoje, a maioria das pessoas se vê como classe trabalhadora não porque reconhecem o seu lugar de explorados na sociedade, mas como um meio de afirmar que são pessoas normais ou típicas da sociedade (SAVAGE, 2002, p.71). Este é, com certeza, um sentido muito diferente da consciência de classe a que decorre da tradição marxista (SAVAGE, 2002, p.71). Já a posição weberiana coloca muita ênfase sobre o papel dos processos de mercado que afetam as recompensas, ao invés de examinar em si a forma como os mercados estão socialmente estruturados (SAVAGE, 2002, p.74). A teoria weberiana não fornece um “porquê” às questões de classe realmente importam (SAVAGE, 2002, p.74). Abordagens weberianas apenas sugerem um conjunto de procedimentos sobre como alguém poderia tentar conectar a classe econômica com a classe social (SAVAGE, 2002, p.74). Apesar destas críticas, ao trabalho de Marx e Weber não pode ser relegada apenas a conotação de inspirador. Mais do que inspiração para o trabalho de outros cientistas sociais, o trabalho de Marx e Weber inaugurou verdadeiras tradições na pesquisa social.

Ao tratarem sobre os segmentos mais baixos da sociedade, os desprivilegiados, a perspectiva sociológica de classes vai adotar o conceito de *underclass*, que pode ser traduzido como subclasse ou classes baixas. Este termo foi adotado pela tradição sociológica estrangeira mais recente. Os escritos de autores remotos designavam o segmento inferior do estrato social de lumpemproletariado, guardando certa deferência à terminologia marxiana. Mas, para o entendimento deste trabalho, estas são palavras distintas com significados distintos, o que será esclarecido adiante. Esta perspectiva vai conceitualmente afirmar que existe um fluxo contínuo de pessoas entre a classe trabalhadora e os pobres, ou seja, da classe trabalhadora para a pobreza, da pobreza para a classe trabalhadora (MARKLUND, 1990, p.127). A característica distintiva é o pressuposto de que a posição social dos indivíduos é determinada principalmente pela sua situação laboral e as características do trabalho, especialmente de ocupação (GRUSKY e KANBUR, 2006, p.14). A situação do emprego vai determinar a força de seu compromisso com a força de trabalho formal e a ocupação revela o poder de mercado e as chances de vida das pessoas que tenham compromisso substancial com a força de trabalho

(GRUSKY e KANBUR, 2006, p.14). As categorias dentro de um esquema de classes sociais convencionais geralmente são definidas em termos de distinções profissionais (profissionais liberais, empregados, trabalhador artesanal), ou outras características do trabalho (autoridade, autonomia e tipo de contrato de trabalho). Isso se dá em razão das diferentes habilidades e treinamento que estas classes trazem consigo, o que conforma também sua remuneração. Assim, levando em conta a formulação desta perspectiva, a subclasse inclui os indivíduos precariamente ligados ao mercado de trabalho, com o mínimo nível educacional, nenhuma qualificação e conseqüente baixa remuneração.

Na medida em que o termo *underclass* pode ser identificado como um conceito e uma estratégia para mensuração marcadamente sociológico da pobreza, presta à sociologia as mesmas funções que o termo pobreza para a economia (GRUSKY e KANBUR, 2006, p.14). Embora os sociólogos estejam menos preocupados do que os economistas em derivar taxas de incidência exatas (*headcounts*), a tarefa poderia facilmente ser realizada, bastaria ao sociólogo operacionalizar o conceito de fraca ligação com o mercado de trabalho e calcular o número de indivíduos abrangidos pela categoria (GRUSKY e KANBUR, 2006, p.14).

Para distinguir este conceito de subclasse dos outros, as noções marxistas de pauperização, exército industrial de reserva e lumpemproletariado são fundamentais. Ao analisar as condições da classe operária, Marx argumenta que o capitalismo inevitavelmente cria e mantém uma reserva de força de trabalho desempregada e parcialmente empregada, o exército industrial de reserva, que em conjunção com os limites impostos pela lucratividade, de capacidade de concorrência e de mobilidade dos capitais impede necessariamente que os salários reais dos operários aumentem de maneira mais rápida do que a produtividade do trabalho (SHAIKH, 2001, p.284). A resultante ampliação da distância entre a produtividade e os salários reais fortalece o poder do capital e, portanto, aprofunda o abismo entre a posição dos trabalhadores e a posição dos capitalistas (SHAIKH, 2001, p.284). O empobrecimento relativo dos trabalhadores é um aspecto inerente ao sistema capitalista como um todo (SHAIKH, 2001, p.284). Isto não impede que os capitalistas procurem constantemente reduzir os salários reais tanto quanto possível, e o limite inferior objetivo dessa tendência ao empobrecimento absoluto dos operários é proporcionado pelas condições que regulam a disponibilidade do trabalho assalariado (SHAIKH, 2001, p.284). Quando o exército industrial de reserva é grande, por exemplo, os salários reais podem ser reduzidos abaixo do nível de subsistência da força de trabalho porque há novos trabalhadores para substituir os que forem consumidos pelo capital (SHAIKH, 2001, p.284). Mas esta pressão, inerente ao sistema, no sentido de um empobrecimento absoluto da força de trabalho pode ser neutralizada havendo

condições adequadas – como nos períodos de prosperidade quando o exército industrial de reserva se esgota em certas áreas dentro dos limites dos custos da importação de força de trabalho ou da mobilidade do capital (SHAIKH, 2001, p.284). Assim os salários reais podem elevar-se simplesmente em consequência da escassez de trabalho assalariado imediatamente disponível, ou também, quando as lutas dos trabalhadores, que se refletem na sindicalização e na legislação social, podem regular os termos segundo os quais o trabalho se torna disponível para o capital (SHAIKH, 2001, p.284). Quanto ao lumpemproletariado, o principal significado da expressão não está tanto na referência a qualquer grupo social específico que tenha papel social e político importante, mas antes no fato de ela chamar a atenção para que: em condições extremas de crise e de desintegração social em uma sociedade capitalista um grande número de pessoas pode separar-se de sua classe e vir a formar uma massa desgovernada (BOTTOMORE, 2001, p.223).

A idéia de subclasse é análoga àquela de exército de reserva no sentido em que os pobres da subclasse são recrutados, recapturados, para a classe trabalhadora (MARKLUND, 1990, p.128). Assim, nesta perspectiva os pobres são vistos como parte de uma estrutura maior de classe e a pobreza é vista como uma condição transitória. O risco de se tornar pobre varia de indivíduo para indivíduo na parte mais baixa da classe trabalhadora e varia na relação com níveis de desemprego e condições econômicas, mas o risco desta condição de pobreza ser permanente é baixo (MARKLUND, 1990, p.128). Oposto a isso está aquele conceito de lumpemproletariado, ligado à persistência da pobreza, à exclusão dos pobres da estrutura de classes e à exclusão das atividades convencionais da sociedade (MARKLUND, 1990, p.128). Estes conceitos, então, se complementam na conformação do conceito de *underclass*.

Levando em conta as considerações de Weber sobre o aspecto mais voltado para as chances de vida construídas no mercado, o conceito de subclasse ainda figura uma distinção importante. Numa economia de mercado, a principal determinante da posição social é a participação no mercado de trabalho e a vontade associada a se auto-mercantilizar (ESPING-ANDERSEN, 1999 *apud* GRUSKY e KANBUR, 2006, p.18). Este último termo enfatiza bem como as economias de mercado tornam todas as formas de estima, mesmo a auto-estima, em uma função de valor de mercado (GRUSKY e KANBUR, 2006, p.18-19). Quando os indivíduos não se auto-mercantilizam estão fora de uma das instituições mais fundamentais da sociedade, ficando reduzidos a nulidades e cifras sociais (GRUSKY e KANBUR, 2006, p.19). É por isso que uma mera transferência de renda para as classes baixas é irrelevante no intuito de aliviar sentimentos de exclusão social. Essa transferência só chama a atenção para o fracasso inicial da auto-mercantilização (GRUSKY e KANBUR, 2006, p.19). Apesar de um

mapa de classe também incorporar distinções de *status* social entre aqueles que têm um compromisso duradouro com o mercado de trabalho, a divisão social entre a subclasse e todas as outras classes parece especialmente grande, pois capta esta distinção fundamental: dentro/fora do mercado de trabalho (GRUSKY e KANBUR, 2006, p.19).

Para esta perspectiva sociológica desenvolvida dos modelos de classe, os indivíduos distribuídos dentro das classes que compõem a estrutura social têm dotações e obtêm resultados que estão perto das médias vigentes para suas classes (GRUSKY e KANBUR, 2006, p.18). No caso da subclasse que se encontra na base da distribuição, o “pacote” de dotações e resultados combina: investimentos mínimos em ensino, oportunidades limitadas de qualificação para o trabalho, pouca ou nenhuma possibilidade de obtenção de credenciais, participação no mercado de trabalho de forma intermitente e pouco marcante, pouca ou nenhuma oportunidade de autoridade ou de autonomia no trabalho realizado, precárias condições de saúde, baixa renda e depreciação social. Nesta visão não estão incorporadas as dimensões culturais ou as práticas sociais, o que levou alguns autores a construir uma noção que explorasse estes outros aspectos no estudo das classes.

Porém, estas formulações sustentam inadvertidamente algo que já é considerado um problema pela economia e pela sociologia modernas e que atinge a boa forma de mensuração da pobreza. A ênfase neste caso está nas oportunidades que um dado esquema de dotações e recompensas tolera, deixando em aberto que tais oportunidades podem ser realizadas de diferentes formas. Esta crítica assemelha-se ao argumento de Amartya Sen pelo qual as capacidades é que devem ser objeto de medida e não as recompensas. Tomar as classes como estes caixotes pré-empacotados de dotações e recompensas também implica em dizer que o espaço de resultados e capacidades é presumidamente de baixa dimensionalidade (GRUSKY e KANBUR, 2006, p.18). Em outras palavras, as classes sociais contêm uma variedade delimitada de dotações e resultados e existe um esquema contendo poucas classes que pode caracterizar adequadamente o espaço multidimensional (GRUSKY e KANBUR, 2006, p.18). Além disso, para o estruturalismo, as classes são uma espécie de “*status* mestre”, ou seja, o efeito de classe é capaz de imperar sobre qualquer outra causa e superar qualquer efeito de nível individual (GRUSKY e KANBUR, 2006, p.18). A partir destas tradições os sociólogos operaram sob o feitiço de um modelo analítico de classe que engloba um conjunto amplamente não testado de suposições sobre a estrutura do mundo social (GRUSKY e KANBUR, 2006, p.18). No próximo capítulo restará a crítica a esta perspectiva do ponto de vista onde as classes (e especialmente a subclasse) não é apenas um emaranhado de condições estruturais, mas sim um fenômeno notadamente cultural.

CAPÍTULO TRÊS

Perspectiva Sociológica - Subcultura

Em resposta à perspectiva sociológica mais clássica, o Estruturalismo, surgiu um movimento que pode ser nomeado de Culturalismo – a mesma terminologia é utilizada por Grusky e Kanbur (2006, p.19). Para esta racionalidade culturalista as classes não são meramente constelações de condições estruturais, são também agrupamentos sociais fechados nos quais as culturas distintas emergem e passam a influir em atitudes, comportamentos ou até nas preferências dos membros da classe (GRUSKY e KANBUR, 2006, p.19). Segundo esta tese, as duas formas principais em que as classes fecham-se em si mesmas são proporcionadas pela segregação do espaço de trabalho e a segregação residencial. Um bom exemplo para a primeira forma são as associações ocupacionais, já para a segunda forma são os guetos urbanos, vilas operárias, etc. Para as classes baixas o processo mais importante é a segregação residencial, já que seus membros vivem espacialmente isolados da cultura dominante nos guetos urbanos (GRUSKY e KANBUR, 2006, p.19).

Segundo Grusky e Kanbur (2006, p.20), para analisar o conteúdo desta cultura de classe, e logicamente a relação que esta estabelece com as condições estruturais, a literatura sociológica abrange três posições principais: meios prescritos culturalmente, fins prescritos culturalmente e culturas mal-adaptadas. A primeira posição sustenta que as culturas de classe codificam respostas comportamentais que otimizam as condições institucionais prevaletentes. Desta forma, são estabelecidas regras que permitem aos membros de classe realizar seus próprios cálculos de otimização, contando cada vez mais com as prescrições culturais, pois estas fornecem atalhos confiáveis à decisão correta. Estas regras são aquelas que podem ser chamadas de “regras de ouro”. Para a segunda posição, estas culturas de classe representam visões de mundo globais, que instruem não apenas sobre os meios adequados para atingir fins, mas, além disso, informam sobre a avaliação adequada destes mesmos fins. Já para a terceira posição, estes meios e fins prescritos culturalmente são formas de adaptação que servem bem aos que se beneficiam deles, porém, há aqueles que, por contraste, são mal-adaptados. Pode-se então insinuar que possivelmente há culturas de classe marcadas por este mecanismo, uma má-adaptação que propaga, através de forças estruturais, tipos de personalidade que são contra-produtivas. Estas personalidades de baixa eficácia são, todavia, uma forma de adaptação, mesmo que neste caso a adaptação seja disfuncional. Esta má adaptação é o que caracteriza a subclasse.

Essa lógica culturalista de modelos de classe foi desenvolvida nos anos setenta por Pierre Bourdieu e em meados dos anos oitenta por sociólogos como William Julius Wilson, Nicholas Lemann, entre outros. As idéias destes cientistas sociais tornaram-se cada vez mais proeminentes dentre os sociólogos que estavam interessados nas dimensões culturais da estratificação (SAVAGE, 2002, p.76). Esta perspectiva que trata o tema da pobreza através do conceito de subcultura foi originalmente desenvolvida no âmbito da antropologia social e da etnologia, que serviam antes para descrever as condições de vida entre as minorias étnicas (MARKLUND, 1990, p.128). Apesar do consenso entre estes analistas que o problema da pobreza seja de natureza cultural e não econômica, há um intenso desacordo sobre como exatamente normas culturais influenciam o fenômeno chamado de subclasse.

Padrões culturais específicos observados entre as pessoas pobres podem ser interpretados em termos de um ajustamento a forças externas e como foco para uma compreensão da própria pobreza (MARKLUND, 1990, p.129). Estas forças externas raramente são evidenciadas empiricamente pela perspectiva que tem por base o conceito de subcultura, antes são tomadas como o pano de fundo dentro do qual a cultura da pobreza floresce (MARKLUND, 1990, p.129). Esse pano de fundo pode ser, por exemplo, a segregação do espaço de trabalho ou a segregação residencial mencionadas acima como as duas principais formas do “fechamento” de uma classe em si mesma. Para tratar especificamente sobre a cultura da subclasse seria preciso então voltar à atenção principalmente para os guetos urbanos. Isto porque a subcultura da subclasse seria gerada principalmente pela segregação residencial (GRUSKY e KANBUR, 2006, p.19), já que a subclasse não está fortemente ligada ao mercado de trabalho. Aqueles indivíduos pertencentes à subclasse vivem em guetos urbanos que são espacialmente isolados da cultura prevalente na sociedade, permitindo assim que uma cultura distinta e oposta surja e se reproduza (GRUSKY e KANBUR, 2006, p.19). Os proponentes dessa teoria, que é conhecida como “tese da cultura da pobreza”, acreditam que as dificuldades encaradas pela subclasse refletem o fato de que muitos dos pobres tenham desenvolvido sua própria e “patológica” categoria de crenças que não conduzem à mobilidade ascendente e prosperidade financeira (KELSO, 1994, p.167). Uma vez que estes grupos de baixa renda estabelecem sua própria subcultura, eles podem constantemente recrutar novos membros e os socializar de acordo com os valores desviantes dessa associação (KELSO, 1994, p.167). Essas crenças patológicas (ou *ethos*) da subclasse são passadas para os jovens membros do gueto, mantendo-os em um círculo vicioso de pobreza e desespero (KELSO, 1994, p.168). Até que seu isolamento das crenças e valores da sociedade como um todo seja rompida, há pouca esperança de que a subclasse abstenha-se de

comportamentos autodestrutivos que os mantêm atolados na pobreza (KELSO, 1994, p.168). Aqui no Brasil, um autor que seguiu esta linha de raciocínio foi Florestan Fernandes, como é possível notar em “A integração do negro na sociedade de classes”. Este clássico da sociologia brasileira tenta reconstruir a tragédia que o negro viveu no difícil processo de adaptação aos moldes da sociedade de trabalho livre, fruto de um passado degradante. Fato curioso é que cientistas sociais de ambos os lados do espectro político, da esquerda e da direita, expressaram uma ou outra forma da tese da cultura da pobreza (KELSO, 1994, p.168).

Estes efeitos da segregação residencial atuam de forma mais tênue em se tratando de outras classes sociais. Para estas últimas, as interações com outros grupos e a interação bem superficial dentre os membros de uma mesma comunidade residencial não podem ser levadas em conta, isto quando está se tratando da geração de uma cultura significativa (GRUSKY e KANBUR, 2006, p.19). Quando uma cultura distinta emerge fora da chamada subclasse, isso ocorre principalmente pela tendência dos membros de alguma categoria ocupacional interagirem desproporcionalmente uns com os outros no espaço de trabalho ou em atividades recreativas (GRUSKY e KANBUR, 2006, p.19).

Uma explicação alternativa, mas ainda sob a égide da perspectiva sociológica ligada ao conceito de subcultura, é a “tese do isolamento social”. Apesar de uma abordagem um pouco diferente o núcleo central do argumento desta perspectiva é mantido, ou seja, a subclasse é muito mais um fenômeno cultural do que econômico e o comportamento destrutivo é mais uma consequência do que uma causa da pobreza. Por exemplo, no trabalho de Willian Julius Wilson sobre as transformações da economia norte-americana, o problema do aumento expressivo da subclasse teve sua causa na migração das indústrias para os subúrbios das grandes cidades, o que fez os moradores do interior encarar uma séria restrição de oportunidades (KELSO, 1994, p.171). Esta migração resultou no isolamento físico dos negros pobres, limitando as oportunidades deles em acharem empregos bem remunerados (KELSO, 1994, p.171). Desta forma, o comportamento desviante dos pobres não se explica “ahistoricamente”, dissociada dos demais acontecimentos. Wilson sustenta que as transformações na economia levaram a concentração de indigentes no interior, assim, os pobres foram expostos a normas sociais que não conduzem a obtenção de um emprego ou obediência à lei (KELSO, 1994, p.171). Quando as pessoas vêm em seu bairro negligência com a família, tráfico de drogas ou outras atividades ilegais, elas se inclinam a mimetizar estes comportamentos e engajarem-se em atividades desviantes (KELSO, 1994, p.:171). A resposta sócio-psicológica dos pobres à sua desoladora condição econômica adquire uma vida própria, gerando uma cultura patológica que é prejudicial a eles mesmos. Para Wilson o efeito

mais prejudicial do isolamento físico e seus efeitos são agravados pelo fato de que os indigentes são cada vez mais isolados dos valores e oportunidades oferecidos pela sociedade (KELSO, 1994, p.171-172). Os residentes do interior abandonados, socialmente isolados, perdem contato com redes de trabalho e o suporte cultural necessários para tomar vantagem de qualquer abertura que aconteça no mercado de trabalho (KELSO, 1994, p.172).

Outra explicação de racionalidade culturalista é a desenvolvida pelo que é chamado com frequência de “teoria da tensão”. O argumento é que o comportamento autodestrutivo da subclasse decorre do compromisso dos pobres com os valores tradicionais e não, como afirma Wilson, do seu isolamento da cultura geral (KELSO, 1994, p.173-174). A teoria da tensão acredita que os pobres tenham internalizado os valores da sociedade mais ampla, que sobrevaloriza conquista e acúmulo, mas não consegue realizar seus objetivos por causa da natureza altamente estratificada da economia (KELSO, 1994, p.174). A fim de aliviar a tensão psicológica resultante deste conflito os pobres muitas vezes engajam-se em ações desviantes: abandonam o mercado de trabalho, esquecem suas responsabilidades familiares e podem até vir a cometer crimes (KELSO, 1994, p.174). A teoria da tensão presume que todas as pessoas são igualmente socializadas em um conjunto de valores que enfatiza a realização e o sucesso. Ela também defende que as pessoas se envolvem em ações indesejáveis apenas quando são incapazes de realizar seus objetivos culturalmente induzidos (KELSO, 1994, p.174). Assim, as ações da subclasse são apenas consequência, e não causa, das suas dificuldades em encontrar oportunidades de emprego significativas (KELSO, 1994, p.174).

Dentre os autores que se destacam por sua abordagem através do conceito de subcultura, dentro desta perspectiva sociológica culturalista, o trabalho que mais se destaca é sem dúvida o de Pierre Bourdieu. Este autor se tornou ponto de referência necessário em várias áreas “especializadas” ao longo da disciplina sociológica (incluindo a educação, a cultura, a “teoria” e a sociologia do conhecimento). Ele também alcançou um *status* canônico na antropologia cultural (WEININGER, 2004, p.119). Mas ele é mais conhecido por seus argumentos sobre a importância do capital cultural (SAVAGE, 2002, p.76). Sobre o conceito de capital cultural, ele argumenta que algumas pessoas são socializadas em conta dos tipos de valores e das disposições que lhes permitam apreciar as formas de “alta cultura”, como a música clássica, artes plásticas e assim por diante (SAVAGE, 2002, p.76). A valorização destas formas de arte não é algo ligado ao gosto individual, isso porque em parte a alta cultura é tomada como algo que deva ser preservado e venerado em museus, galerias e teatros; além de ser destaque nos currículos de escolas e universidades (SAVAGE, 2002, p.77). Mas, esta apreciação da alta cultura depende diretamente do ataque à cultura popular ou ao que poderia

por contraste ser chamado de “baixa cultura”. Por exemplo, exaltar a qualidade da música em uma apresentação de João Gilberto no Teatro Municipal de São Paulo inclui a implícita desqualificação de qualquer banda que execute o “tecnobrega” nas periferias de Belém do Pará. Contudo, capital cultural não é simplesmente a valorização das formas de alta cultura. Para apreciar tais formas de arte é necessário abstrair-se das necessidades cotidianas, envolve olhar para a arte de uma forma “destacada”, abstraída, e isto depende da posse de certo privilégio cultural (SAVAGE, 2002, p.77). A posse de capital cultural não serve apenas para capacitar as pessoas à apreciar as várias formas de arte. Por ser baseado na capacidade de abstração, o capital cultural confere a seus possuidores habilidades e atributos necessários para um bom desempenho no processo educacional (SAVAGE, 2002, p.77). Assim, o indivíduo que detém capital cultural é o mesmo que está habilitado a converter as suas disposições incorporadas em credenciais educacionais, algo que lhe permite ocupar uma posição privilegiada (em razão de ter arranjado um bom emprego por conta de seu diploma universitário, por exemplo), mantendo sua vantagem de origem. Este é um eixo independente da estratificação com base no capital econômico para Bourdieu (SAVAGE, 2002, p.77).

Apesar do peso do conceito de capital cultural para todo o trabalho de Bourdieu, mais importante de se notar aqui é que a classe social constitui uma categoria analítica fundamental em grande parte da investigação deste autor, tanto que ele já é incluído nas listas dos principais teóricos contemporâneos da classe (WEININGER, 2004, p.119). Duas preocupações básicas podem ser especificadas que motivam muitas das características únicas da abordagem de Bourdieu em se tratando de “classe”, estas dizem respeito: (1) à importância e ao papel da análise dos sistemas simbólicos na análise de classe e (2) à questão dos limites entre as classes (WEININGER, 2004, p.120). Antes, é preciso entender que Bourdieu interpreta o contraste entre “classe” e “*status*”, colocado por Weber, em termos de uma distinção entre o material (ou econômico) e o simbólico (WEININGER, 2004, p.120). Esta distinção entre o material e o simbólico não deve dar causa a tipos alternativos de estratificação nem origem a diferentes tipos de coletividades sociais. A distinção entre classes e grupos de *status* é antes uma conveniência analítica, da qual Bourdieu discorda (WEININGER, 2004, p.120). O resultado disso é a insistência de que a análise de classe não pode ser reduzida à análise das relações econômicas. Esta implica simultaneamente em uma análise das relações simbólicas ao longo das comunidades de *status*, referidas por Weber (WEININGER, 2004, p.120-121). Bourdieu rejeita também um dos aspectos mais fundamentais da teoria de classe mais ortodoxa: o imperativo de demarcar as classes entre si *a priori* (WEININGER, 2004, p.121). Bourdieu aderiu ao longo da sua carreira à uma visão de

ciência social que repudia a fusão de interesses políticos e científicos e, para ele, separar uma coletividade social da outra é uma forma fundamental do conflito político. Ele afirma que com o desenho das fronteiras *a priori* corre-se o risco (na prática de investigação e, possivelmente, na teoria) de tratar as classes como entidades “auto-subsistentes”, pré-formadas, e só depois disso inseri-las nos fluxos dinâmicos, ou em outras palavras, tratá-las de acordo com uma “lógica substancialista” (WEININGER, 2004, p.121). A implicação destas formulações é que as fronteiras entre as classes devem ser entendidas em termos de práticas sociais, ao invés de conjecturas teóricas (WEININGER, 2004, p.121).

É preciso reconhecer que para Bourdieu a noção de estrutura de classes envolve a totalidade da divisão ocupacional do trabalho e esta divisão forma um “sistema” (WEININGER, 2004, p.122). Isto implica que as posições na divisão do trabalho são diferenciadas e, portanto, relacionadas entre si, isso em termos de fatores teóricos significativos (WEININGER, 2004, p.122). Para Bourdieu, esses fatores resultam da distribuição dos “capitais”, ou seja, o conjunto de recursos e poderes realmente utilizáveis (WEININGER, 2004, p.122). Para Bourdieu existem várias espécies de capital que não podem ser subsumidos sob um único conceito genérico e no contexto atual, os mais importantes são o capital econômico e o cultural (WEININGER, 2004, p.122).

O modelo que Bourdieu constrói deve ser entendido como uma estrutura objetiva de posições, isto é, estas posições estão “ocupadas” por indivíduos, que existe como uma “quase realidade”, ou seja, existe de forma independente (WEININGER, 2004, p.124). Bourdieu estabelece um nexo de causalidade indireta entre as posições e as práticas sociais por meio do conceito de *habitus*, que em seu esquema explicativo fornece uma mediação essencial: a classe social, entendida como um sistema de determinações objetivas, deve ser relacionada não ao indivíduo ou à classe enquanto subgrupo, mas com o *habitus* de classe (WEININGER, 2004, p.124). O conceito de *habitus* pode ser definido como um sistema socialmente constituído de disposições que orientam os pensamentos, percepções, expressões e ações (WEININGER, 2004, p.119-120). Conforme Loïc Wacquant (2004, p.35):

Habitus é uma noção filosófica antiga, originária no pensamento de Aristóteles e na Escolástica medieval, que foi recuperada e retrabalhada depois dos anos 1960 pelo sociólogo Pierre Bourdieu para forjar uma teoria disposicional da ação capaz de reintroduzir na antropologia estruturalista a capacidade inventiva dos agentes, sem com isso retroceder ao intelectualismo Cartesiano que envia as abordagens subjetivistas da conduta social, do behaviorismo ao interacionismo simbólico passando pela teoria da ação racional.

No trabalho de Bourdieu é possível encontrar a mais completa renovação sociológica do conceito de *habitus*, delineado para transcender a oposição entre objetivismo e subjetivismo: *habitus* é uma noção mediadora que ajuda a romper com a dualidade de senso comum entre indivíduo e sociedade ao captar “a interiorização da exterioridade e a exteriorização da interioridade”, ou seja, o modo como a sociedade se torna depositada nas pessoas sob a forma de disposições duráveis, ou capacidades treinadas e propensões estruturadas para pensar, sentir e agir de modos determinados, que então as guiam nas suas respostas criativas aos constrangimentos e solicitações do seu meio social existente (WACQUANT, 2004, p.36). A classe através desse *habitus* adquire os diversos tipos de capital, em especial o econômico, e conforme destaca o trabalho de Bourdieu, o capital cultural e também o capital social. Esta aquisição de capital envolve também a incorporação de competências e habilidades que podem trazer com eles recompensas potenciais, embora as pessoas possam ter conhecimento deste, ou podem desconhecer o seu capital cultural, ou a falta de capital cultural (SAVAGE, 2002, p.79). Em se tratando de uma subcultura da subclasse, o que pode-se deduzir é que o *habitus* deste segmento permite muito pouco ou nenhuma incorporação de competências e habilidades, ou então, que estas competências e habilidades adquiridas não servem para trazer com elas recompensas para essa subclasse.

Outro conceito geral da sociologia de Bourdieu que deve ser inserido aqui é o de “campo”, um conceito tomado como aquele que condensa sua compreensão da estrutura social (WEININGER, 2004, p.128). Bourdieu vê a estrutura de classe como uma rede objetiva de posições que são sistematicamente relacionadas entre si em termos da distribuição do capital cultural e econômico em todas as posições ocupacionais (WEININGER, 2004, p.128). O conceito de campo foi construído para encerrar uma interpretação excessivamente estruturalista do espaço social, isto é, aquele em que os indivíduos que “ocupam” as diferentes posições sejam reduzidos ao papel de meros “portadores” das relações estruturais que lhes foram atribuídas (WEININGER, 2004, p.128). A expressão serve para lembrar um campo de batalha ou de jogo e, mais especificamente, o fato de que os indivíduos que se confrontam entrarão em conflito ou competição um com o outro, cada qual a partir de uma posição mais ou menos vantajosa (WEININGER, 2004, p.128). Nesta base, o espaço social de Bourdieu pode também ser chamado de “campo das classes sociais”, o que significa que estilos de vida são adquiridos nos conflitos sociais (WEININGER, 2004, p.128).

A interação com membros de outras classes sociais pode gerar certo desconforto e, portanto, rotineiramente as pessoas evitam colocar-se em tais situações. É o que pode-se chamar, conforme já referido acima, de fechamento da classe em si. Desta forma as pessoas

adaptam suas vidas em torno do seu *habitus* e isso permite-lhes viver o cotidiano de suas vidas muitas vezes sem refletir conscientemente sobre a classe como uma experiência vivida. Mas, a distinção básica para qual Bourdieu chama a atenção é aquela entre esses campos organizados em torno do físico, principalmente das habilidades pré-reflexivas e os campos organizados em torno de atributos intelectuais, como em muitas áreas de valorização cultural (SAVAGE, 2002, p.81). O capital cultural depende do “distanciar-se do imediato”, do mundo superficial das sensações físicas e, portanto, existe uma tensão entre elas. Apenas alguns tipos de *habitus* podem operar como capital, e onde este existe. A participação em um campo particular tem o poder de conduzir a benefícios adicionais em outros campos (SAVAGE, 2002, p.81). O campo intelectual é mais capaz de organizar instituições sociais poderosas, como a igreja, o sistema de ensino, a maioria das atividades do Estado e das grandes corporações (SAVAGE, 2002, p.81). Assim, uma criança que é capaz de se dar bem na escola pode não estar ciente, ou talvez esteja apenas vagamente ciente, de que isto levará a vantagens profissionais mais tarde em sua vida, mas essa falta de consciência não diminui em nada o fato de que o seu *habitus* transmite o poder do capital (SAVAGE, 2002, p.81). Em algumas áreas, profissionais qualificados ganham as recompensas diretamente relacionadas com as suas habilidades nesse campo. Grandes jogadores de futebol podem obter alta renda, por força de suas proezas futebolísticas, mas quando as pessoas podem adquirir habilidades em campos específicos que lhes permitem avançar efetivamente sobre outros campos, podemos ver um processo de acumulação, uma vez que certas habilidades conduzem a outras habilidades (SAVAGE, 2002, p.81). Em sociedades capitalistas contemporâneas é a interligação entre o capital cultural, o sistema educacional e o mercado de trabalho que é de primordial importância na geração de desigualdade de classe (SAVAGE, 2002, p.81). Assim, estar em uma posição dominada dentro do campo incorre em uma tremenda desvantagem, embora possa o indivíduo pertencente a este *habitus* não estar plenamente conscientes disto.

Em posse desses instrumentos analíticos é possível compreender melhor a obra em que Bourdieu trata especificamente do tema desta dissertação. Em “A miséria do mundo”, Bourdieu traz ao debate as “pequenas misérias” do cotidiano que não são percebidas ao tratar-se da “grande miséria”. Para ele, estabelecer a grande miséria como medida exclusiva de todas as misérias é proibir-se de perceber e compreender toda uma parte do sofrimento característico de uma ordem social (BOURDIEU, 2007, p.13). Apesar de ter-se feito recuar esta grande miséria, essa também acabou por diferenciar-se e multiplicar-se em termos de campos e sub-campos especializados, estas condições sem precedentes acabaram por desenvolver todas as formas de pequena miséria (BOURDIEU, 2007, p.13). O objetivo de

Bourdieu neste livro é compreender “o domínio das condições de existência e dos mecanismos sociais cujos efeitos são exercidos sobre o conjunto da categoria” da qual fazem parte os que estão expostos à pequena miséria. E compreender “o domínio dos condicionamentos inseparavelmente psíquicos e sociais associados a sua posição e a sua trajetória particulares no espaço social” através dos pontos de vista das categorias particularmente expostas à pequena miséria.

A ordem geral do livro apresenta uma série de entrevistas sobre pessoas comuns, um conjunto de pessoas, pontos no imenso espaço social constituindo um único coeso que fazem sentido se vistos e apreciados no todo. Apesar de valorizar a bricolagem de entrevistas, Bourdieu acredita na ciência como própria do universal. Se a miséria é localizada, é ao mesmo tempo universal, “do mundo”. O objetivo explícito do livro é a universalidade e por isso há o tratamento diferenciado das histórias recolhidas. Bourdieu (2007) visa tornar pública a questão das desigualdades sociais na França, nutrida por uma série de sintomas cotidianos. A maneira escolhida para denunciar esses processos foi através dos instrumentos científicos à sua disposição. O autor apresenta as pequenas misérias cotidianas: as “misérias de posição”, causadas por uma queda de estrato social; e as misérias dos “excluídos do interior”, aqueles que ocupam uma posição subalterna e sofrem a precariedade de sua situação, assim como a exclusão pela imigração e pela mudança geracional. Neste último caso são destaque os estrangeiros em vias de aculturação e os filhos de imigrantes aculturados, não integrados na nova sociedade de seus pais (mal-adaptados). As disparidades sociais aumentam e a pobreza se dissemina pelo meio de uma “violência inerte” (BOURDIEU, 2007, p.85) da ordem das coisas. A miséria coletiva acomete todos aqueles que estão amontoados nos lugares de “rejeição social”, onde “as misérias de cada um são redobradas por todas as misérias nascidas da coexistência e da coabitação de todos os miseráveis e sobretudo, talvez, do efeito de destino que está inscrito na pertença a um grupo estigmatizado” (BOURDIEU, 2007, p.85).

Bourdieu (2007) dá uma especial atenção aos “lugares” em sua pesquisa, realizando uma análise das relações entre as estruturas do espaço social e as estruturas do espaço físico. O “lugar” é definido por Bourdieu (2007, p.160) como o ponto do espaço físico onde um agente ou uma coisa se encontra situado. Os agentes sociais são constituídos no e pelo espaço social (campos) e também as coisas, na medida em que são apropriadas pelos agentes, constituídas como propriedades. Este espaço social se caracteriza por sua posição relativa, tanto pela relação com os outros lugares, quanto pela distância que o separa deles. Enquanto o espaço físico é definido pela exterioridade mútua das partes, o espaço social é definido pela exclusão mútua (distinção) das posições que o constituem, como estrutura de justaposição de

posições sociais. O espaço social se manifesta nos contextos mais diversos sob a forma de oposições espaciais, o espaço habitado funciona como uma espécie de simbolização espontânea do espaço social. Efetivamente, o espaço social se retraduz no espaço físico. Mas, isto acontece de forma mais ou menos confusa, deformada. A posse de capital se manifesta no espaço físico sob a forma de uma relação entre a estrutura espacial da distribuição dos agentes e a estrutura espacial da distribuição dos bens e/ou serviços, privados ou públicos (espaço social reificado, fisicamente realizado ou objetivado). Assim, os diferentes espaços reificados (o autor os chama também de campos) tendem a se sobrepor, resultando em concentrações dos bens mais raros e de seus proprietários em certos lugares do espaço físico que se opõem em todos os aspectos aos lugares que agrupam principalmente e por vezes exclusivamente os mais carentes. Para Bourdieu (2007, p.162) as grandes oposições sociais objetivadas no espaço físico (o autor trata em especial da oposição capital/província) tendem a se reproduzir nos espíritos e na linguagem sob a forma de oposições constitutivas de um princípio de visão e de divisão, enquanto categorias de percepção e de apreciação (de estruturas mentais). As estruturas do espaço físico apropriado são uma dentre as mediações através das quais as estruturas sociais se convertem progressivamente em estruturas mentais e em sistemas de preferência (BOURDIEU, 2007, p.162). A incorporação insensível das estruturas da ordem social realiza-se através da experiência prolongada e indefinidamente repetida das distâncias espaciais nas quais se afirmam distâncias sociais. No interior de cada um dos grupos permanentes, horizonte vivido de todas as experiências, que são percebidas e vividas, com todos os erros, resultando do efeito da tela as oposições, em matéria de estilo de vida, sobretudo, que separam classes, etnias ou gerações diferentes (BOURDIEU, 2007, p.12).

Os benefícios originados pelos lugares e locais do espaço social reificado são resultados de lutas dentro dos diferentes campos (BOURDIEU, 2007, p.163). Estas disputas pela apropriação podem tomar uma forma individual (a mobilidade espacial) ou coletiva (por exemplo, as políticas nacionais de habitação) e os ganhos de espaço podem tomar a forma de “ganhos de localização” – podendo resultar de um incremento na renda ou de um efetivo “ganho de posição ou de classe” que leve à aproximação de bens raros e cobiçados ou aquisição de um endereço prestigioso –, ou “ganhos de ocupação” – que levam a posse de um espaço físico que mantém à distância e exclui toda espécie de intrusão indesejável (BOURDIEU, 2007, p.163). A capacidade de apropriar-se do espaço, especialmente apropriando-se de bens raros (públicos ou privados) depende do capital que se possui. Os que não possuem capital são mantidos à distância (fisicamente ou simbolicamente) dos bens socialmente mais raros (BOURDIEU, 2007, p.164). E o habitat contribui para o *habitus*, o

habitus por sua vez, através dos costumes sociais contribui para o habitat (BOURDIEU, 2007, p.165). Fator muito importante é o capital social adquirido pela ocupação prolongada de um lugar prestigiado, as relações ou ligações privilegiadas, além de outros aspectos mais sutis do capital cultural e linguístico (BOURDIEU, 2007, p.165). Esta luta pela apropriação de alguma localização privilegiada é apenas um exemplo dos conflitos possíveis que permeiam a luta no campo das classes sociais.

Bourdieu é um intelectual que não distingue sua teoria da evidência empírica analisada e por isso é difícil transplantar seu modelo para outra realidade que não a França ou a Argélia retratada por ele. Quem faz melhor essa transposição com adaptação contextualizada para o Brasil é sem dúvida o professor Jessé Souza. O professor Jessé Souza organizador dos livros “A invisibilidade da desigualdade brasileira” e “A ralé brasileira”, dentre outros, convida ao debate acerca da desigualdade e da pobreza no país, sob o signo de uma “teoria da ação social” alternativa. Para a teoria social proposta não basta só a descrição da realidade, é necessário explicar, dizer o “porquê” da existência de níveis intensos e estáveis de desigualdade e miséria no Brasil. Assim, também a teoria da ação social tem de expor as razões que levam algumas pessoas a agir de tal forma e outras de modo diverso. Essa proposta alternativa se contrapõe àquela predominante em nosso país (segundo ele), contesta o paradigma que “explica” o Brasil, tarefa adotada pelo professor Jessé e alguns outros autores com imenso entusiasmo e consciência das dificuldades a serem enfrentadas. A dificuldade maior está na imensa aceitação pré-reflexiva e horizontalizada do paradigma, chamado pelo professor de “teoria emocional da ação” que foi construída para se contrapor à “teoria instrumental da ação”, esta última, visão típica das sociedades modernas avançadas. A análise do Brasil pela teoria emocional da ação garante uma falsa compensação ao nosso atraso em relação aos países desenvolvidos, e isto, por tomar as pessoas que aqui vivem como essencialmente iguais, diversas apenas com relação a suas rendas, acaba por “naturalizar/invisibilizar” as verdadeiras causas de nossa desigualdade e miséria. Através de uma perspectiva totalizante, juntando os temas que dizem respeito ou que tangem o tema central da desigualdade, o professor Jessé e os demais autores que se unem a ele formulam o que dizem ser o “primeiro esforço refletido, no âmbito da sociologia brasileira” a dar conta da complexidade inerente ao assunto. Os textos contidos na obra tentam romper com a percepção fragmentada e superficial do problema e da própria realidade. Tal percepção por parte dos especialistas e dos comuns leva a construção de uma teoria e de uma prática meramente simbólica, o que resulta em políticas de enfrentamento igualmente simbólicas. A adoção de uma concepção de sociedade composta por “indivíduos” uni-situados no mundo, que

supostamente são detentores das mesmas capacidades disposicionais, leva à construção de uma compreensão da situação dos miseráveis e da miséria em si como circunstanciais, contingentes. Essa compreensão leva à uma lógica, contida nas políticas assistenciais, onde para solucionar o problema da desigualdade e da pobreza basta uma ajuda passageira e tópica por parte do Estado (assistencialismo).

Nestes dois trabalhos (2006 e 2009) o professor Jessé constrói um paradigma alternativo para a superação da “teoria emocional da ação”, nos revelando que para a superação de um dado paradigma é necessário que o novo dê conta de explicar de forma mais convincente todos os temas abordados pelo antecessor. A naturalização e legitimação da desigualdade, bem como a construção histórica da exclusão de certo tipo de pessoa é consequência não de uma suposta herança pré-moderna e personalista, mas sim de um efetivo processo de modernização generalizado. Nossa desigualdade e sua naturalização no cotidiano retiram sua eficácia da impessoalidade das instituições modernas. Este mesmo paradigma, a ser superado, se funda nas idéias que dão sustentação a crenças no progresso econômico como solução para os problemas sociais; de uma suposta divisão do país em áreas modernas e pré-modernas; crenças que ajudam a encobrir os conflitos de classe.

Para cumprir esta tarefa o professor Jessé aponta dois passos essenciais: reconstruir sob uma vertente sociocultural o tema da “ideologia espontânea do capitalismo” e sua aplicação ao contexto da “modernidade periférica”. O surgimento deste racionalismo ocidental difere em muito de sua expansão ulterior à periferia através de “artefatos prontos” (mercado capitalista e Estado racional) – conforme leciona Weber. Todos aqueles que já nascem sob práticas já consolidadas nessas instituições, o código moral implícito é opaco e tão naturalizado que dispensa justificação. A hierarquia valorativa implícita ao mercado e ao Estado é dada como “neutra” e é responsável pela ordem social. Dar conta desta “ideologia espontânea” é importante para a compreensão da desigualdade e da subcidadania levando em conta o ancoramento institucional que proporciona a explicação do modo como valores influenciam o comportamento dos agentes.

Assim, torna-se necessário compreender a gênese desta hierarquia valorativa que comanda irrefletida e inconscientemente nossas disposições e comportamentos. Para isso o professor Jessé utiliza as reflexões de Charles Taylor, principalmente suas noções de “self pontual” somado a idéia de “vida cotidiana” e “dignidade”. O “*self*” é pontual, posto que, desprendido, dotado de uma razão calculadora e distanciada, sua vontade é dada como auto-responsabilidade. Acrescida a esta noção está a de vida cotidiana, onde a grande Reforma Protestante revoluciona a singularidade cultural e moral do Ocidente e redefine a hierarquia

social a tal ponto que as esferas do trabalho e da família onde todos participam sem exceção, passam a ser as atividades de maior importância. Esta nova hierarquia social baseada no *self* pontual gera uma visão de mundo também nova, onde impera agora o “princípio da dignidade”, que pressupõe um reconhecimento igual entre iguais. Assim, o Ocidente passa a compartilhar uma determinada estrutura psicossocial, fundamento implícito do reconhecimento social, e pressuposto da consolidação de sistemas racionais-formais como o Estado e o mercado. Esta teoria dá conta do mecanismo generativo do “consenso normativo” mínimo compartilhado intersubjetivamente, onde se dá a luta de classes.

Somada a esta idéia, o professor Jessé coloca os escritos de Bourdieu, revelando que obedecer a uma regra é, antes de tudo, uma questão de “prática” apreendida que pode ser “articulável”, explicando o porquê de ser de um modo e não de outro. A ênfase está no condicionamento pré-reflexivo, automático, emotivo, espontâneo e “inscrito no corpo”. O principal conceito adotado é aquele de *habitus*, que permite ressaltar todo o conjunto de disposições culturais e institucionais que se inscrevem no corpo, ligadas a um estilo de vida peculiar estratificado por classes sociais que legitimam o acesso diferencial aos recursos escassos (de forma invisível e subliminar) – a ideologia espontânea do capitalismo tardio. A formação de um *habitus* de classe é um aprendizado não intencional de disposições.

Com este conceito em mãos, o professor Jessé avança no sentido de nos proporcionar uma análise baseada numa pluralidade de *habitus*. O *habitus* chamado de primário comporta um tipo humano qualificado com as disposições necessárias para uma inserção minimamente digna na sociedade, é o cidadão e produtor; estrato onde a “dignidade” se homogeneizou. A partir deste, temos do seu limite para baixo o *habitus* precário, contendo a “ralé”, onde a desqualificação é total, esse grupo não atende às demandas objetivas de produtividade e utilidade de uma sociedade moderna. Partindo já da homogeneização das disposições do *habitus* primário, encontra-se acima do limite deste o *habitus* secundário, caracterizado pelo “gosto distinto”, pela autenticidade. Esta pluralidade de *habitus* tripartida é relacional e dinâmico, onde a luta para subir e não descer de *habitus* é a própria luta de classes. Para completar a análise, o professor Jessé coloca a questão da “ideologia do desempenho” como a mais importante forma de legitimação da desigualdade no mundo contemporâneo, idéia que têm relação com um pano de fundo consensual sobre o valor diferencial dos seres humanos. Esta ideologia do desempenho baseia-se na “tríade meritocrática”: qualificação, posição e salário; onde a mais importante é a qualificação, pois a mesma em geral define as duas outras. Esta ideologia estimula e premia a capacidade objetiva de desempenho, mas ao mesmo tempo, legitima o acesso diferencial permanente de chances de vida e apropriação de bens escassos. É

uma espécie de legitimação sub-política que reflete a eficácia de princípios ancorados em instituições opacas como o Estado e o mercado. No campo da moralidade (objetivo), esta busca pela melhora no desempenho é justificado pela idéia de ser melhor, de ser superior aos outros. Assim a inadaptação (ou má-adaptação) e marginalização são vistas como “fracasso pessoal” e a reação só pode se dar no campo de forças que se articula justamente em relação ao desempenho. E o desempenho diferencial (superior) não revela o papel do acúmulo de capital econômico puro e de capital cultural, é creditado à ilusões como a crença em um “talento inato”. Para terminar, o professor Jessé neste texto coloca como fator de principal diferenciação entre as sociedades modernas centrais e periféricas a ausência de generalização do *habitus* primário nestas últimas. No caso do Brasil, além desta “ideologia espontânea” e implícita do capitalismo tardio se soma ao nosso “imaginário social”, nossa ideologia explícita que construiu uma “identidade brasileira”. Este contexto ergue sobre todos nós um extraordinário obscurecimento e naturalização da desigualdade e exclusão.

No entanto, apesar desta centralidade da “classe” no trabalho de Bourdieu e seus seguidores, a compreensão deste conceito que anima a sua obra permanece hermética na literatura. Há, de fato, uma série de razões pelas quais é extraordinariamente difícil de entender suas formulações. Bourdieu era profundamente contrário à separação entre teoria e investigação, de tal forma que quase todas as suas inovações conceituais foram desenvolvidas apenas no contexto concreto de suas análises empíricas (na França ou Argélia). Ele foi inclusive acusado de fornecer uma abordagem “fundadora” para sua análise de classe ou para qualquer outro objeto sociológico. As proposições analíticas, segundo Bourdieu, deveriam ser extraídas das instâncias de sua aplicabilidade com a menor distorção possível e isso cria inúmeras dificuldades para qualquer discussão. Além disso, é necessário desvendar o conteúdo dessas proposições das peculiaridades do contexto em que foram aplicados, em particular quando empreender tal abordagem em um lugar ou tempo diferente do qual Bourdieu escreveu.

Para John Goldthorpe (2007, p.78), no trabalho de Pierre Bourdieu há muito do que é original e verdadeiro, mas a dificuldade é que o que é verdadeiro não é original e o que é original não é verdadeiro. Capital cultural tem sido descrito corretamente como um dos “conceitos de assinatura” de Bourdieu e desempenha um papel fundamental em um projeto grandioso que pretendeu integrar uma explicação das desigualdades de classe social na obtenção de escolaridade à uma muito mais ampla teoria da “reprodução social” (GOLDTHORPE, 2007, p.78). Goldthorpe (2007, p.79) começa relatando a pesquisa realizada por Bourdieu na década de sessenta que buscava compreender como as

desigualdades de classe, ou melhor, as subculturas de classe geravam desigualdades no grau de escolaridade obtido pelas crianças. O argumento principal era de que aquelas crianças que Bourdieu considerou como pertencentes à classe dominante encontravam na escola uma extensão do ambiente de suas casas, o que lhes garantia uma vantagem na aquisição de maior escolaridade. Os padrões de interação, as formas de socialização que uma criança da classe dominante encontrava no seio de sua família ou na comunidade local seriam os mesmos que prevaleciam nas escolas e colégios. Estas crianças compartilhavam um mesmo discurso, um mesmo estilo de interação e orientação estética com seus professores e, portanto, nem o conteúdo nem a forma como era transmitido esse conteúdo era estranho a elas. Em contraste, para as crianças provenientes de outras classes, socializadas em subculturas diferentes, provenientes da classe trabalhadora ou campesina, por exemplo, a escola se apresentava como algo alienígena e hostil. Com exceção de alguns poucos casos, estas crianças de classes subordinadas não atingiam elevados graus de escolaridade porque eram excluídos (por conta de um desempenho que deixava a desejar) ou porque elas mesmas se excluíaam.

Colocando nestes termos, Goldthorpe (2007, p.85) afirma que a abordagem de Bourdieu não é estranha àquelas contemporâneas a ela. O que pode ser considerado novo é a inclusão destas questões à preocupação muito mais ampla com os processos de reprodução social. Bourdieu não está preocupado simplesmente com a distribuição dos recursos de diferentes tipos na sociedade, mas sim com os processos pelos quais a classe dominante se apropria e monopoliza estes recursos e os usa para seu único e exclusivo benefício. A partir disto, a generalização do conceito de capital promove as bases para o entendimento de como as classes dominantes estão dispostas e preparadas para reforçar seu poder e privilégios por todos os domínios sociais ou campos, através do tempo. A prevalência do capital cultural no discurso de Bourdieu decorre de que sua transferência é mais duradoura, enquanto o capital econômico pode ser mais ou menos afetado por diversos fatores exógenos, o capital cultural incorporado por meio do *habitus* é profundamente resistente a outras influências. Além disso, tanto o conteúdo quanto a distribuição deste capital cultural incorporado sempre favorecem a reprodução social das vantagens da classe dominante.

A crítica de Goldthorpe (2007) é direta. O fato de o capital cultural ter um importante papel na manutenção das desigualdades de classe na aquisição de escolaridade não é inovador, mas é verdadeiro. Agora, ao incluir isto dentro da teoria da reprodução social é original, mas não é verdadeiro. Isto porque a teoria da reprodução social é falha. A idéia de que o *habitus*, inicialmente formado pela família e pela classe, vai ser confirmado pela escola não é comprovada empiricamente. Goldthorpe (2007, p.86) cita inclusive estudos que

confirmam com dados Britânicos a mobilidade ascendente na educação entre as gerações. Além disso, as instituições responsáveis pela socialização, tais como a escola, não apenas reproduzem o capital cultural, elas criam também. E mais, reproduzem, reforçam, criam e contrariam. Muitos dos dados básicos sobre a expansão educacional e a conseqüente mobilidade educacional são suficientes para mostrar que esse ponto de vista de Bourdieu sobre transmissão de capital cultural como um processo fundamental na reprodução social está simplesmente errado (GOLDTHORPE, 2007, p.86). Isto porque as condições de classe que se diferenciam não dão origem a tais formas distintivas e duradouras de *habitus* como Bourdieu poderia supor; porque até dentro das classes mais desamparadas, com pouco acesso à alta cultura, valores favorecendo a educação ainda podem prevalecer e possivelmente alguns recursos culturais relevantes existam; e porque as escolas e outras instituições educativas podem funcionar como agências importantes de re-socialização – isto é, podem não só subscrever, mas também complementar, compensar ou de fato contrariar as influências da família na criação e a transmissão do capital cultural, e não somente no caso de subtipos, mas em grande escala.

Os principais autores desta perspectiva culturalista e suas respectivas fundamentações teóricas, que são instrumentais na legitimação desta mesma perspectiva e na qual toda a agenda de pesquisa se apóia, não sustentam suas teorias e afirmações com dados empíricos robustos. As alegadas forças externas que obrigam a subclasse a ajustar-se ao contexto sócio-cultural são raramente evidenciadas empiricamente. A cultura da pobreza, entretanto, não é unicamente uma adaptação à série de condições objetivas impostas pela sociedade como um todo. Baixos salários, desemprego crônico, desemprego que leva a uma condição de baixa renda ou até mesmo de renda inexistente, o fato de não ser proprietário e nem manter reservas de recursos, falta de reserva de alimentos em casa, escassez de dinheiro; estas condições reduzem a possibilidade de uma participação efetiva no sistema econômico (LEWIS, 1968, p.50-51 *apud* MARKLUND, 1990, p.129). A perspectiva sociológica com base na análise de classes tem, sem dúvida, demonstrado resultados mais concretos em suas investigações, conforme será possível conferir. Além do que, nesta perspectiva firmada sobre o conceito de subcultura, as explicações estruturais sobre a pobreza não são contestadas, há simplesmente uma atenção maior sobre os mecanismos psicológicos de grupo (MARKLUND, 1990:129).

CAPÍTULO QUATRO

Perspectiva de Amartya Sen - Capacidade

Amartya Kumar Sen é um autor importante para a reflexão desenvolvida aqui devido à qualidade e à originalidade de seus escritos. Seu trabalho influencia substantivamente as análises e programas de organismos como o Banco Mundial e a Organização das Nações Unidas, dentre outras. A preocupação com a desigualdade e a pobreza orientou profundamente a obra de Sen, levando esta a desenvolver-se em várias direções e com grande fartura (KERSTENETZKY, 2000, p.113). Devido à inadequação dos instrumentos de mensuração que utilizava, Sen acabou por produzir ou refinar muitas das ferramentas analíticas que utiliza (KERSTENETZKY, 2000, p.113). O trabalho desenvolvido por Sen se caracteriza por uma abordagem interdisciplinar que mescla principalmente elementos da economia, da filosofia e da sociologia. Amartya Sen resgata a abordagem em que economia e ética, economia e moral, estão intimamente relacionadas como já acontecia nos escritos dos fundadores da disciplina (Adam Smith, David Ricardo, etc., autores muito ligados ao que se chama de liberalismo clássico), mas o faz já em outro nível, considerando todo o acúmulo do campo e em especial da teoria da escolha social e da economia do bem-estar. Sen explicita um saudável pluralismo de método que não o identifica coerentemente nem com a ortodoxia, nem com a heterodoxia na economia (KERSTENETZKY, 2000, p.114). É possível contrapor-se ao que assevera Gary Becker, que a economia caracteriza-se pelo método e não pelo tema, ao que pode-se deduzir do trabalho de Sen, qual seja, um tema base (desigualdade, pobreza), vários métodos (KERSTENETZKY, 2000, p.114).

A perspectiva da capacidade é uma concepção da igualdade de oportunidades que destaca a liberdade substantiva que as pessoas têm para levar suas vidas (DONINELLI MENDES, 2008, p.13). Estas oportunidades devem ser reais, substantivas, envolvendo mais que a disponibilidade de recursos. Oportunidades reais não são parâmetros medidos por recursos disponibilizados às pessoas, mas funções cujos valores são determinados por uma série de fatores como, por exemplo, recursos, talentos, condicionamentos, expectativas, direitos, escolhas anteriores, etc. (DONINELLI MENDES, 2008, p.13). As oportunidades reais de que uma pessoa dispõe para realizar objetivos ligados ao bem estar, dentre outras coisas, são representadas por sua capacidade.

Sen propõe uma visão dos propósitos humanos que incorporam tanto o “ter” quanto o “fazer” e o “ser”, mas estes não são importantes em si mesmos e sim como indicadores da liberdade efetiva dos indivíduos (KERSTENETZKY, 2000, p.114). “Vida boa” é uma vida

com escolhas genuínas; esta é a idéia que alimenta a economia filosófica de Amartya Sen (DONINELLI MENDES, 2008, p.13). Capacidades são então poderes para ter ou deixar de ter, fazer ou deixar de fazer, ser ou deixar de ser, incluindo “formar”, “escolher”, “buscar”, “revisar” e “abandonar” objetivos, sem os quais não existe escolha genuína.

Sen é um autor atento à tradição liberal clássica que, como foi dito anteriormente, resgata as relações entre economia e ética. É leitor tanto da economia política quanto da filosofia política. Mas é também especialmente sensível às peculiares formas de destituição, exclusão e às profundas desigualdades, que constroem, quando não extinguem, as liberdades efetivas (KERSTENETZKY, 2000, p.114). Isto em um mundo onde enormes progressos materiais foram alcançados. Pobreza, fome, desemprego, desamparo ou insegurança sociais ou econômicas, costumes e governos que tiranizam são condições sob as quais as pessoas podem perceber suas privações e desvantagens distorcidamente até deixar de conceber alternativas ou possibilidades de mudança (DONINELLI MENDES, 2008, p.13-14).

Além da focalização em temas como a desigualdade e a pobreza, que sempre aparecem conectados em seu trabalho, Sen também trata da avaliação e apreciação de ordenamentos sociais em geral, trata de teorias normativas mais especificamente. Destas teorias as de mais destaque são o utilitarismo e o “rawlsianismo”. A primeira porque Sen constrói seu pensamento através da crítica às noções de utilidade e a segunda porque, apesar dele se declarar devedor da teoria da justiça de John Rawls, faz questão de esclarecer a diferença de sua posição.

A noção utilitarista de valor, empregada em muito da economia do bem-estar, vê valor, em última instância, somente na utilidade individual, definida em termos de algum estado mental, tal como prazer, felicidade, desejos (SEN, 2008, p.94). Existem problemas diferentes com diferentes interpretações da utilidade, mas eles compartilham o procedimento de ter a avaliação feita indiretamente, usando alguma métrica psicológica. Esta é uma das principais críticas de Sen ao utilitarismo, este aspecto *welfarista* do utilitarismo padece de injustificado reducionismo de valor (KERSTENETZKY, 2000, p.116). O problema torna-se particularmente grave no contexto das desigualdades e privações arraigadas (SEN, 2008, p.96). Ao apoiar-se na utilidade e nas preferências dos indivíduos, o utilitarismo não faz justiça às óbvias assimetrias de informação e de condição existentes entre eles (KERSTENETZKY, 2000, p.116). Isto aplica-se particularmente às diferenciações de classe, comunidade, casta e sexo (SEN, 2008, p.96), onde a alguns é permitido que tenham preferências “caras”, enquanto outros formem, resignadamente, preferências “baratas” (KERSTENETZKY, 2000, p.116). Ao sancionar o conformismo daqueles que sofrem

opressão e discriminação sociais continuadas e também os privilégios das elites o utilitarismo distorce a avaliação dos estados sociais.

Já a abordagem do rawlsianismo para Sen (2008, p.129) pode ser interpretada como que conduzindo na direção da liberdade abrangente realmente desfrutada pelas pessoas. Em relação ao utilitarismo apresenta a vantagem de propor uma visão mais plural de valor, expressa na categoria de bens sociais primários (KERSTENETZKY, 2000, p.116). Um problema importante é que estes bens primários não são constitutivos da liberdade como tal, mas podem melhor ser concebidos como meios para a liberdade (SEN, 2008, p.134-140). Desta forma, a igualdade na distribuição destes bens primários não atende aos possuidores de carências especiais porque estes apresentam diferenciadas e desfavoráveis taxas de conversão de bens primários em liberdades efetivas (KERSTENETZKY, 2000, p.116). Por esta razão, a igualdade de liberdade para buscar os próprios fins não pode ser gerada pela igualdade na distribuição de bens primários (SEN, 2008, p.134-140).

A pobreza, para Sen, é melhor vista em termos de uma deficiência de capacidade do que em termos de baixa renda, utilidade, bens sociais primários, etc. A capacidade é um conjunto de vetores de funcionamentos, refletindo a liberdade da pessoa para levar um tipo de vida ou outro (SEN, 2008, p.80). Os funcionamentos referem-se a atividades ou estados de existência, são a noção mais primitiva da abordagem da capacidade. Funcionamentos podem ser definidos como estados e ações que uma pessoa consegue realizar, referem-se a atividades ou estados de existência. Para Sen (2008, p.80), uma pessoa pode realizar funcionamentos e realizar funcionamentos é o traço primário do aspecto do bem-estar. Os funcionamentos realizados constituem o bem-estar de uma pessoa e, portanto, a capacidade para realizar funcionamentos constitui a liberdade da pessoa para ter bem-estar (SEN, 2008, p.80). O “conjunto capacitário” reflete, no espaço de funcionamentos, a liberdade da pessoa escolher dentre vidas possíveis (SEN, 2008, p.80). Os funcionamentos relevantes para a análise da pobreza como deficiência de capacidade podem variar desde os físicos elementares como estar bem nutrido, adequadamente vestido e abrigado, evitar doenças que podem ser prevenidas, etc., até realizações sociais mais complexas tais como tomar parte na vida da comunidade, ser capaz de aparecer em público sem envergonhar-se, e assim por diante (SEN, 2008). A perspectiva da capacidade sobre a pobreza é inescapavelmente multidimensional, uma vez que existem diferentes capacidades e funcionamentos que se tem razão para valorizar (KERSTENETZKY, 2000, p.118-119). Na vida de qualquer pessoa certas coisas são valiosas por si mesmas, como nos exemplos acima. Estes funcionamentos são mais importantes que

outros e são aqueles que devem ser igualados com mais urgência, pois uma vida digna só se realiza se estes funcionamentos básicos se realizam (DONINELLI MENDES, 2008, p.16).

A contribuição de Sen no que diz respeito ao tema da pobreza não se restringe a aspectos conceituais, mas avança também sobre os de mensuração e de políticas públicas (KERSTENETZKY, 2000, p.117), conforme já foi possível observar no capítulo que trata da perspectiva econômica. O problema mais geral é o questionamento do espaço de rendas para a medição da pobreza (SEN, 2008, p.169). O estudo então aplica-se principalmente sobre a crítica de todas as medidas que utilizam este espaço da renda e, portanto, concentram-se na concepção de pobreza em termos de baixa renda. Citando Aristóteles em sua obra *Ética a Nicômaco*, Amartya Sen (2006, p.34) afirma ainda que renda e riqueza são apenas valores instrumentais e temos de ir mais fundo para entender o que torna a vida humana rica e as liberdades humanas efetivas. Apesar de contrastar sua proposição focada em capacidades com aquelas de utilidade ou bens primários, a abordagem da pobreza como baixa renda precisa de consideração adicional porque o conceito de pobreza tem uma ligação muito bem aceita com a privação causada por problemas econômicos (SEN, 2008, p.173).

O argumento de Sen (2008, p.173) é de que a pobreza não é uma questão de deficiência de bem-estar e sim muito mais um problema de incapacidade de buscar bem-estar, justamente pela falta de recursos econômicos – e a renda é apenas um dentre os vários outros componentes. O ponto principal está no fato de que a adequação dos meios econômicos não pode ser julgada desconsiderando-se a possibilidade real que qualquer pessoa tem de converter estes recursos em capacidades para realizar funcionamentos (SEN, 2008, p.174). Tratando especificamente da renda enquanto recurso econômico, Sen (2008, p.174) afirma que a adequação da renda para evitar a pobreza varia parametricamente com as características pessoais e as circunstâncias. Ter uma renda inadequada não é uma questão de ter um nível de renda abaixo de uma linha de pobreza fixada externamente, mas de ter uma renda abaixo do que é adequado para gerar os níveis especificados de capacidades para a pessoa em questão (SEN, 2008, p.174). Esses níveis (mínimos) especificados de capacidades é que vão permitir que uma pessoa “funcione” satisfatoriamente em determinada sociedade.

Caso seja considerada necessária a utilização do espaço da renda para a análise, o conceito relevante é a inadequação para gerar capacidades minimamente aceitáveis, ao invés de um nível baixo (SEN, 2008, p.175). Isto porque não é possível ignorar as diferenças individuais e fazer justiça às preocupações sobre a pobreza. É possível expressar a pobreza no espaço de rendas, mas para tanto estas rendas deverão ser ligadas às exigências causais das

capacidades mínimas (SEN, 2008, p.175). Aqui a crítica não recai sobre o espaço escolhido em si, mas a maneira como é definida a abordagem do problema da pobreza.

Outro ponto levantado por Sen (2008, p.175-176) é que o interesse da análise da pobreza deve respeito à capacidade para realizar funcionamentos, e não aos funcionamentos realizados. O foco da atenção da análise tem que ser a capacidade oposta à realização, o que não impede que os dados sobre funcionamentos realizados possam ser utilizados para conjecturar a capacidade desfrutada por um indivíduo (SEN, 2008, p.175-176).

Kerstenetzky (2000, p.117) defende que esta dimensão avaliativa consegue englobar o grau de liberdade desfrutado pelos indivíduos em determinada sociedade. De fato, Sen (2008, p.175-176) afirma que toda esta construção está intimamente relacionada com o problema da distinção entre liberdade e recursos. No caso, os recursos são importantes para a liberdade e a renda é crucial para evitar a pobreza, mas recursos e liberdade não são a mesma coisa. Recursos são meios para a liberdade e um não se confunde com o outro (SEN, 2008, p.175-176). Sen contrapõe à unicidade valorativa do utilitarismo e da economia do bem-estar sua abordagem das capacidades e funcionamentos, composta por uma pluralidade de objetos de valor (KERSTENETZKY, 2000, p.118). O que tem valor é constitutivamente plural e está em consonância com a diversidade de carências dos indivíduos (KERSTENETZKY, 2000, p.118). Assim, o objeto de investigação de Amartya Sen parece localizar-se nas condições e tipos de vida que o acesso a diferenciados meios econômicos – mas não exclusivamente econômicos – seria capaz de proporcionar (KERSTENETZKY, 2000, p.118).

Uma constatação de Sen (2008, p.176) é que a ordenação da pobreza em *ranking* e a identificação dos pobres podem ser bem diferentes se forem feitas a partir do conceito de insuficiência de capacidade, em contraste com a prática padrão na maioria dos países, ou seja, a ordenação a partir do tamanho das rendas. Esta prática corriqueira pode ser extremamente mistificadora e pode levar a sérios erros de avaliação em se tratando de tipos específicos de privação. Amartya Sen (2008, p.176) dá o exemplo das mulheres que tanto por fatores biológicos quanto sociais podem ter desvantagens específicas para converter rendas em determinados funcionamentos – devido às exigências da gravidez, ou estereótipos de trabalhos para mulheres, etc. Esta relação entre renda e capacidade pode ser afetada fortemente pelo gênero, pela idade, pelo local de residência, pela atmosfera epidemiológica e por muitos outros fatores (SEN, 2008, p.176-177). Quando o foco é apenas a renda em si, a extensão da privação é subestimada e aspectos cruciais da privação podem ficar inteiramente perdidos, por isso é necessário introduzir insuficiências de capacidades de modo explícito na análise (SEN, 2008, p.176-177).

Outra preocupação de Sen também seria em organizar uma forma de conceber e medir a pobreza de forma relativa, e não apenas absoluta. Isto para que o alcance desta noção de capacidade vá além da consideração sobre o mínimo fisicamente adequado, tornando o conceito mais social do que biológico (KERSTENETZKY, 2000, p.119). Essa estratégia é especialmente importante para a avaliação da pobreza em países avançados. Apesar das rendas alcançadas nos países mais afluentes, a privação de capacidade pode ser grande (SEN, 2008). Para Amartya Sen (2008, p.179), uma privação relativa no espaço das rendas pode significar uma privação absoluta no espaço das capacidades. Pode ser necessário comprar mais mercadorias para realizar o mesmo funcionamento em um país rico (SEN, 2008, p.179). Os funcionamentos sociais gerais impõem exigências de mercadorias que variam conforme o padrão da sociedade em questão (SEN, 2008, p.179).

Levando em consideração todos estes aspectos levantados acima, Amartya Sen (2008, p.180) conclui que a análise da pobreza que se concentra somente no espaço das rendas pode ficar bem longe do principal motivo pelo qual a pobreza gera tanto interesse investigativo, ou seja, a limitação das vidas que algumas pessoas são forçadas a viver. Além disso, esta focalização somente nas rendas pode deixar de apresentar orientação empírica quanto à gênese e o predomínio da privação (SEN, 2008, p.180). Pobreza é a privação das liberdades substantivas para levar o tipo de vida que se tem razão para valorizar (SEN, 2010, p.120).

Desta forma, é necessário transferir o foco da análise da pobreza do espaço das rendas para o das capacidades. Após esta modificação é sensato agrupar os indivíduos em categorias particulares, como classe, sexo, grupo ocupacional, *status* do emprego, e assim por diante (SEN, 2008, p.185). Tratando especificamente de classes, para Sen (2008, p.186) a importância das classificações baseadas neste conceito é suficientemente óbvia na maioria dos contextos. As classes chamam atenção para as desigualdades em termos de riqueza e renda que geram desigualdades de bem-estar e de condições de vida, e isto acontece mesmo quando há igualdade em procedimentos formais e alocação de recursos específicos – o que é chamado de igualdade de oportunidades (SEN, 2008, p.186). Porém, Sen (2008, p.186) critica a análise de classe marxista com base no argumento de que há um problema na identificação de quem produz o quê na teoria da exploração de Marx, e de tal forma não é possível afirmar do ponto de vista analítico que uma pessoa goza dos frutos do trabalho de outra. Acrescenta ainda que há muitas outras diversidades e a abordagem da igualdade relacionada com a satisfação de necessidades e garantia de liberdades deve ir além da análise baseada puramente em classes (SEN, 2008, p.188). Assim, para alcançar a igualdade em termos de bem-estar e satisfação das necessidades é preciso ir além das ditas classes marxistas (SEN, 2008, p.188-189).

O que ocorre é que Amartya Sen faz o raciocínio de forma inversa, partindo das considerações sobre os indivíduos e só então afirmando que é conveniente reunir estes em grupos como classe, raça, etc. O tecido das relações sociais não deixa estar um indivíduo solto no mundo, ele está emaranhado nos diversos tipos de relações. Sen constrói sua perspectiva da capacidade através de uma análise atomizada, focada demasiadamente no nível individual (a trajetória individual, a situações a que está exposto o indivíduo e suas expectativas, etc.). Seu ponto de vista é o de um economista liberal não ortodoxo, mas a forma como ele aborda o tema da pobreza e a relação entre desigualdade e pobreza através do conceito de capacidade, também desloca o problema para o foco no indivíduo como unidade superior de análise. O conjunto de resultados possíveis para uma pessoa com dotações próprias que enfrenta um determinado “meio ambiente” é referido como o conjunto capacitário por Sen e conjunto de oportunidades por outros escritores (por exemplo, para François Bourguignon). Por estar focada no indivíduo a análise não alcança a forma como a pobreza se estrutura e as próprias posições de destituição. Pobreza (e desigualdade) é, sobretudo, um problema relacional. Um problema forjado, sustentado e transformado no seio das relações sociais. E como afirma Wright (1994) e pode-se deduzir das análises empíricas de Figueiredo Santos (2009 e 2010) a pobreza não pode ser considerada meramente um infeliz subproduto do sistema social. Investimentos em educação, aprofundamento dos processos democráticos, etc., não vão extirpá-la do cotidiano das vidas em todo o mundo.

Outra crítica à teoria construída por Sen advém da crítica sociológica ao paradigma da renda, ou seja, o problema está no alto grau de abstração requerido para a compreensão. Apesar de sempre trazer à luz exemplos verossímeis à realidade das posições destituídas, a linha de raciocínio e as respostas alcançadas por Sen não consideram a realidade antagônica do mundo social. Em outro sentido, o alheamento do conflito entre assertivas acadêmicas e conflitos entre interesses econômicos e políticos das classes confere ao discurso de Amartya Sen um tom apaziguador por demasiado abstrato. Sen encara o problema da pobreza de um observatório particular por ser um economista indiano, mas perde ao não operar conceitos como opressão ou exploração.

O fato de não ser possível identificar quem produz o quê, argumento pelo qual a teoria da exploração é posta de lado, não implica na superação da tradição marxista de análise de classes. Esta crítica de Sen deve ser na verdade atribuída à teoria do valor-trabalho, que não é indispensável para a formulação dos conceitos de exploração e opressão – conceitos que serão tratados com mais cuidado no próximo capítulo. É possível alegar que as formulações marxianas sobre as relações de exploração capitalista não mais servem para a análise das

sociedades contemporâneas, mas não há dúvida de que elas servem para formulação de trabalhos em uma tradição marxista.

Não há problema quanto a definição de pobreza de Amartya Sen, pelo contrário, não foi possível encontrar melhor definição na literatura trabalhada nesta dissertação. Mas, sem dúvida é necessário incorporar esta definição ao marxismo enquanto variável independente. O marxismo como análise de classe (ou enquanto variável independente) está fundamentado em uma maneira específica de conceituar classe (WRIGHT, 1993, p.309). Classe não designa simplesmente degraus de status numa escala socioeconômica, agrupamentos assistemáticos, nem mesmo níveis de renda ou riqueza. As classes, através da tradição marxista, são definidas relacionalmente (WRIGHT, 1993, p.309) e podem ser consideradas causas importantes, ou causas importantes junto de outras causas igualmente importantes ou mesmo sem qualquer importância para determinado fenômeno social. Em especial para temas como a pobreza ou a desigualdade as classes são causas importantíssimas. Isso porque as classes estruturam fluxos de benefícios desiguais que, com o passar do tempo, acabam por gerar a limitação de recursos para a categoria desprivilegiada e assim privá-la da “vida com escolhas genuínas” (privar das liberdades necessárias para escolher uma vida que tenha razão para valorizar). Outros fatores como gênero, raça, idade, etc., são importantes para a explicação de resultados como renda ou estados de saúde. Mas, conforme constatações empíricas (vide FIGUEIREDO SANTOS, 2002, 2005a, 2005b, 2008, 2009 e 2010), para o caso do Brasil a classe enfeixa estes diversos outros fatores e seu efeito sobre a renda e o estado de saúde, comprovadamente, ainda se manifesta após o controle estatístico dessas outras categorias.

Por fim, constam abaixo os principais problemas na utilização do trabalho de Amartya Sen para a compreensão do problema da pobreza no Brasil. O primeiro é que ele não tem uma teoria estruturada sobre o tema, tem sim uma forma de pensar: a dimensão da capacidade. Esta dimensão conceitual não possui uma operacionalização clara, o que dificulta testes empíricos das assertivas de A. Sen. Também não é possível deduzir as diferenças de classe com base nas diferenças de capacidade dos indivíduos. O problema é que as possibilidades de que os indivíduos desenvolvam suas capacidades depende da posição de classe que ocupam e não o contrário. A solução para o problema da pobreza segundo o que pode-se deduzir da leitura dos trabalhos de Sen pode ser considerada fraca. Em geral, a solução para Sen seria o incremento das capacidades dos indivíduos ou para utilizar seu vocabulário único, seria necessário atribuir mais liberdades aos indivíduos para que eles possam ter uma vida melhor. Outro problema é quais são e como viriam as transformações necessárias para o incremento das capacidades individuais das pessoas.

É claro que estas críticas não chegam nem perto de um ultimato ao tratamento “seniano” da pobreza enquanto um problema de deficiência de capacidades básicas. Assim como as críticas de Sen ao paradigma das classes marxistas também não o é. Elas significam na verdade uma pequena contribuição ao grande trabalho deste autor ao qual esta dissertação rendeu um capítulo específico em tributo ao enorme aporte teórico recolhido nos textos de Sen. Apesar da marcada diferença entre as teorias liberais e a teoria baseada no modelo de classes é até possível uma leitura diferenciada da formulação de Sen, é possível uma leitura de classes, mas é algo que foge um pouco ao escopo deste trabalho. Escolheu-se aqui ficar com a definição de pobreza de Amartya Sen, mas seguir a análise do tema conforme os preceitos da teoria marxista. É o que vai ser possível notar no capítulo que segue.

CAPÍTULO CINCO

Perspectiva Sociológica de Classe Ampliada

A abordagem através do conceito de posições de classe destituídas engloba formulações teóricas e testes empíricos de autores predominantemente pertencentes à tradição marxista. O que é chamado aqui de perspectiva sociológica de classe ampliada diz respeito à uma extensão da reflexão que engloba as críticas dirigidas à sociologia baseada na análise de classe. Para buscar uma resposta ao problema da pobreza, crucial em nosso tempo, é claro que as observações sobre o comprometimento com a investigação de autores clássicos e modernos são muito pertinentes, mas é em Marx e sob uma tradição marxista que se pode inspirar um trabalho de escrutínio da realidade que objetive principalmente sua transformação, sua superação dialética, para que a próxima batalha possa ser travada em um nível mais elevado. Optar por uma análise sob uma tradição marxista implica tomar alguns pressupostos para o desenvolvimento da reflexão, em especial a preocupação com um feixe particular de mecanismos interligados: classe, relações de propriedade, exploração, modo de produção, estrutura econômica (WRIGHT; 1993:307). O que dá um caráter distintivamente marxista a qualquer explicação é a sua ligação a temas históricos materialistas, propriedades dinâmicas das sociedades capitalistas e as possibilidades de suas transformações em direção a uma sociedade socialista que motiva a investigação (WRIGHT; 1993:312-313). Jamais alguém se torna marxista apenas lendo Marx, mas sim olhando em volta de si, seguindo os debates, observando a realidade e julgando-a criticamente (VILAR; 1983). Somente através do marxismo enquanto análise de classes é possível ter acesso aos níveis subjacentes de um fenômeno como a pobreza, em um mundo socialmente estruturado.

O argumento principal é que a organização da produção material cria categorias desiguais de participantes nos processos produtivos e suas recompensas (TILLY, 2006b:8). A exclusão do controle de ativos produtivos gera a desigualdade e as inúmeras trocas desvantajosas entre as categorias aprofundam esta desigualdade, o que acaba por resultar em processos que levam à privação e à pobreza. O que se revela importante é que as diferenças categóricas de bem-estar suplantam a variação individual no interior das categorias. As pessoas recebem benefícios de forma desigual, mas isto acontece de forma estruturada, onde conjuntos inteiros de pessoas recebem desigualmente estes benefícios e, portanto, não estão recebendo o mesmo tratamento por parte das instituições sociais. Um vasto conjunto de posições de classe destituídas caracteriza a especificidade da estrutura social no Brasil (FIGUEIREDO SANTOS, 2010:24).

Ao tratar sobre a pobreza enfrenta-se, antes de qualquer coisa, desafios conceituais. Primeiramente as dimensões devem ser definidas, ou seja, imprescindível se torna a tarefa de desenvolver e justificar uma lista de recursos valiosos que definam o “espaço” da pobreza (para uma concepção além do paradigma da renda). Em segundo lugar, caracterizar o espaço multidimensional, desenvolver um novo método que leve em consideração o contexto multidimensional, levando em conta que os vários grupos sociais (classe, gênero, raça, etc.) que vivem neste espaço e constroem os padrões de interação – estes grupos estabelecem preferências distintas e também afetam o modo como os indivíduos percebem a pobreza. Também é imprescindível ter em foco algo em torno de uma “remediação” (GRUSKY e KANBUR; 2006:2-3) em um mundo multidimensional e, desta forma, refletir sobre novas abordagens que permaneçam viáveis para esta nova concepção mais ampla de pobreza – voltadas para os aspectos que são causais em respeito a muitos dos resultados e que a intervenção sobre estes traga uma real mudança.

A pobreza, tanto como fenômeno e referente empiricamente dado, quanto como conceito (significante e significado) está intimamente ligado à desigualdade – nos mesmos termos, como referente, significante e significado. A desigualdade existe em um espaço relacional e se configura através de interações onde determinado indivíduo ou segmento de indivíduos se apropria de recursos sociais valiosos e de capacidades de realizar fins valiosos a despeito de outro indivíduo ou segmento de indivíduos (TILLY; 2006a:49). Tomando a desigualdade categórica, ou seja, formas de benefício desigual entre conjuntos inteiros de pessoas, as diferenças superam aquelas no interior das categorias (TILLY; 2006a:50). As categorias geram desigualdades persistentes quando as reiteradas interações entre umas e outras geram regularmente vantagens para uma ou algumas poucas dentre elas e o excedente é utilizado também para reforçar e reproduzir estas transações.

A desigualdade categórica duradoura refere-se a diferenças nas vantagens organizadas por gênero, raça, nacionalidade, etnia, religião, comunidade e outros sistemas classificatórios similares. Ela ocorre quando as transações através de uma fronteira categórica (por exemplo, masculino-feminino) (a) gera regularmente vantagens líquidas a pessoas em um dos lados da fronteira e (b) reproduzem a fronteira. Embora a forma e o grau da desigualdade categórica variem dramaticamente conforme o tempo e o lugar, toda população humana de grandes dimensões manteve sistemas substanciais de desigualdade categórica (TILLY; 2006a:51).

Para esta teoria organizativa da desigualdade elaborada pelo professor Charles Tilly a chave são as relações. Neste aspecto, as categorias são cruciais porque moldam desigualdades

e identidades, e sempre estabelecem fronteiras que identificam as relações sociais. Existem relações no interior e através destas fronteiras, além de um significado compartilhado. A combinação destes elementos – fronteira, relações e significados – estabelece a identidade social. Estas identidades se desdobram em interpretações coletivas a respeito da fronteira e das relações que ocorrem em seu interior ou através dela. Estas categorias, dotadas de uma fronteira, um conjunto de relações no interior, um conjunto de relações através e a interpretação compartilhada, geram sempre diferenças, mas não necessariamente desigualdade (TILLY; 2006a:48-49). Nesta teoria verifica-se a preocupação com as relações de coordenação e estabilização, também com o fluxo através das estruturas organizativas da vida social – as categorias. Nestas relações é que se define a desigualdade como a assimetria no resultado e a interdependência geradora de poder também assimétrico. Todas as categorias em uma relação de interdependência detêm um *quantum* de poder, mas em geral a balança pende para aquela que consegue garantir sua dominação sobre a outra.

Cada uma das fronteiras destas categorias construídas socialmente identifica uma relação social, estas relações geram um fluxo desigual – de renda, conhecimento, riqueza, etc. – no interior e através das fronteiras e reproduzem estas mesmas fronteiras. O fluxo desigual entre as categorias produzem desigualdades persistentes e a própria pobreza quando reiteradas transações através das fronteiras geram regularmente vantagens aos que estão de um dos lados. Esta situação é agravada mais e mais na medida em que estas vantagens são empregadas na tarefa de reproduzir as fronteiras e perpetuar o fluxo desigual entre as categorias. Estas divisões categóricas podem se inspirar em diversos critérios. Como principais exemplos têm-se a divisão com base no sexo biológico, formando-se o gênero (homens e mulheres) ou com base na origem, formando-se as categorias de raça ou etnia (por exemplo, negros e brancos, árabes e judeus, etc.). Mas, para o interesse deste trabalho são as categorias de classe as mais importantes na análise da pobreza.

As categorias de classe têm uma intrínseca correspondência com o problema da pobreza. Seguindo o conselho de Erik Olin Wright, a análise de classes não pode retroceder a um estado da arte onde o marxismo comportava uma teoria de campo total e unificada. Conforme já aludido no capítulo anterior, a classe deve ser vista como extremamente importante para alguns tópicos, para outros, deve ser tomada como importante em conjunto com uma cadeia de outras causas e até mesmo, em referência a determinados tópicos, a classe pode ser algo sem qualquer importância explicativa. Todas as categorias mencionadas acima, classe, raça, gênero, etnia, têm um potencial explicativo, mas ao colocar-se em primeiro plano o tema geral da pobreza, a classe detém uma importância explicativa primordial. Isso porque

o aspecto material é o único fator ao qual pode-se atribuir uma primazia causal. A classe é a categoria de maior importância explicativa.

É preciso afirmar que não é mais possível adotar uma tipologia de classes que considere apenas a propriedade de meios de produção o único critério capaz de acessar a realidade do capitalismo contemporâneo. Assim, este trabalho não conta apenas com os proprietários de capital e trabalhadores assalariados como as únicas duas classes fundamentais. Também não é possível utilizar tipologias históricas, como a desenvolvida por Marx em seus estudos sobre a “Luta de classes em França” ou “O 18 do Brumário”. As transformações da estrutura de classes em sociedades capitalistas e suas implicações políticas, a constituição e o papel político das classes nos países subdesenvolvidos, a relação das classes e das lutas de classe com outros grupos sociais, inclusive nações e com outras formas de conflito social, são um desafio à investigação mais profunda e rigorosa (BOTTOMORE, 2001:61-63). Para usarmos as próprias palavras de Marx, eles não serão solucionados pelo “*passe-partout* de uma teoria histórico-filosófica”, mas por uma análise concreta em cada caso específico das “circunstâncias empiricamente dadas” (BOTTOMORE, 2001:63). Os modelos de classe que melhor servem à análise, aqueles que possuem o melhor critério científico, ainda são os desenvolvidos com respeito a determinado território, em geral o Estado Nação. Em alguns casos é possível uma empreitada classificatória para algum conjunto de países, como é o caso da União Européia que passou por um processo de harmonização das estatísticas sociais, formulou-se uma Classificação Socioeconômica Européia. É bem verdade que a pobreza é um problema global, existente mesmo nos países ricos, mas para o espectro de uma dissertação de mestrado é necessário que certas restrições sejam atribuídas ao trabalho.

Entre as balizas da tradição marxista alguns autores formularam soluções para a construção de modelos de classe que podem responder os dilemas enfrentados por ocasião do estudo da pobreza. Erik Olin Wright (1994) formulou um esquema diferente do apresentado aqui neste estudo para caracterizar as diversas formas de explicar a pobreza. Wright (1994:33) vai contrastar quatro maneiras gerais de explicar a pobreza, encontradas tanto na literatura especializada quanto na consciência popular. Estas quatro abordagens variam ao longo de duas dimensões. A primeira se diferencia de acordo com a unidade central de análise, ou seja, se o indivíduo ou a sociedade são a unidade central para a análise das causas mais relevantes da pobreza; a segunda coloca em questão se a pobreza é apenas um infeliz subproduto de certas causas ou se é uma característica inerente do sistema em questão. Wright (1994:33) denomina estes quatro tipos de explicação da pobreza de abordagem da inferioridade genética (individual / inerente), abordagem da cultura da pobreza (individual / subproduto), abordagem

da devastação das mudanças sociais (social / subproduto) e finalmente a abordagem da exploração de classe (social / inerente).

A pobreza como resultado de atributos individuais inerentes constitui um tipo específico de explicação, onde adota-se quase sempre uma forma de “culpar a vítima” (WRIGHT, 1994:33-34). Os pobres são pobres porque eles sofrem individualmente de alguma falha inerente, geralmente ligada a uma inferioridade genética que afeta a inteligência deles (WRIGHT, 1994:33-34). Hoje em dia, poucos autores dão importância para fatores genéticos ao explicar a pobreza, exceto aqueles argumentos que tentam ligar as diferenças de pobreza e as diferenças raciais do Coeficiente de Inteligência, e mesmo a opinião popular que apóia este tipo de afirmação está em queda (WRIGHT, 1994:33-34). A pobreza como subproduto de características individuais contingentes é a abordagem mais comum dentre os cientistas sociais e vê como principal causa da pobreza estes vários atributos contingentes dos indivíduos que os tornam incapazes de funcionar efetivamente na sociedade contemporânea (WRIGHT, 1994:34-36). A pobreza como subproduto de causas sociais é, sem dúvida, a mais popular dentre o cientistas sociais liberais – liberais no sentido norte-americano do termo – e a principal explicação para este problema está na natureza da estrutura de oportunidades que as pessoas desprivilegiadas encaram (WRIGHT, 1994:36-37). A abordagem menos familiar para os [norte]americanos é aquela onde a pobreza deve ser vista como um atributo inerente do funcionamento de certos sistemas sociais (WRIGHT, 1994:36-37). A versão mais proeminente desta última é aquela que se identifica com a tradição marxista e vê a pobreza no capitalismo contemporâneo gerada principalmente pela dinâmica da exploração de classe (WRIGHT, 1994:37-39). A pobreza não é acidental, nem um subproduto, é uma característica inerente e crucial para uma sociedade em que a estrutura econômica é fundada na exploração de classe (WRIGHT, 1994:37-39). Atores poderosos e privilegiados têm um interesse ativo em manter a pobreza (WRIGHT, 1994:37-39).

Apesar da estrutura deste trabalho não acompanhar rigorosamente a de Erik Wright, suas formulações são fundamentais para sustentar que a perspectiva da pobreza como análise de classes é a melhor para o escrutínio da realidade do problema no Brasil. Isso porque a perspectiva baseada no marxismo enquanto análise de classe insere-se em uma teoria geral (metateoria) da sociedade; trabalha relacionando causa, efeito e processo; é mais operacional e por isso facilita o levantamento de evidências empíricas; e, por fim, dispõe de explicações estruturais em detrimento das explicações conjunturais.

As privações geradas pela não detenção de propriedade ou de ativos produtivos em um sistema capitalista não são simplesmente um infeliz subproduto da busca do lucro capitalista,

são uma condição necessária para esta persecução. Isso é o que significa afirmar que os lucros capitalistas dependem da “exploração”. Isto não implica que os lucros são apenas “derivados” da exploração ou que o grau de exploração é uma das condições necessárias para os lucros em uma economia capitalista. Classes exploradoras, assim, têm interesse em impedir os explorados de adquirir os meios de subsistência, mesmo que, esta aquisição não assuma a forma de uma redistribuição da riqueza ou dos rendimentos dos capitalistas para os trabalhadores. Os interesses da classe capitalista são, portanto, opostos a programas de garantia de renda básica universal, taxas muito baixas e duradouras de desemprego, ainda que os impostos para sustentar esses programas sejam pagos inteiramente sem afetar seus próprios bolsos. Isso reflete o sentido em que a exploração capitalista gera fundamentalmente interesses antagônicos entre trabalhadores e capitalistas.

Para Wright (1994:46), a exploração de classe é definida por três principais critérios, o princípio do bem-estar interdependente inverso, o princípio de exclusão e o princípio da apropriação. Sucessivamente significam que o bem-estar material dos exploradores causalmente depende das privações materiais do explorado, ou seja, o bem-estar do explorador se dá à custa do bem-estar do explorado. A relação causal que gera o primeiro princípio envolve a exclusão assimétrica do explorado do acesso e controle sobre certos recursos produtivos importantes. Tipicamente esta exclusão é apoiada por força dos direitos de propriedade, mas em casos especiais pode não ser. O mecanismo causal que transforma esta exclusão em bem-estar diferencial envolve a apropriação dos frutos do trabalho do explorado por aqueles que controlam os recursos produtivos relevantes. Frequentemente refere-se à esta como apropriação do produto excedente. Se apenas as duas primeiras dessas condições estão reunidas, têm-se aquilo que pode ser chamado de opressão econômica, mas não a exploração. Na opressão econômica não há transferência dos frutos do trabalho dos oprimidos para os opressores. O bem-estar do opressor depende simplesmente da exclusão dos oprimidos do acesso a determinados recursos, mas não do seu esforço de trabalho. A diferença crucial entre a exploração e opressão é que, em uma relação de exploração, o explorador precisa dos explorados porque o explorador depende do esforço dos explorados.

Na opressão econômica, o bem-estar da classe opressora decorre apenas da privação material do oprimido e, ligado a isso, da sua capacidade de proteger seus próprios direitos de propriedade (FIGUEIREDO SANTOS, 2002:42). No caso da exploração, o bem-estar material e o poder econômico do explorador dependem causalmente da sua capacidade de apropriar-se dos frutos do trabalho do explorado, o que equivale a uma transferência de excedente de uma classe para outra (FIGUEIREDO SANTOS, 2002:42-43). O explorador

depende, desse modo, não meramente da privação do explorado, mas ele tem também interesse na atividade produtiva e no esforço do explorado (FIGUEIREDO SANTOS, 2002:43). Exploração, por conseguinte, não se limita a definir um conjunto de *status* de atores sociais, mas o padrão de interações em curso, estruturado por um conjunto de relações sociais que ligam entre si exploradores e explorados (WRIGHT, 1994:47). Essa combinação peculiar de antagonismo de interesses e interdependência dá à exploração o seu caráter distintivo (FIGUEIREDO SANTOS, 2002:43). A exploração define um conjunto de mecanismos que ajuda a explicar tanto a distribuição do bem-estar econômico quanto a distribuição do poder econômico (FIGUEIREDO SANTOS, 2002:43).

Subjacente tanto ao conceito de opressão quanto ao conceito de exploração está a idéia de que existem vários tipos de recursos produtivos que são importantes para o bem-estar material. Disto decorre que o bem-estar de alguém é reforçado pela exclusão de outras pessoas do acesso a estes recursos. Charles Tilly (2006a:53) elenca em um quadro uma série de recursos que deram sustentação a sistemas de desigualdade ao longo da história. O controle de metais ou minerais preciosos, por exemplo, foi em certos momentos crucial, incluindo essas situações na noção de controle sobre a terra que contém os minerais (TILLY, 2006a:52). São ainda exemplos: os meios de coerção, como armas; o próprio trabalho, particularmente o especializado e/ou coordenado de forma eficaz; animais, especialmente os domesticados para alimentação e/ou para o trabalho; instituições que mantêm o comprometimento, como seitas religiosas, sistemas de parentesco, redes patronos-clientes e diásporas comerciais; máquinas, especialmente as que elaboram a matéria bruta, produzem bens ou serviços e transportam pessoas, serviços ou informação; capital financeiro, meios transferíveis e fungíveis de adquirir direitos de propriedade; informação, especialmente a que permite a ação lucrativa, segura ou coordenada; meios que disseminam essa informação; conhecimento técnico-científico, especialmente o conhecimento que permite intervir, para o bem ou para o mal, no bem-estar humano. Quanto mais o suprimento deles é restrito e relativamente fácil de circunscrever, mais vão permitir exploração e a opressão deles decorrente. O Brasil está passando de um sistema de desigualdade baseado principalmente no controle sobre a terra para um baseado no controle sobre o capital financeiro e o conhecimento técnico-científico (TILLY, 2006a:54).

Charles Tilly contempla de uma forma diferente de Erik Wright dois importantes mecanismos geradores da desigualdade e conseqüentemente da pobreza: a exploração e a reserva de oportunidade (TILLY; 2006a:51-52). A exploração se dá quando as pessoas que controlam um recurso valioso, arregimentam e organizam o esforço de outras para produzir um valor que será em grande parte excluído da conta destas outras não controladoras – com

certeza este é o mecanismo que mais visivelmente pode ser encontrado nas obras marxianas. A reserva de oportunidade consiste em limitar um recurso produtor de valor à disposição de membros de um dado grupo. Com relação ao mecanismo de exploração, sua forma geradora e mantenedora de desigualdade e pobreza é ainda mais perniciosa quando parte destes recursos expropriados através do controle dos mesmos é utilizado para reforçar as barreiras sociais e econômicas que são erguidas para aprofundar ainda mais essa situação. Somente para esclarecer estes critérios de análise, estas categorias e mecanismos são apenas facilitadores para o estudo sobre a pobreza, o que quer dizer que as mesmas não se encontram em sua forma pura em determinada realidade, nem estão totalmente separadas. Nesta abstração se acentuam os elementos conceitualmente essenciais que servem para explicar determinadas relações (WEBER; 2003:61). Estas abstrações servem para organizar as relações cotidianas de forma mais inteligível, para que se possa revelar o aspecto qualitativo dos fatos, ordenando o pensamento de modo válido (WEBER; 2003:7).

Além dos mecanismos geradores, para a coordenação e estabilidade dos processos garantidores de privilégios, também são necessários mecanismos reprodutores, que podem até levar a uma forma ampliada de desvantagens reiteradas e de reforço das fronteiras (TILLY, 2006b:10). Um dos tipos identificáveis na fábrica do mundo social, ou seja, nas interações entre indivíduos, categorias e instituições, é a emulação. Emulação é o transplante de identidades sociais de algum âmbito de interação para outro, como por exemplo, a transposição de vantagens padronizadas dentro da família para o ambiente de trabalho, onde “ser homem” ou “ser o mais velho” garante privilégios na hora de uma tomada de decisão (por exemplo, a prioridade ou mesmo o voto qualificado) ou então uma parcela maior quando da distribuição dos resultados obtidos com a realização da atividade valorosa. Estas distinções categóricas importadas já trazem consigo significados e práticas prontamente disponíveis (TILLY, 2006b:10). Outro mecanismo reprodutor, que pode ser chamado de adaptação, é composto por uma estrutura de incentivos, mais especialmente por incentivos de curto prazo. A adaptação envolve o ajuste pelos subordinados de suas rotinas diárias para que eles realmente dependam do mecanismo gerador. Por exemplo, operários tendem a cumprir suas cotas de produção através de aumento na velocidade de produção e na colaboração, a fim de ter mais tempo para o lazer e para se socializar com os colegas de trabalho, mas fazendo este grande esforço acabam por se comprometer com as quotas impostas pela gerência (TILLY, 2006b:10). Estes incentivos garantem a continuidade do fluxo desigual, onde ao se aumentar em termos absolutos a parcela dos resultados obtidos pelo grupo em desvantagem, garante-se

além da continuidade do consentimento o aumento em termos absolutos e relativos da parcela pertencente ao grupo em vantagem.

Além destes, também é possível visualizar no mundo contemporâneo processos como hierarquização e distanciamento. O mecanismo de hierarquização gera e sustenta a desigualdade através da organização sistemática de relações de subordinação, uma estratificação dos papéis de atores sociais em uma organização formal, resultando em privilégios reiterados para aqueles que ocupam as posições mais altas na escala da estrutura (THERBORN; 2006:13). Para que a hierarquização seja institucionalizada algumas barreiras dividindo superiores e inferiores devem estar colocadas (THERBORN; 2006:13). A hierarquização também pode ser ancorada em um sistema de valores articulados, por exemplo, ordenamentos sociais pré-modernos eram frequentemente formulados e percebidos em ordem hierárquica (de *status*, ou castas) com a divisão entre intelectuais (padres, Brahmares, Mandarins, etc.), guerreiros, comerciantes e fazendeiros (THERBORN; 2006:13). Uma hierarquia similar sobrevive no mundo contemporâneo através sistemas de valores estéticos baseados no “gosto” ou “estilo”, é o que pode-se extrair do trabalho de Bourdieu (THERBORN; 2006:13).

A distanciamento pode ser explicada da seguinte maneira: dois pólos têm uma distância entre si produzida por Y correndo na frente de X – por conta de pré-condições mais favoráveis, mais treinamento, sorte ou esforço –, nenhuma interação é necessária para produzir a distância entre eles, mas Y e/ou X, assim como seus expectadores, podem achar importante e o que quer que tenha produzido a distância inicial é consolidado e ampliado por outros mecanismos (THERBORN; 2006:12). Distanciamento pode ser um processo sistêmico, em virtude dos objetivos do jogo (a definição do que constitui “vencer”), a formulação de objetivos culturais (tais como o “crescimento” ou “sucesso” ou simplesmente pelo valor da distância social) e pelo padrão de recompensa, como a lógica “o vencedor leva tudo” ou a acumulação de sucesso (THERBORN; 2006:12). Padrões de recompensa do tipo “o vencedor leva tudo” ou mesmo a cumulação de sucessos, onde o sucesso atual sempre depende do anterior e o próximo deste agora, importa sempre em uma trajetória que exclui ou dificulta em muito o acesso daqueles que falharam, mesmo que uma única vez.

Estes mecanismos, geradores e reprodutores, envolvem pares de categorias desiguais e as desigualdades assim (re)produzidas se tornam mais permanentes e eficazes na medida em que o excedente dado pela exploração, reserva de oportunidades, emulação, adaptação, etc. são empregados para manter as fronteiras que separam as categorias e as relações desiguais através destas fronteiras (TILLY; 2006a:52). Estes mecanismos podem ser cumulativos, encontrados em pares ou trios, a depender de cada contexto social. Distinções categóricas

ganham força e operaram a baixo custo quando combinadas com categorias casadas e desiguais, amplamente disponíveis, na medida em que suas fronteiras coincidem (TILLY, 2006b:10). Por exemplo, uma empresa ao contratar mulheres como trabalhadoras e homens como gerentes reforça a hierarquia organizacional com a hierarquia de gênero (TILLY, 2006b:10). Em uma ampla gama de circunstâncias a mobilidade de indivíduos ou grupos de indivíduos através das fronteiras em si não altera a produção de desigualdade, altera apenas quem se beneficia com a desigualdade (TILLY, 2006b:11). Como exemplo, enquanto diplomas universitários continuam a ser essenciais para os profissionais autônomos com ativos (advogados, engenheiros, etc.) a aquisição das credenciais por imigrantes reforça a exclusão dos não licenciados, mesmo entre os imigrantes (TILLY, 2006b:11).

Porém, para uma abordagem com foco em processos individuais a explicação se dá em outros termos. Conforme já visto em capítulos anteriores (em especial no primeiro e no terceiro) na análise através de explicações individuais os atributos e o comportamento de uma pessoa é que são responsáveis por posicioná-la dentro de uma ou mais hierarquias (TILLY, 2006b:4). Mas, as diferentes correntes diferem na explicação. Em um extremo, algumas correntes afirmam que o desempenho de uma pessoa determina onde ela encontra-se dentro desta ou daquela hierarquia. No outro extremo, assegura-se que os detentores de poder decidem quais atributos e/ou comportamentos devem ser punidos ou premiados, colocando assim as pessoas com atributos e comportamentos diferentes em distintas posições dentro de hierarquias (TILLY, 2006b:4). Mas, a maioria destas correntes reconhece que a experiência social anterior afeta intensamente os atributos e comportamentos individuais (TILLY, 2006b:5). Ainda assim, estas abordagens insistem em salientar como a desigualdade (e consequentemente a pobreza) surge do posicionamento de indivíduos de acordo com seus atributos e comportamentos. Nesta visão o emprego de atributos individuais (realização de suas capacidades, para utilizar o conceito de Sen) somados a um comportamento desejável (por exemplo, um empreendedorismo extraordinário) pode causar mobilidade ascendente para pessoas que se encontrem em posições destituídas (TILLY, 2006b:5).

A idéia se presta facilmente à noção de uma única hierarquia dentro do qual cada indivíduo tem um lugar definido (TILLY, 2006b:5). A hierarquia pode, naturalmente, arranjar os indivíduos de acordo com a renda, riqueza, poder, prestígio ou alguma combinação dessas vantagens. Esta abordagem também se articula perfeitamente com a noção de mobilidade social como um movimento de indivíduos passo a passo dentro dessa hierarquia (TILLY, 2006b:5). Uma versão muito conhecida no meio acadêmico, que aborda o problema da pobreza através do foco em processos presentes no nível individual, retrata o processo de

seleção dentro hierarquias como uma fila. O “modelo de filas” alinha os indivíduos para que eles passem por um posto de controle onde um monitor irá examiná-los, compara seus diversos atributos e comportamentos com modelos de desempenho estabelecidos, em seguida, encaminha-os a canais diferentes onde se juntam a outras pessoas que tenham atributos e comportamentos similares (TILLY, 2006b:5). Em uma fila, a inclusão ou exclusão opera com uma pessoa de cada vez, mesmo que atributos categóricos dos indivíduos como raça, gênero ou religião influenciem. A versão mais conhecida de fila emprega o modelo do capital humano (TILLY, 2006b:5). Neste cenário, o monitor é o mercado ou um de seus agentes. O monitor verifica o capital humano de cada indivíduo, então, o indivíduo é posicionado de acordo com o capital humano detectado, onde ele irá produzir um retorno líquido para o mercado, bem como para si próprio (TILLY, 2006b:5-6). Em outras versões de fila, o monitor seleciona por sexo, raça, fama, compromisso ou outros atributos, em vez de (ou além de) capital humano. Assim, o gerente de um restaurante contrata, demite, atribui, paga e promove trabalhadores com base num cronograma de preferência pessoal, mas em concorrência implícita com outros potenciais empregadores dos mesmos trabalhadores (TILLY, 2006b:6). Abordagens mais complexas com o mesmo espírito permitem a incorporação de efeitos adicionais de esforço, herança, relações sociais e aprendizagem. Cumulativamente, tal processo gera distribuições de indivíduos e posições diferindo de forma significativa nas recompensas atuais e acúmulos de recompensas passadas em função de seu relacionamento com os critérios embutidos no monitor (TILLY, 2006b:6).

A questão não é se estes processos individuais descritos pelo modelo de filas realmente existem. As empresas disputam vigorosamente os melhores alunos formandos das melhores faculdades, assim como estudantes competem por posições no alto escalão das empresas (TILLY, 2006b:6). Seletivas para companhias de dança, para grandes clubes de futebol, etc., produzem profundas divisões entre vencedores e perdedores (TILLY, 2006b:6). Exames de vestibular para boas universidades públicas no Brasil enfaticamente estabelecem uma fila. Porém, não é possível assumir a fila como um modelo geral de produção da pobreza. A fila como geradora de desigualdade e pobreza constitui um caso excepcional que só trabalha sob especiais condições institucionais.

Se a exploração e a reserva de oportunidade são os mecanismos básicos por trás da desigualdade, enquanto emulação e adaptação simplesmente reforçam esses dois mecanismos principais, pode-se dizer que o enfileiramento é simplesmente um dos vários mecanismos de diferenciação, através da qual a exploração e a reserva de oportunidade produzem seus efeitos (TILLY, 2006b:13). A fila requer condições incomuns e especiais: seleção um-por-um dos

indivíduos, em vez da incorporação coletiva de categorias; centralização do monitoramento, em vez de vários e diversos pontos de entrada; nítidos e visíveis critérios de seleção; divisões relativamente extensa, tanto entre os candidatos quanto entre as posições à serem alocadas (TILLY, 2006b:13). Embora essas condições geralmente ocorram em escolas e empresas do século XX – daí a popularidade recente do modelo de filas – elas raramente apareceram juntas na história (TILLY, 2006b:13). Elas repousam, na verdade, em uma infra-estrutura organizacional abrangente: seres humanos trabalhando em conjunto organizam a fila, o monitoramento, a alocação nos cargos e a atribuição de recompensas aos ocupantes dessas posições. No caso mais geral, a seleção coletiva (em vez de individual) ocorre, o monitoramento opera de forma dispersa e os critérios variam de situação para situação, enquanto o número de categorias e posições continua a ser limitado (TILLY, 2006b:13). Mesmo dentro das empresas capitalistas contemporâneas, o recrutamento coletivo a empregos dentro de canais marcados pela origem comum – fluxo migratório, escolaridade, raça ou etnia – ainda desempenham um papel importante na contratação (TILLY, 2006b:13). Tais práticas não estão em conformidade com modelos enfileiramento puro e simples.

A leitura de Tilly (2006b:15) leva à certeza de que é necessário desviar a atenção das preocupações convencional com filas, com a mobilidade individual, a distribuição de renda e os fluxos de pessoas ou de recursos dentro de um sistema econômico. É imperativo dirigir a atenção para os processos que produzem, reproduzem e transformam a desigualdade. A exclusão categórica de ativos produtivos e seus consequentes resultados estão no cerne da desigualdade e da pobreza. Para Tilly (2006b:15) canais categoricamente organizados, ao invés daqueles que operam em um nível puramente individual, na maioria das vezes facilitam a fuga da pobreza quando são efetivamente constituídos. Para identificar tais canais é necessário observar particularmente o uso de seis tipos de conexões: parentesco, afiliação religiosa, ligações políticas (incluindo o emprego público), economias alternativas, mobilidade profissional e investimento educacional. (Pode-se acrescentar a migração de longa distância para da lista, mas a migração substancial quase sempre opera fluxos dentro de um ou mais dos os seis tipos de canais). A mobilidade profissional e educacional pode também funcionar individualmente, embora muitas vezes envolvam o desenvolvimento patrocinado e categórico ao invés de acréscimo puramente individual. Mas os quatro primeiros envolvem mais frequentemente categorias inteiras de pessoas e suas conexões internas.

A concepção de exclusão de ativos se relaciona de maneira diferente com a apreciação da pobreza relativa ou absoluta (TILLY, 2006b:11). A exclusão produz inevitavelmente pobreza relativa para os excluídos. Mas se as pessoas excluídas irão vivenciar a pobreza

absoluta depende do grau de exclusão, da disponibilidade de recursos alternativos para os excluídos e do tamanho absoluto das ações provenientes de categorias subordinadas (TILLY, 2006b:11). Como defensores da corrente conhecida como “*trickle down*” muitas vezes argumentam, pelo menos, às vezes os mecanismos geradores de desigualdade e pobreza vão provocar um aumento na rentabilidade que beneficia os excluídos também. Nesses casos, “a maré cheia levanta todos os navios” (TILLY, 2006b:11). A exclusão produz a pobreza de forma mais direta e enfática se os recursos produtores de valor cruciais em dada sociedade afetam os meios de subsistência da maioria ou de todas as pessoas dentro da população sob análise (TILLY, 2006b:11). Em uma região essencialmente agrícola, por exemplo, acentuada diferenças no acesso à terra aumentam a probabilidade de que as famílias sem-terra vão sofrer pobreza absoluta. Da mesma forma, na medida em que uma economia baseia-se quase exclusivamente no trabalho assalariado, as categorias da população que sistematicamente não têm acesso ao emprego irão sofrer de pobreza absoluta. A exclusão social importa muito porque nega a algumas pessoas os mesmos direitos e oportunidades que são oferecidas aos outros em sua sociedade. Apenas por causa de quem eles são, alguns grupos não podem realizar o seu potencial, nem podem participar de forma igual na sociedade. A exclusão também causa a pobreza por outras duas maneiras complementares: por privar as pessoas de oportunidades disponíveis para os membros de outras categorias e na sub-utilização do potencial produtivo da economia das categorias excluídas (TILLY, 2006b:12). Estes efeitos se tornam mais poderosos na medida em que um ou alguns poucos recursos produtores de valor dominam a economia (TILLY, 2006b:12). A maioria das economias está centrada em uma limitada gama de recursos geradores de valor (TILLY, 2006b:12). Daí a maioria das economias abrigarem o potencial gerador de pobreza absoluta através da exclusão de categorias inteiras do acesso a esses recursos.

Invertendo o raciocínio, o declínio no espaço e na eficácia dos mecanismos geradores de desigualdade importa na redução da exclusão, por qualquer razão que este declínio ocorra, promovendo assim o escape individual e coletivo da pobreza (TILLY, 2006b:12). Para um determinado nível de controle, a segmentação ou a multiplicação dos recursos – como a descoberta de novas jazidas de ouro pelos garimpeiros – enfraquece a exploração e a reserva de oportunidades, reduzindo a exclusão e o empobrecimento (TILLY, 2006b:12). A ação coletiva dos membros das categorias destituídas, se for bem sucedida, induz a uma maior repartição de benefícios e, assim, enfraquece a reserva de oportunidade ou a exploração; ações coletivas relevantes variam de greves à revoluções (TILLY, 2006b:12). A descoberta ou a criação de novos recursos por membros de segmentos excluídos pode até instituir novos tipos

de exploração e de reserva de oportunidade, mas pelo menos facilita a saída destes da subordinação anterior (TILLY, 2006b:12). A subversão das fronteiras entre os privilegiados e os excluídos (por exemplo, pela ação afirmativa, em nome dos membros talentosos das minorias excluídas) enfraquece o controle sobre os recursos produtores de valor.

A teoria tem algumas extensões interessantes que também se sustentam através da noção de exclusão de ativos produtivos. Dentro de fortes sistemas de exploração, os segmentos das populações excluídas, por vezes, praticam a reserva de oportunidade e, assim, atenuam os efeitos produzidos pela exploração (TILLY, 2006b:12). Mais obviamente, segmentos da população subordinada criam nichos que excluem os outros de seus benefícios, trabalhos que pertencem apenas aos membros de um determinado sexo, etnia ou fluxo de migratório, monopólio da atividade artesanal por uma única e conectada subpopulação, as diásporas comerciais e assim por diante (TILLY, 2006b:12). Formação de nichos muitas vezes beneficia os membros da categoria, mas o fato de excluir os outros das oportunidades raramente significa uma redução no agregado da pobreza (TILLY, 2006b:12-13). Às vezes até mesmo aumenta a pobreza agregada, pois bloqueia o acesso de trabalhadores mais produtivos a nichos reservados (TILLY, 2006b:13).

Resta agora a caracterização contextualizada dos conceitos de classe, estrutura de classe e posição de classe, essenciais para a compreensão do fenômeno da pobreza no Brasil. Para tanto, serão utilizados os trabalhos do professor José Alcides Figueiredo Santos (1998, 2002, 2005, 2008, 2009, 2010) que elaborou com fundamentos da tradição marxista uma estrutura de posições de classe para o Brasil. Na tradição marxista, o conceito de classe apresenta certas propriedades essenciais. Trata-se de um conceito relacional, pois as classes são sempre definidas no âmbito das relações sociais, em particular nas relações das classes entre si; e também são antagonísticas, já que geram intrinsecamente interesses opostos. E as relações de exploração, já mencionadas acima, dão um caráter “objetivo” a esse antagonismo. Para Wright classe social representa uma forma especial de divisão social gerada pela distribuição desigual de poderes e direitos sobre os recursos produtivos relevantes de uma sociedade. O poder causal da posição de classe é exercido ao se condicionar o acesso aos recursos produtivos e ao se moldar as experiências de vida nas esferas do trabalho e do consumo. O que a pessoa tem (ativos produtivos) determina o que ela obtém (bem-estar material) e o que deve fazer para conseguir o que obtém (oportunidades, dilemas e opções). Ao moldarem as experiências no âmbito do trabalho, do consumo e as oportunidades de vida, esses dois processos primários geram efeitos de segunda ordem (padrões de saúde, atitudes etc.). Em decorrência da natureza dos poderes e direitos exercidos sobre os recursos produtivos, a

pessoa enfrenta uma estrutura de oportunidades, dilemas e compensações (*trade-offs*) ao perseguir o seu bem-estar material (esforço, lazer e consumo). Já o conceito de estrutura de classes refere-se à estrutura de relações sociais que define um conjunto de posições ocupadas por indivíduos ou famílias e que determina seus interesses de classe. Ela corresponde a uma estrutura de “lugares vazios” gerados pelas relações sociais de produção, que existe independentemente de pessoas específicas que ocupam posições determinadas. Trata-se, então, de um conjunto de posições de classe que existem independentemente das pessoas que o ocupam, mas que, todavia, determina os interesses de classe dos seus ocupantes. No que diz respeito à estrutura de classes, pode-se falar de posições vazias, população excedente absoluta e ocupantes de posições de classe. A noção de localização ou posição de classe, por sua vez, pretende definir a posição ocupada pelo indivíduo dentro das relações de classe.

Com este instrumental analítico em mãos e seguindo o parecer de Wright (1994), o problema da pobreza global deve ser dividido em dois subproblemas, a pobreza gerada dentro das relações de exploração e a pobreza gerada fora das relações de exploração. O termo subclasse, já mencionado em capítulos anteriores, é utilizado de várias maneiras. Às vezes, é utilizado de forma pejorativa, assim como o antigo conceito marxista de lumpemproletariado, outras vezes ele é utilizado mais descritivamente para designar o segmento dos pobres cujas condições de vida são particularmente desesperadoras e cujas perspectivas de melhoria estão particularmente distantes. Uma forma de dar a este conceito um estatuto teórico mais preciso é vinculá-lo aos conceitos de exploração e opressão. Assim, subclasse pode ser definida como aquela categoria que contém agentes sociais que são economicamente oprimidos, mas não são consistentemente explorados dentro de um dado sistema de classe. Quando determinados agentes sociais conseguem vender sua força de trabalho, dado a condições de baixa qualificação dessa força ou baixa produtividade e pequeno lucro do empregador, ou seja, no caso da pobreza ser gerada pela exploração, tem-se outro segmento, o dos trabalhadores pobres. Diferentes tipos de estruturas de classe tendem a ter diferentes formas de subclasse e classes de trabalhadores pobres. Mas, o entendimento da estrutura social brasileira coloca os seus próprios desafios (FIGUEIREDO SANTOS, 2005:33). Para não haver confusões é melhor adotar o conceito de exclusão de ativos com sua ampliação criativa para as categorias denominadas pelo professor José Alcides como posições de classe destituídas em substituição ao conceito de subclasse (*underclass*).

Antes de tratar especificamente deste segmento composto por posições destituídas é necessária uma exposição da classificação geral desenvolvida pelo professor José Alcides Figueiredo Santos. A classificação socioeconômica de Figueiredo Santos para o Brasil

contribui para a análise da sociedade brasileira, pois é um significativo instrumento de caracterização, descrição e explicação, nas esferas da produção, reprodução e distribuição, bem como, também na divisão estrutural da sociedade brasileira e nas suas consequências para os resultados obtidos pelas pessoas e/ou famílias (rendimentos alcançados, estado de saúde, riqueza acumulada, etc.). A abordagem sociológica baseada nas categorias de classe colabora na compreensão da configuração, do desenvolvimento e do produto das divisões socioeconômicas e suas relações com as demais formas de desigualdades duráveis que permeiam a altamente desigual sociedade brasileira (FIGUEIREDO SANTOS, 2005: 28). A sociologia brasileira ainda não apreciou de forma considerável o estudo das divisões socioeconômicas presentes no país, nem mesmo os resultados destas divisões para a população. É também necessário:

Colocar na agenda das estatísticas sociais do Brasil a construção de uma classificação socioeconômica na perspectiva sociológica de classe social, entendida como um instrumento analítico utilizado para monitorar a estrutura social, elucidar os condicionamentos que afetam o “estado social” do país e avaliar o impacto das políticas sociais e econômicas nos diferentes grupos sociais (FIGUEIREDO SANTOS, 2005:28).

A tipologia construída por Figueiredo Santos se valeu das contribuições teóricas de das classificações de Erik Olin Wright e de John Goldthorpe. Comparando-se os esquemas de classe de Erik Olin Wright e John Goldthorpe se constata que, para o primeiro, as categorias de classe são definidas em termos de poderes e direitos exercidos sobre os recursos produtivos e não de acordo com a natureza da relação de emprego e com a sua forma de regulação, como em Goldthorpe. Conforme Figueiredo Santos destaca a inclusão no esquema de Goldthorpe de classes de categorias de empregados não manuais, representa o ponto maior de discordância em relação à tipologia de classe de Wright, ao menos no que diz respeito à problemática da proletarização da estrutura de classes do capitalismo contemporâneo (FIGUEIREDO SANTOS, 2005: 32). Mas há pontos importantes em comum de ambos na construção das respectivas tipologias. Wright e Goldthorpe contemplam a importância da propriedade, do poder gerencial e da perícia e compreendem a relação capital-trabalho como definidora do eixo principal das relações de classe no capitalismo e destacam a importância das categorias sociais profissionais, gerentes e executivos, funcionários burocráticos, empregados altamente qualificados, que não se encaixam propriamente nas relações de classe polarizadas entre capitalistas e trabalhadores (FIGUEIREDO SANTOS, 2005: 32). As categorias empíricas de análise são sub-determinadas pelo modelo teórico de referência, por isso no conjunto prático

de categorias operacionais, as matrizes das estruturas de classes de ambos não destoam profundamente (FIGUEIREDO SANTOS, 2005:32).

José Alcides, assim como Wright, também assume que as relações de classe são determinadas pelos diferentes tipos de direitos e poderes sobre os recursos produtivos. Tem-se, portanto, que “a noção de relações de classe destaca os padrões estruturados de interação associados à propriedade dos recursos produtivos básicos da sociedade” (FIGUEIREDO SANTOS, 2005: 33). Baseando-se no aparato teórico de como as pessoas se encontram e se relacionam com o sistema de produção e as conseqüências destas relações de poder na estrutura do emprego, Figueiredo Santos delimitou as distinções primárias em termos de status de emprego, na qual há as categorias: empregador, auto-empregado, empregado, empregado doméstico e trabalhador excluído da produção. A categoria diferenciada de empregado doméstico justifica-se devido à especificidade do trabalho de produção de valores de uso para o âmbito domiciliar e ao seu peso na estrutura social brasileira. A extensão e as implicações das tendências excludentes contemporâneas do papel da força de trabalho no sistema de produção fundamentam a consideração da posição de trabalhador excluído e excludente (FIGUEIREDO SANTOS, 2005: 34). A teoria de classe também enfrenta o desafio de explicar a reprodução em ampla escala do auto-emprego, em países de capitalismo dependente, como o Brasil, e de entender o seu retorno nas capitalistas avançadas. Destaca-se que o auto-emprego é uma atividade frequentemente individual, crescentemente feminina, inclui tantos profissionais liberais, como os domínios associados com atividades marginais. Ao decompor a categoria de classe do auto-emprego, o mesmo considerou: dimensão de ativos de capital; controle de recursos de qualificação/perícia; recorte setorial agrícola/não-agrícola. Em relação ao auto-emprego precário, observa-se que, em partes, sua configuração ligada aos processos que tornam excedentes uma parte da população trabalhadora disponível; aos mecanismos de exclusão do controle de ativos economicamente relevantes e aos espaços intersticiais mantidos no mercado de produtos e serviços. Para Figueiredo Santos:

A especificidade da estrutura de classes no país parece materializar-se, de modo particular, na geração de uma grande heterogeneidade socioeconômica em um hipertrofiado segmento de auto-emprego e na constituição de formas exacerbadas de destituição, dentro e fora do universo do trabalho assalariado, quando não de exclusão do sistema social de produção. Esta parte formaliza as dimensões teóricas e considerações analíticas gerais que fundamentam ou orientam a construção das categorias e segmentações empíricas de classe que refletem o contexto social brasileiro (FIGUEIREDO SANTOS, 2005:33).

Entre a classe média gerencial-profissional e a classe trabalhadora proletarizada, constituem-se situações ambíguas de classe (zona de sombra), existindo nas condições concretas da estrutura social brasileira uma ordem de dominância que faz com que esses segmentados alinhem-se a uma dimensão de classe trabalhadora ampliada. Figueiredo Santos trabalhou com as seguintes questões metodológicas:

A tipologia representa uma classificação conceitual formada por um conjunto exclusivo e exaustivo de categorias, em que cada caso pertence a uma categoria (exaustividade) e nenhum caso está em mais de uma categoria (exclusividade). As categorias devem estar internamente homogêneas com respeito aos atributos relevantes e claramente separadas (e dessemelhantes) das demais categorias. Uma tipologia de posições de classe é uma classificação qualitativa, que pode ser gerada sem quantificação ou análise estatística, pois as suas células representam tipos conceituais, em vez de casos empíricos. Porém, como a tipologia representa um instrumento analítico a serviço da investigação empírica, deve-se estabelecer a correspondência entre o tipo conceitual e a sua contraparte empírica. A tipologia precisa ser o mais apropriada possível para a elaboração de narrativas causais e para o entendimento de como as posições de classe desempenham um papel mediador e/ou moderador em relação a outras variáveis e os seus efeitos são mediados e/ou moderados via determinadas variáveis específicas (FIGUEIREDO SANTOS, 2005: 34).

Para se realizar a demarcação das categorias de classe, Figueiredo Santos levou em consideração a posição na ocupação (tipologia da PNAD) ou status do emprego. Distinguiu assim as seguintes posições: empregador, empregado, trabalhador por conta própria e empregado doméstico. A transformação das categorias originais seguiu essa lógica uma vez que foram construídas em um processo de desagregação sociológica desses agrupamentos. A classificação utilizou a nova Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) – domiciliar, compatível com a Internacional Statistical Classification of Occupation (ISCO-88) aplicada pelo IBGE no Censo Demográfico de 2000 e na PNAD de 2002 em diante. Esta última opção permitiu a separação das categorias de classe de gerentes e supervisores.

A classificação socioeconômica por categorias empíricas e critérios operacionais desenvolvida por José Alcides encontra-se no Quadro 2 em Figueiredo Santos (2005:38). A classificação construída considera as seguintes situações distintas. Os proprietários de ativos relevantes de capital, capitalistas e fazendeiros. Uma categoria única de pequenos empregadores. Conta-própria com divisão setorial, agrícola (pode ser vista também como uma divisão entre controles de ativo de capital e de terra), compõe-se dos produtores que possuem acesso a terra e trabalham para si, sem contratarem o serviço de terceiros; e não agrícola, segmentado de acordo com os critérios de controle de ativos produtivos físicos e de recursos

de qualificação; há o controle de algum “capital”, materializado no estabelecimento do empreendimento ou quando não possuem propriamente estabelecimento, beneficia-se de uma ocupação qualificação. Conta-própria precário, visa delimitar de forma aproximada o grande segmento de trabalhadores por conta própria, porém destituído de ativos de capital e de recursos de qualificação, que obtém a sua sobrevivência aplicando a sua capacidade de trabalho na produção e/ou nos serviços no mercado, esta categoria permite a reflexão do grau de destituição extrema encontrada particularmente entre os trabalhadores de auto-consumo e enfatiza a condição de profunda destituição do segmento. Uma parte deste último contingente possivelmente compõe-se de formas disfarçadas ou degradadas de trabalho assalariado. Há ainda as categorias dos empregados especialistas e gerentes, empregos assalariados de classe média ou as localizações privilegiadas de apropriação. Empregados qualificados e supervisores, situações ambíguas de classe entre os assalariados, em termos de componentes de qualificação e autoridade incorporados às estruturas de trabalho, “especialistas”, “qualificados” e “trabalhadores”, revestem-se de complicações devido tanto à dimensão relativa da definição social da qualificação como à influência da estrutura de oportunidade do mercado de trabalho na especificação do valor econômico da qualificação. A construção operacional da presente classificação adotou uma solução um tanto mais “expansiva” para a categoria de especialistas e para a de gerentes. Empregados especialistas: soma de especialista mais gerente, solução operacional mais expansiva. Classe trabalhadora restrita: dois segmentos, considerando os elementos de agregação e de similaridade de condições de cada categoria no âmbito da divisão social do trabalho e do mercado de trabalho. Trabalhadores elementares: diferenciam seu segmento mais destituído em termos da natureza dos papéis e das tarefas de trabalho. Diferenças entre o trabalhador proletarizado “padrão” e o trabalhador elementar mais “destituído”. Trabalhador elementar “destituído”: supõe-se uma aproximação deste em termos de mobilidade de circulação e/ou grau de destituição econômica com as categorias de conta-própria precários e empregados domésticos.

O trabalho foi submetido ao processo de validação de constructo e se investigou o condicionamento que a esfera da desigualdade de classe exerce sobre a desigualdade de raça no Brasil (2005b). Foram abordadas as variações da distância (*gap*) racial de renda entre os brancos e não brancos através da estrutura de posições de classe. Concluiu-se que o *gap* racial de renda é mais elevado entre as posições de classe média e de modo especial entre os gerentes e os mais baixos foram encontrados entre os segmentos plenamente proletarizados da estrutura de classe e especialmente entre as categorias mais destituídas, o que confirma a expectativa da teoria marxista. Ressalta-se, mais uma vez, que a investigação de

FIGUEIREDO SANTOS foi compreendida com sucesso na validade de constructo dessa classificação socioeconômica, baseada em uma abordagem de classe social, para o estudo das divisões estruturais da sociedade brasileira e suas conseqüências para a renda das pessoas.

Como ressaltado acima, a especificidade da estrutura de classes no país é caracterizada pela geração de uma grande heterogeneidade socioeconômica em um hipertrofiado segmento de auto-emprego e na constituição de formas exacerbadas de destituição, dentro e fora do universo do trabalho assalariado, quando não de exclusão do sistema social de produção. O que resulta disto é um amplo conjunto de posições de classe destituídas, conforme revela os estudos do professor José Alcides Figueiredo Santos (2009 e 2010). A estrutura apresentada por ele nestes trabalhos é especial e diferenciada das outras construídas anteriormente (especialmente FIGUEIREDO SANTOS 2002 e 2005), isto para colocar em evidência as posições de classe destituídas. Isto é possível já que a decomposição analítica operada na estrutura de posições de classe permite construir, através de um processo de recomposição teoricamente orientado, uma representação diversa. Não se trata de uma nova tipologia, diferente das anteriores, mas de uma derivação, por recomposição, da tipologia de posições de classe. Estas posições não são apresentadas em separado porque “não teria sentido retratar de modo estanque apenas os destituídos e desaparecer com o restante da estrutura social” (FIGUEIREDO SANTOS, 2009:465).

Os dados gerados pelo estudo de 2009, que adotou tabulações especiais do autor baseadas nos micro dados da PNAD de 2006, coletados pelo IBGE, demonstram que as posições destituídas conformam um enorme agregado. Considerando-se a posição dos indivíduos o total de destituídos chega a quase trinta e oito milhões (37.769.633), o que em termos relativos significa pouco mais de quarenta por cento da população de referência (40,33%). O uso do indivíduo como unidade de análise valoriza o vínculo direto com a organização social do trabalho na compreensão dos efeitos associados à condição de classe (FIGUEIREDO SANTOS, 2009:466). Tomando a família como unidade de referência, o total de famílias destituídas chega a quase dezesseis milhões (15.984.140), o que em termos relativos dá quase trinta e cinco por cento da população de referência (34,98%). Esta diferença entre os números quando se alterna a unidade de análise deve-se ao fato de que indivíduos destituídos estão em famílias em que a pessoa de referência possui uma posição não destituída. A ênfase na família realça que este contexto influencia decisivamente os recursos disponíveis, as chances de vida e a definição dos interesses materiais das pessoas (FIGUEIREDO SANTOS, 2009:466). Dentre este agregado de posições destituídas estão o Trabalhador Elementar, o Empregado Doméstico, o Autônomo Precário, o Produtor Agrícola

Precário, O Trabalhador de Subsistência e finalmente o Trabalhador Excedente. Essas categorias retratam situações de destituição que estão associadas à natureza das tarefas de trabalho e às circunstâncias de exercício do trabalho assalariado.

Ao tratar sobre as posições de classe destituídas a idéia que unifica esse objeto é uma extensão conceitual do princípio da exclusão do controle de ativos (FIGUEIREDO SANTOS, 2010:25). A classificação socioeconômica de Figueiredo Santos incorpora critérios teóricos na constituição de categorias compondo várias áreas da estrutura social, atentas aos processos de assimetria no controle de recursos produtores de valor, dominação dentro da esfera de produção, apropriação de esforços produtores de valor e a distribuição de valor em uma economia capitalista (FIGUEIREDO SANTOS, 2010:27). As características peculiares da estrutura de classes brasileiras são o controle por parte de uma pequena minoria dos ativos de capital relevantes; as atividades não assalariadas possuidoras de ativos comportam uma importante parte do total da estrutura social; posições de gerência têm pouca densidade; a classe trabalhadora assalariada não compreende uma maioria; há um grande número de trabalhadores destituídos não inseridos em formas coletivas de trabalho ou excluído dos empregos. Essas características conferem à estrutura social do país uma grande complexidade e heterogeneidade (FIGUEIREDO SANTOS, 2010:24-25).

Seguindo a estratégia de análise contida nos trabalhos de Figueiredo Santos (2009 e 2010) foi possível construir uma tabela que utiliza as mesmas categorias, mas coloca em evidência outros fatores. As dezesseis posições de classe estão alinhadas em quatro “grandes grupos”, de cima para baixo são: posições privilegiadas de classe, controladores de pequenos ativos, classe trabalhadora não destituída e posições de classe destituídas. Segundo Figueiredo Santos (2010:30) o que delimita as posições distintas de capitalista e grande fazendeiro, pequeno empregador e autônomo com ativos é o critério teórico de propriedade enquanto ativos de capital, com suas demarcações em termos de escala e modalidade da divisão do trabalho. Na categoria de agricultores autônomos é preservada a situação diferenciada da produção agrícola de pequeno porte, onde o controle da terra existe como um ativo produtivo sem o recrutamento de trabalhadores assalariados. Autônomos especialistas, gerentes e empregados especialistas tratam-se de posições de classe-média privilegiadas, constituída por trabalho assalariado ou como atividade autônoma. Empregados qualificados e supervisores são situações ambíguas de classe, parte integrante de uma configuração mais ampla da classe trabalhadora, baseado na noção de dominação. Essa ampla classe trabalhadora engloba o conjunto de trabalhadores típicos, que ocupam uma posição claramente subordinada em termos de credenciais e autoridade na esfera do trabalho, cuja relação de trabalho preserva de

forma mais clara a interdependência assimétrica característica dos processos de opressão e exploração (FIGUEIREDO SANTOS, 2010:29). A classificação específica e qualifica o conjunto de posições destituídas constituídas dentro e fora do âmbito do trabalho assalariado (FIGUEIREDO SANTOS, 2010:29). Trabalhadores elementares e domésticos correspondem a situações de destituição existentes devido à forte depreciação econômica associada às suas tarefas e as circunstâncias de forte assimetria em que o trabalho é realizado. Os autônomos precários são privados de ativos de capital e qualificação, desenvolvem suas atividades nos interstícios dos mercados de bens e serviços. Os agrícolas precários possuem pouca ou parcelas insuficientes de terra, são produtores sem a propriedade legal ou venderam a totalidade (ou quase totalidade) da sua produção principal para um consumidor direto. O possuidor sem a propriedade legal da terra, além da incerteza que enfrenta considerando sua relação jurídica com a propriedade, trabalha principalmente em terras de menor produtividade e/ou distante dos mercados (FIGUEIREDO SANTOS, 2010:29). No Brasil, fornecer a um consumidor direto em mercados locais representa uma atividade agricultora marginal (FIGUEIREDO SANTOS, 2010:29). A classificação apresenta também um segmento que é altamente desconectado do sistema econômico existente nas zonas rurais, são os trabalhadores de subsistência. As pessoas localizadas nessa posição gastam pelo menos uma hora por semana para garantir a subsistência de algum membro da família, não têm nenhuma renda, estão engajadas em alguma atividade destinada a subsistência material direta (FIGUEIREDO SANTOS, 2010:29). Num sentido mais amplo, a categoria de trabalhadores excedentes é composta pelos desempregados. São pessoas sem trabalho que tomaram a iniciativa de procurar trabalho em algum momento durante o período de um ano (a grande maioria em um período de 30 dias), ou que estão construindo algo para uso próprio. Esta posição social, excluída do mercado de trabalho, existe em função de um processo de estruturação e reprodução socioeconômica em que é formada uma capacidade de trabalho excedente, que não tem utilidade social (FIGUEIREDO SANTOS, 2010:29).

Os indicadores selecionados nesta primeira tabela foram os recursos do domicílio, a renda familiar *per capita* e os anos de escolaridade, que refletem o estado econômico e social característico dos ocupantes de posições destituídas. A expansão da economia, do mercado de trabalho e da educação não se dá de forma homogênea, os processos de ampliação estão dissociados. Aqui não é feita a associação comum onde é estabelecida apenas uma correlação entre renda, educação e alguns bens adquiridos. Esta simples associação pela correlação, encontrada em inúmeros trabalhos, bem como no relato diário de veículos midiáticos, considera apenas como a educação pode alocar o indivíduo na estrutura hierárquica, sem

questionar a própria estrutura. Para fugir a este senso comum enganoso e ilusório é preciso proceder à análise dos dados empíricos a partir da teoria construída dentro do marxismo enquanto análise de classes e sua adaptação para o contexto nacional. Os três indicadores são então expostos a partir de uma lógica posicional de classe, ou seja, recursos do domicílio, renda e educação são aqui tomadas como bens posicionais. A assimetria no controle (ou não-controle) de ativos produtivos que é responsável pela renda resultante, a escolaridade atingida ou os recursos que guarnecem o domicílio. A pobreza incide na combinação de escassos recursos do domicílio, baixa renda familiar *per capita* e poucos anos de escolaridade completados pelos indivíduos ocupantes das posições de classe destituídas.

Tabela 1

Indicadores Selecionados das Posições de Classe Destituídas e demais Categorias.

Brasil, 2008.

Posições de classe	Recursos do domicílio (mediana)	Mediana relativa	Renda familiar <i>per capita</i>	Mediana relativa	Anos de escolaridade (mediana)	Mediana relativa
Capitalista	3,87	2,28	2300	5,54	12	1,50
Especialista autônomo	3,87	2,28	2062	4,97	15	1,87
Empregado especialista	3,58	2,10	1665	4,01	15	1,87
Gerente	3,12	1,83	1050	2,53	12	1,50
Pequeno empregador	3,12	1,83	950	2,29	11	1,37
Autônomo com ativos	2,25	1,32	555	1,34	8	1,00
Autônomo agrícola	1,04	0,61	295	0,71	4	0,50
Empregado qualificado	2,67	1,57	750	1,80	11	1,37
Supervisor	2,61	1,53	710	1,71	11	1,37
Trabalhador típico	1,86	1,09	457	1,10	10	1,25
Trabalhador elementar	0,66	0,39	263	0,63	5	0,62
Autônomo precário	1,27	0,74	357	0,86	6	0,75
Agrícola precário	0,45	0,26	195	0,47	2	0,25
Empregado doméstico	1,21	0,71	300	0,72	5	0,62
Trabalhador subsistência	0,45	0,26	199	0,48	3	0,37
Trabalhador excedente	1,25	0,73	207	0,50	9	1,12
Total das categorias	1,70	1,00	415	1,00	8	1,00

Fonte: Tabulações especiais do autor baseadas nos micro dados da PNAD de 2008.

O indicador de recursos do domicílio mensura como uma variável contínua a presença ou ausência de: propriedade do domicílio, carro, água encanada (*proxy* de padrão inferior de moradia), telefone fixo, geladeira, geladeira de duas portas, freezer, computador, telefone

celular e máquina de lavar. Foi atribuído um peso a cada item baseado no complemento da sua frequência relativa apurada em toda a amostra, de modo a aumentar o peso dos itens mais escassos. O índice de bens varia na amostra de zero a 4,7, com média 1,9 e desvio padrão 1,3. A mediana divide a distribuição ao meio e as posições destituídas estão entre os 50% mais pobres em termos de bens acumulados e renda *per capita*. O valor mediano para as posições destituídas estão sempre abaixo do valor mediano geral, ou seja, a mediana relativa está sempre abaixo de 1. Os recursos do domicílio alcançam seu valor máximo dentre os destituídos na categoria dos autônomos precários, que é de 1,27, número bem inferior em comparação com os números das posições privilegiadas (agrupamento superior na tabela). Ao apurar a mediana relativa é possível constatar que o menor valor dentre as posições privilegiadas (1,83) é maior que o dobro no número mais alto dentre as posições destituídas (0,74). O cálculo da mediana relativa permite demonstrar o grau da desvantagem em termos de recursos e bem estar a qual é submetida uma pessoa que se encontra em uma dessas categorias do agrupamento inferior. A presença de bens e recursos em casa reduz o risco de pobreza. A própria habitação é um bem que melhora a qualidade de vida, especialmente da família. Seu papel como potencializador geração de renda não é desprezível, pode se tornar um ativo produtivo para micro produtores que utilizem sua casa como estabelecimento produtivo. O acesso a recursos domiciliares, embora importantes, podem ser insuficientes e é preciso aprofundar questões relativas ao uso, qualidade, desempenho e restrições dos outros indicadores como a renda disponível e a escolaridade.

Os dados de renda disponível refletem naturalmente o padrão de consumo e bem estar material das pessoas (FIGUEIREDO SANTOS, 2010:37). A renda dos destituídos varia de 199, caso do trabalhador de subsistência, até o montante de 357 reais do autônomo precário e no geral se situa em patamar bem abaixo das demais categorias de classe. Nesse caso também a mediana relativa encontrada para as posições de classe destituídas nunca ultrapassa o valor 1. Contrastando novamente o valor mais alto dentre as posições destituídas (0,86) e o valor mais baixo dentre as posições privilegiadas (2,29) a vantagem supera as duas vezes e meia. A percentagem de destituídos que estão entre os primeiros décimos da distribuição da renda familiar *per capita* no Brasil serve para testar a equivalência entre recursos controlados e resultados realizados. Uma enorme proporção daqueles que são destituídos segundo o critério de fatores determinantes de resultados (ativos) estão entre os relativamente pobres ao se olhar para os resultados (renda). As propriedades das posições na estrutura social são relevantes para determinar as vantagens e desvantagens que são obtidas, por sua vez, de modo independente das características e dos comportamentos individuais dos seus ocupantes, existe

um efeito estrutural puro (FIGUEIREDO SANTOS, 2002:200). A renda corresponde a um pagamento pela realização de alguma atividade ou simples direito sobre a propriedade que tem por base o controle de algum ativo produtivo.

A escolaridade foi mensurada de zero a 15 anos de estudos completos. Este indicador contribui para definir o perfil social tanto do ocupante como da posição ocupada (FIGUEIREDO SANTOS, 2010:38). Com exceção do trabalhador excedente, todas as outras categorias dentro do agrupamento das posições destituídas possuem escolaridade bem distante do ensino fundamental completo (definido por 8 anos de estudos completos). O trabalhador excedente tem escolaridade mais próxima das categorias dentro do agrupamento logo acima na tabela que comporta a classe trabalhadora não destituída e sua mediana relativa é a única dentre as posições destituídas que supera o valor 1. Apesar desta qualificação diferenciada em relação aos demais destituídos, o trabalhador excedente está excluído do sistema social de produção. Esta contradição expõe significativamente a amplitude dos processos de exclusão, que atinge trabalhadores mais qualificados, assim como a escassez de posições ajustadas à maior escolaridade em particular no que se referem às coortes mais jovens. Os menores valores encontrados podem ser atribuídos àquelas categorias que se encontram em atividade no setor rural: autônomos agrícolas, agrícola destituído e trabalhador de subsistência. Isso deve-se provavelmente em particular à dificuldade de acesso à educação encarada pelos setores rurais, seja pelas longas distâncias em que se encontram as instituições de ensino formal, seja pela avaliação negativa da relação custo/benefício proporcionado pela aquisição de maior escolaridade.

Tratando especificamente das categorias destituídas desta classificação é possível identificar os mecanismos que condicionam a localização desfavorecida. Trabalhadores elementares são assalariados sujeitos à uma grande depreciação de sua força de trabalho em razão de suas tarefas rotineiras e a imensa assimetria de poderes e direitos incorporados em suas relações de emprego (FIGUEIREDO SANTOS, 2010:34). Esta categoria é a única dentre os destituído onde é possível afirmar que o mecanismo de exploração atua profundamente, provavelmente combinado com outros mecanismos que permitam a estabilização da relação – como a hierarquização em entidades com um quadro estruturado de funções. Eles formam a categoria salarial mais importante entre o grupo de destituídos, que compreende cerca de 10% do total da estrutura social brasileira e também representam a forte depreciação econômica e social do trabalho manual claramente sem as mais valorizadas habilidades comportamentais e cognitivas (FIGUEIREDO SANTOS, 2010:34). Os autônomos precários são trabalhadores sem qualificação que conduzem suas atividades de forma autônoma e sem instalações formais

de trabalho (FIGUEIREDO SANTOS, 2010:34). Embora eles ganhem a vida de forma independente, são efetivamente privados de ativos de capital e de habilidade. Estes trabalhadores sofrem da restrição de oportunidades e são também “prejudicados” pelo que foi chamado de mecanismo de distanciação. O *locus* da sua atividade econômica pode ser a casa onde mora, a casa de sua família, de seu parceiro, de seu cliente, ou o local escolhido pelo cliente, em uma estrada ou área pública. São basicamente pequenos comerciantes sem ativos, um bom exemplo amplamente difundido no país são os camelôs. Eles nem sequer exercem a sua atividade com a utilização de um veículo motorizado (táxi, van ou caminhão pequeno), são auto-empregados e não possuem recursos (FIGUEIREDO SANTOS, 2010:34). Além disso, parte desse contingente é composto de formas atípicas, degradadas ou disfarçadas de trabalho explorado pelos seus empregadores, que têm lugar no domicílio do trabalhador ou em um local externo, onde os trabalhadores são contratados por peça, comissão ou toda a tarefa a ser executada – em geral, são os chamados terceirizados. Segundo Figueiredo Santos (2010:35) a categoria de trabalhadores domésticos foi criada considerando-se a natureza não-coletiva do trabalho e da particularidade da produção de valores de uso para um lar. Constitui um importante contingente de pessoas que usam suas habilidades domésticas básicas para proporcionar a reprodução social das famílias de classes mais favorecidas. Os agricultores autônomos são trabalhadores com terra insuficiente, pouquíssima integração com o mercado ou sem a propriedade legal da terra (FIGUEIREDO SANTOS, 2010:35). Já os trabalhadores de subsistência estão domiciliados em áreas rurais e são compelidos a obter qualquer coisa, não importa o que e como, que ajude na subsistência direta de algum membro da família (FIGUEIREDO SANTOS, 2010:35). Os trabalhadores excedentes representam uma posição social “negativa”, constituída por potenciais trabalhadores sem emprego ou outros ativos básicos para a obtenção de meios para sobreviver (FIGUEIREDO SANTOS, 2010:34). Esses trabalhadores formam a segunda maior categoria entre os destituídos. A noção de desemprego estrutural reforça a idéia de se considerar o desemprego uma posição social. A existência de emprego regular pode ser considerada como um ativo básico para obtenção de meios de vida acima do nível da destituição ou sem ser dependente de subsídios do Estado (WESTERGAARD, 1995:31). Tal condição é de vital importância, como a obtenção de meios de vida depende do mercado, especialmente em um contexto econômico onde o emprego regular está cada vez mais raro (FIGUEIREDO SANTOS, 2010:34). Basicamente, todas estas posições destituídas podem ser incluídas em uma categoria de “excluídos”, todos sofrem com a exclusão de ativos, alternando entre os mecanismos que dão o “como” eles estão excluídos e porque são destituídos.

A adoção do conceito de posições de classe destituídas previne a formulação das críticas dirigidas ao conceito de subclasse (*underclass*), como aquelas que atribuem a ela a justaposição aos conceitos clássicos marxistas de lumpemproletariado e exército industrial de reserva. Estas classes destituídas são os segmentos que sofrem com os processos de exploração e opressão, estão relegados à base da estrutura social. Estas posições destituídas condizem com as categorias exploradas e oprimidas da formulação de Wright (1994), que adota a denominação de *underclass* e trabalhadores pobres; mas com a vantagem de evitar a confusão com as diversas formulações do conceito de *undeclass*.

Esta abordagem pela perspectiva sociológica de classe ampliada é importante para a compreensão mais completa do problema da pobreza no Brasil. Isto não significa dizer que as outras perspectivas aqui apresentadas tenham se enganado sobre tudo. Pelo contrário, através das contribuições delas é que foi possível trilhar o caminho até aqui. Acrescentar uma perspectiva de análise de classe para a análise da pobreza não é apenas acrescentar mais uma variável a um rol de fatores em um modelo multivariado (WRIGHT, 1994:50). Uma vez que a análise de classe da pobreza argumenta que há um número significativo de pessoas privilegiadas, com um forte interesse material positivo na manutenção da pobreza, esta perspectiva muda a forma de pensar sobre a dinâmica política em jogo (WRIGHT, 1994:50). Uma das “vantagens” sobre as outras perspectivas apresentadas se dá em razão de uma abordagem que não se preocupa em ser “bem comportada”. Aqui não há problemas em se explicitar as características abalizadas no conflito social e, por isso, processos de exploração (ou até de superexploração), exclusão, reserva de oportunidade, hierarquia, distanciação, emulação, adaptação e opressão econômicas não são encobertos.

O estado e os governos inevitavelmente se envolvem na produção, reprodução e transformação das desigualdades e da exclusão. Isso ocorre através de processos que determinam ou influenciam questões sobre o controle de ativos valiosos, a conformação dos mecanismos de exploração, reserva de oportunidade, etc., bem como sobre a disposição das fronteiras cruciais e sua correspondência com outras fronteiras, tais como gênero ou classe social (TILLY, 2006b:16). A forma mais visível das ingerências governamentais se encontra no controle e concentração dos meios de coerção. O poder estatal centraliza o domínio dos meios coercitivos (forças armadas, polícias, prisões) dentro de seu território, o que lhe dá uma enorme vantagem inicial sobre a alocação de outros recursos (TILLY, 2006b:16). Isso ocorre de forma direta quanto indireta. Diretamente, todos os governos operam sistemas de exploração e reserva de oportunidade via tributação e expropriação. Usam os meios coercivos para organizar a produção de bens coletivos. Os governos envolvem-se em guerras que

destroem recursos produtivos e, conseqüentemente, aumentam a desigualdade entre os poucos protegidos e os muitos atingidos (TILLY, 2006b:16). Governos também coordenam exploração dos recursos minerais e das fontes de água. Tributação dos rendimentos, serviço militar obrigatório e o trabalho forçado não militar funcionam como exemplos óbvios. É claro que os governantes geralmente afirmam que sua coordenação de recursos cruciais agrega tanto valor que todos se beneficiam a longo prazo, mas, as políticas variam enormemente na quantidade de valor que agregam, podendo operar como esquemas de proteção essenciais ou se prestar apenas ao benefício dos próprios governantes (TILLY, 2006b:16). Os governos praticam a reserva de oportunidades ao monopolizar recursos como o petróleo ou as jazidas de minerais preciosos e restringindo os benefícios alcançados ao privilégio apenas de um grupo dominante. De outra forma, é possível também que nos países mais pobres os empregos em escritórios governamentais ofereçam uma saída através de postos de trabalho mais seguros e lucrativos do que os encontrados no setor privado. Mais amplamente, todos os governos oferecem maior proteção jurídica e processual para os seus próprios bens e direitos – por exemplo, os direitos às terras públicas, vias fluviais e moedas nacionais – do que para a população em geral. Distinções de cidadãos e não-cidadãos igualmente estabelecem proteções desiguais para uma ampla variedade de direitos, incluindo direitos de propriedade (TILLY, 2006b:17). Essas proteções também se tratam de reserva de oportunidade. Indiretamente, mas não menos poderosamente, todos os governos resguardam a exploração e a reserva de oportunidade para seus adeptos mais importantes (TILLY, 2006b:17). Em geral, regimes autoritários apóiam pessoas e empresas pertencentes a elites muito mais restritas do que as democracias (TILLY, 2006b:17). A democracia, precisamente pelo fato de que uma grande parte da população tem algum controle sobre como o governo se comporta, acaba por conceder certo grau de proteção para as atividades da maioria da população, incluindo a busca mais democrática por lucro (TILLY, 2006b:17). Mas, historicamente, também as democracias favoreceram os direitos de propriedade das empresas e vantagens legais para as classes dominantes.

Bem antes de os sistemas de bem-estar do século 19, alguns governos estabeleceram proteções contra a fome, doenças e desastres ou contra suas piores conseqüências. Desde o século 14, os governos do Ocidente e do Oriente repetidamente intervieram para promover uma forma de atividade econômica ou outra e, assim, afetaram os padrões e a intensidade das saídas da pobreza. Para melhor ou pior, a gerência das empresas estatais sob o socialismo recorreu a séculos de experiência da intervenção governamental (VERDERY, 1996 *apud* TILLY, 2006b:17). Bem aquém do socialismo de Estado, os governos têm regularmente

protegido e regulamentado indústrias em nome de um interesse ou de outro. Cada intervenção afeta quem ganha, quem perde e quem sofre de exclusão (VERDERY, 2003 *apud* TILLY, 2006b:17-18). Desde 1800, a maioria dos países utilizou parte de seu poder para redistribuir renda de cima para baixo e criar alguma medida de segurança para os trabalhadores mais vulneráveis. Olhando para um grande número de países é possível estabelecer como a expansão econômica regularmente tem levado à formação de sistemas de redistribuição do gasto social, especialmente quando classes trabalhadoras adquirem clamor político (TILLY, 2006b:18). Desde o século 18 o aumento do imposto para fim de gastos sociais tem sido o cerne do crescimento governamental (TILLY, 2006b:18). Foi o gasto com a seguridade social e não com a defesa nacional ou com o transporte público ou a criação de empresas estatais que representou a maior parte do aumento da arrecadação e das despesas ao longo dos últimos dois séculos (LINDERT, 2004: I, 20 *apud* TILLY, 2006b:18). Mas, desde que o trabalho assalariado tornou-se central para as economias, primeiro no Ocidente e depois em todo o mundo, o gasto social redistributivo disparou (TILLY, 2006b:18). A maior parte desse aumento ocorreu recentemente, antes do século 20 os recursos dedicados à seguridade social nunca foi suficiente para socorrer as pessoas pobres, muito menos para atraí-las para longe de um emprego formal (TILLY, 2006b:18). Os críticos conservadores dizem o contrário, desafia-se a visão de que os benefícios do bem-estar ceifam a iniciativa. Aliás, os gastos sociais estabilizaram a força de trabalho e aumentaram sua capacidade produtiva e porque o fez, mesmo níveis muito elevados de despesas com a segurança social pouco ou nenhum custo líquido gera para a economia (TILLY, 2006b:18). Dessa forma, a atividade governamental produz a diminuição da pobreza agregada e algumas iniciativas políticas podem promover a superação coletiva da exclusão econômica.

Nos últimos anos, ambos, governos e organizações internacionais frequentemente têm como alvo nomeadamente as intervenções políticas para a redução da pobreza e a inclusão dos anteriormente excluídos segmentos da população em oportunidades e no desenvolvimento econômico (TILLY, 2006b:18). O foco no crescimento econômico por si só não irá atenuar a pobreza. É vital que as pessoas pobres estejam engajadas neste processo. A pobreza ocorre em diversas dimensões, muitas mais das onde ocorre a baixa renda (conforme já argumentado no primeiro capítulo). Por esta razão, Tilly (2006b:18) assevera que é necessário reconhecer um segundo pilar na luta pela redução da pobreza: empoderamento. Isso requer investimentos na saúde, na educação e na proteção social, bem como a criação de instituições que lhes permitam participar nas decisões que moldam suas vidas (STERN, 2003:xvii *apud* TILLY, 2006b:18). Sem negligenciar os programas que beneficiam a todos, deve-se concentrar em

capacitar pessoas pobres para que eles possam destruir, anular, cruzar, ou criar alternativas para os entraves categóricos que os exclui de oportunidades enriquecedoras (TILLY, 2006b:19). Isso deve ser feito atacando diretamente as barreiras.

A intervenção política direta (de partidos, movimentos, políticas e do próprio estado), obviamente, tem um papel central a desempenhar em qualquer esforço. Programas públicos existentes para reduzir a exclusão e a pobreza devem contar com uma ampla gama de investimentos em infra-estrutura, microcrédito e promoção direta de emprego (TILLY, 2006b:19). Nesses programas, instituições internacionais, incluindo o Banco Mundial, governos nacionais e organizações não-governamentais desempenham papéis significativos. Efeitos políticos sobre a superação da exclusão econômica e da pobreza devem cobrir a totalidade da série de processos geradores das desigualdades e exclusão, tais como: os recursos que promovem com maior facilidade os mecanismos geradores e estabilizadores da exclusão, as fronteiras que separam os beneficiários dos não-beneficiários, as fronteiras que coincidem com outras fronteiras socialmente construídas (etnia, gênero, religião, etc.), tudo o que inibe ou facilita a circulação através das fronteiras, o grau em que a transposição de fronteira ocorre individualmente ou coletivamente.

Charles Tilly (2006b:19-20) identifica alguns tipos bem diferentes de superação da pobreza. Ele distingue estes tipos em duas dimensões: quanta transformação dos padrões globais de desigualdade e exclusão o processo de superação implica e em que medida o processo de superação é individual ou coletivo. Os cinco tipos estilizados nomeados apenas indicam uma gama de possibilidades, sem, por qualquer meio, esgotá-las. Essas categorias são necessariamente abstratas, mas podem ser visualizadas concretamente em inúmeros processos ao redor do mundo. A *Passagem* se refere ao movimento individual através de uma fronteira pela alteração da identidade, por exemplo, a aquisição de um diploma universitário, migração com aquisição de cidadania no país de destino ou a supressão da informação sobre as origens étnicas. A *Passagem* não produz uma transformação significativa do sistema, muitas vezes até reforça a exclusão e as desigualdades existentes, confirmando o valor de credenciais exigidas e comprometendo aqueles que atravessaram com sucesso a fronteira na manutenção destas mesmas fronteiras. Na medida em que líderes em potencial são drenados para fora da categoria, de fato, a promoção da passagem individual agrava a pobreza para os membros que não obtiveram sucesso. *Cruzamento categórico de fronteira* geralmente produz mais mudanças no sistema, em parte porque o movimento de toda uma categoria para uma situação mais privilegiada estabelece um visível desafio e um precedente para outras categorias destituídas, em parte porque movimento categórico traz novas formas de cultura e novos laços

sociais na zona privilegiada. A ascensão dos imigrantes chineses nos Estados Unidos da América, do trabalho estigmatizado do século 19 à situação empreendedora e profissional do século 20 não perpetraram uma nova revolução americana, mas alteraram a ligação entre as redes de imigração chinesa e os centros americanos de riqueza (MCKEOWN, 2001 *apud* TILLY, 2006b:20). *Revoluções* continuam a ocorrer em nosso tempo. Além das revoluções ocorridas no Leste Europeu por volta de 1989, podem ser citadas na segunda metade do século 20 aquelas ocorridas no Vietnã, China, Bolívia, Cuba, Argélia, Etiópia, Angola, Moçambique, Camboja, Vietnã do Sul, Irã, Nicarágua e Granada (GOODWIN, 2001:4 *apud* TILLY, 2006b:20), podendo ser incluída também a revolução Bolivariana Venezuelana. Desde que incluam o deslocamento de uma classe dominante, revoluções ao mesmo tempo transformam os sistemas de privilégios e toda a desigualdade e produzem movimentos substanciais através das fronteiras existentes. Como a dolorosa experiência da Rússia deve nos lembrar, entretanto, as transferências revolucionárias de poder não necessariamente reduzem a pobreza entre populações inteiras. A formação de *novos canais* de mobilidade nos sistemas de desigualdade e exclusão transforma-as a longo prazo, seja por meio da vinculação das oportunidades com novos fluxos migratórios, seja pela transferência de trabalhadores provenientes da agricultura para a indústria ou para o setor de serviços, seja ao estabelecer novas cadeias clientelistas (sistemas patrão-cliente, patrono-afilhado, protetor-protégido), seja ao criar novas redes empresariais. Caso nenhum crescimento econômico significativo ocorra no processo, no entanto, novos canais produzirão uma rotatividade sem saídas em massa da pobreza (por exemplo, um fluxo de migratório pode simplesmente deslocar outro ou uma rede patrão-cliente que apenas substitui outra). Por fim, *o transbordamento do crescimento econômico* gera superação da pobreza na medida em que abre novas oportunidades econômicas para os anteriormente pobres e/ou envolve a redistribuição de novos benefícios. Aqui a mudança política ou a sua ausência faz uma tremenda diferença. De um lado, as políticas sociais redistributivas podem gerar saídas em massa da pobreza, bem como, mais crescimento econômico. De outro lado, se uma pequena elite retém o retorno do crescimento econômico a pobreza, muitas vezes, pode prevalecer ou até aumentar. É o que indicam os casos de países ricos em petróleo e politicamente autoritários (como o Sudão).

Arranjos políticos que apóiam o controle exclusivo dos recursos produtores de valor e/ou reforçam a exploração, a reserva de oportunidade, a emulação, a adaptação, etc., promovem tanto a desigualdade quanto a pobreza. Passagem, cruzamento categórico de fronteira, revolução, criação de novos canais, transbordamento do crescimento econômico, muitas vezes vão atenuar ou mesmo desconstituir os pilares da desigualdade e da pobreza.

CONCLUSÃO

A pobreza pode ser melhor abordada através da estratégia de análise de classes que utiliza o conceito de exclusão de ativos e sua ampliação criativa para a idéia de posições de classe destituídas. Foi essa a tese que se pretendeu defender ao longo do trabalho. Esta definição mostra-se superior àquelas de pobreza como baixa renda, subcultura ou deficiência de capacidade. A abordagem com base em um conceito de posições de classe destituídas não fornece explicações diretas para a variação interindividual no sucesso e fracasso ou para as mudanças e variações na distribuição global da riqueza e da renda de um país. No entanto, a teoria tem implicações diretas para a pobreza. Centrar-se na exclusão (total ou parcial) de benefícios gerados pelo controle de ativos coloca em evidência tanto o mecanismo de exploração quanto o de opressão econômica. A opressão econômica (conceito de Wright) ou reserva de oportunidades (conceito de Tilly) leva à suplementação do raciocínio acerca de posições que não estão ligadas a um emprego formal ou mesmo ao mercado de trabalho. A simples exclusão do controle de ativos leva membros de categorias subordinadas à exclusão de benefícios. Se o argumento está correto, tanto exploração quanto opressão produzem fronteiras e exclusão categórica entre os que estão dentro e os que estão fora.

Para cumprir os objetivos da agenda sociológica de discussão teórica e metodológica sobre outra lógica para definir e mensurar o fenômeno da pobreza foi adotado como suporte metateórico de toda a pesquisa o realismo crítico. Esta é uma boa saída para a fragmentação, perda do potencial explicativo e perda da relevância social que acometem as ciências sociais. A aceitação de princípios ontológicos básicos não foi arbitrária e sim baseada no acúmulo de conhecimento proporcionado pela ciência moderna. Foi preciso assumir que existe uma realidade social independente das nossas representações ou da nossa consciência dela. A realidade existe por si só e esta realidade é “conhecível”, a ciência não se esgota em si mesma, é extralinguística e tem algo a dizer para a sociedade. Resguardando claro o fato de que todo conhecimento é falível e corrigível. A noção de causalidade não foi compreendida de uma forma positivista, uma variação é sempre admitida conforme o contexto. Esta é uma idéia mais permissiva de causalidade, os efeitos foram considerados condicionais, o que pode ser demonstrado foram tendências e propensões, estabelecendo-se as conexões de sentido entre estas. O trabalho se desenvolveu dando atenção primordial ao nível interinstitucional (nacional) associado com a preocupação acerca da estrutura social, apesar de algumas das perspectivas aqui apresentadas optarem por outras combinações.

Como conclusão, ofereço uma síntese que destaca e enfatiza os argumentos principais e pontos fortes, mas também aponta limitações e questões a serem aprofundadas. A principal crítica sobre a perspectiva econômica foi sua abordagem estar fundamentalmente apoiada em uma lógica individualista que não permitiu aos seus adeptos compreender que a pobreza está institucionalizada nas formas que dão origem a grupos socialmente significativos e que têm vida própria. Dessa forma, não foi surpreendente que a economia tenha se amparado tanto na renda como o principal indicador para suas análises e ter tratado as políticas de melhoria de renda como peça central de qualquer estratégia para reduzir a pobreza. Isso apesar do consenso acadêmico e político de que a renda não permite uma análise satisfatória sobre todas as questões atinentes à pobreza. A tentativa de se desenvolver um outro indicador a partir do IDH, ou seja, o IPH (ou agora o IPM) também não é sucesso pois todo indicador comprime demais as informações e acaba por ser apenas um bom instrumento para a comparação, além é claro, da constatação de que os fundamentos conceituais do IDH em que se apóiam esses índices são muito fracos. Se os componentes desses índices (renda, alfabetização e saúde) melhoram, então talvez até seja possível declarar uma melhoria global, mas se o movimento dos componentes varia em direções opostas, isto não é possível. Como foi possível notar, não há grandes diferenças entre o tratamento da literatura estrangeira e da literatura nacional com relação à abordagem de renda da perspectiva econômica. A prevalência do paradigma da pobreza de renda deve-se ao fato de que ele é relativamente fácil de compreender e implementar, tanto para o ponto de vista analítico como do político. A concentração dos esforços no espaço da renda também é difícil de ser evitada, dada a disponibilidade comparativamente maior de estatísticas de renda em relação a outros tipos de dados. Porém, a renda ou o consumo devem ser vistos como resultantes de decisões que, em última instância, dependem das preferências do indivíduo tanto quanto de fatores que estão fora de seu controle. Por essa razão o enfoque no nível individual não é o único e nem necessariamente o melhor para o estudo do fenômeno. Renda é resultado de um complexo processo através do qual um indivíduo está relacionado à economia e à sociedade, mas, este é apenas um dos resultados da interação entre indivíduos, economia e sociedade. A crítica implícita é o fato de que a distribuição de renda é apenas uma de muitas outras distribuições que são importantes no mundo social. O paradigma da pobreza de renda ao operacionalizar seus conceitos transformando-os em variáveis que serão objeto de medida, reduz todos os outros resultados – condições de saúde, bens públicos consumidos, etc., também responsáveis pelo bem estar do indivíduo – a um único componente. A focalização no espaço da renda das estratégias de mensuração construídas nos índices H, I, HI, O ou SO transforma um problema

multidimensional em unidimensional. Os autores nacionais tratados aqui tentam resolver estes problemas incluindo outros indicadores, incorporando à análise as *basic needs*. Mas não abandonam a idéia da centralidade de renda na compreensão e conceituação de pobreza. As estratégias de mensuração baseadas na renda também impõem uma lente excessivamente abstrata, analítica e estatística sobre o problema de um mundo social tão institucionalmente estruturado em categorias, em grupos ou melhor, em classes.

Apesar de sua simplicidade e praticidade, o paradigma da pobreza de renda na sua forma atual não é suficiente para lidar com várias questões importantes que aparecem em uma definição mais geral ou uma análise mais geral da pobreza. As preocupações dos economistas com a multidimensionalidade até esta data não penetraram no *mainstream* da análise sobre a pobreza. Cada vez mais, saúde e educação são tratadas como elementos fundamentais para o bem-estar, mas tal prática é difundida lentamente e, normalmente, cada dimensão é tratada separadamente ou subsidiariamente à medida que os analistas têm a renda como base. A indisponibilidade de recursos públicos para auxiliar na eliminação de severas privações não deve obrigar os cientistas a reduzir sua compreensão da pobreza. A recomendação de uma política está condicionada à exequibilidade, mas o reconhecimento da pobreza tem de ir além. E a principal vantagem da mensuração baseada no conceito de exclusão de ativos produtivos e posições de classe destituídas é que as categorias de classe estão institucionalizadas no mercado de trabalho e desta forma são mais do que construções puramente nominais ou estatísticas. Não se tratou aqui de substituir completamente a lógica ou os levantamentos feitos no campo da economia, mas o fato é que os dados econômicos não podem ser bem interpretados sem a necessária compreensão sociológica.

A perspectiva sociológica mais clássica foi apontada como aquela em que a abordagem está baseada nos modelos de classe e nos conceitos de *underclass*, lumpemproletariado, exército industrial de reserva e na noção de pauperização. Esta perspectiva é uma das poucas que se distingue completamente das abordagens construídas sob a égide da perspectiva econômica. A ascensão dos modelos de classe foi uma distintiva reação sociológica ao individualismo tanto do “paradigma da renda” quanto de outras abordagens unidimensionais. O benefício analítico que esta perspectiva traz é o de não considerar os indivíduos como unidades isoladas umas das outras. O estruturalismo considera sim a classe, que é basicamente uma noção relacional que implica na afirmação de que a posição do indivíduo é determinada por este status vinculado ao sistema social de produção e distribuição. As pessoas pobres são identificadas como aquela parcela da população que se encontra na categoria localizada na base da estrutura social. Esta subclasse faz parte de uma mais ampla estrutura de classes,

permanentemente oprimida, tomada como desnecessária e indesejável. O pressuposto de que as classes são definidas por condições estruturais revela na verdade que as classes enfeixam essas condições estruturais (educação, renda, riqueza, saúde, etc), que estão associadas às pessoas localizadas em determinada posição. A identificação e caracterização destas classes não advêm da simples observação, mas da exploração teórica da estrutura de classes. Esta abordagem enfatiza a identificação e descrição das estruturas de classe. Ao tratar sobre os segmentos mais baixos da sociedade, os desprivilegiados, a perspectiva sociológica de classes adota o conceito de *underclass*, que foi traduzido aqui como subclasse ou classes baixas. A subclasse inclui os indivíduos precariamente ligados ao mercado de trabalho, com o mínimo nível educacional, nenhuma qualificação e conseqüente baixa remuneração. O problema estava nas pressuposições desta perspectiva. Nesta abordagem afirma-se absolutamente que as classes sociais contêm uma variedade delimitada de dotações e resultados e que existe um esquema contendo poucas classes que pode caracterizar adequadamente o espaço multidimensional. Outro pressuposto é o de que as classes são uma espécie de “*status* mestre”, ou seja, o efeito de classe é capaz de imperar sobre qualquer outra causa e superar qualquer efeito de nível individual (aqui a causalidade é positivista). A partir destes pressupostos os sociólogos amparados por esta perspectiva sociológica clássica operaram sob um modelo analítico de classes que engloba um conjunto amplamente não testado de suposições sobre a estrutura do mundo social.

Em oposição à perspectiva sociológica mais clássica, o Estruturalismo, surgiu um movimento que pode ser nomeado de Culturalismo. Para esta racionalidade culturalista as classes não são meramente constelações de condições estruturais, são também agrupamentos sociais fechados nos quais subculturas distintas emergem e passam a influir em atitudes, comportamentos ou até nas preferências dos membros da classe. Esse ramo da literatura sociológica abrange três posições principais, conforme foi possível notar no terceiro capítulo, os meios prescritos culturalmente, fins prescritos culturalmente e culturas mal-adaptadas. Através da análise do trabalho de Bourdieu e do professor Jessé Souza foi possível notar que a abordagem mais criativa e preferencial para a perspectiva culturalista é a baseada na terceira posição. Para a terceira posição, meios e fins prescritos culturalmente são formas de adaptação que servem bem aos que se beneficiam deles, porém, há aqueles que, por contraste, são mal-adaptados. Pode-se então insinuar que possivelmente há culturas de classe marcadas por este mecanismo, uma má-adaptação que propaga, através de forças estruturais, tipos de personalidade que são contra-produtivas. Estas personalidades de baixa eficácia são, todavia, uma forma de adaptação, mesmo que neste caso a adaptação seja disfuncional. Esta má

adaptação é o que caracteriza a subclasse. Esta perspectiva foi originalmente desenvolvida no âmbito da antropologia social e da etnologia, que serviam antes para descrever as condições de vida entre as minorias étnicas. Apesar do consenso entre estes analistas que o problema da pobreza seja de natureza cultural e não econômica, há um intenso desacordo sobre como exatamente normas culturais influenciam o fenômeno chamado de subclasse. Padrões culturais específicos observados entre as pessoas pobres podem ser interpretados em termos de um ajustamento a forças externas e como foco para uma compreensão da própria pobreza. Estas forças externas raramente são evidenciadas empiricamente pela perspectiva que tem por base os conceitos de subcultura de classe e má-adaptação. Os principais autores desta perspectiva culturalista e suas respectivas fundamentações teóricas, que são instrumentais na legitimação da mesma, e na qual toda a agenda de pesquisa se apóia, não se sustentam. A cultura da pobreza não é unicamente uma adaptação à série de condições objetivas impostas pela sociedade como um todo. Baixos salários, desemprego crônico, falta de estoque de alimentos em casa, escassez de dinheiro e principalmente o fato de não controlar ativos produtivos e nem manter reservas de recursos reduzem a possibilidade de uma participação efetiva no sistema econômico, o que implica em pobreza para as pessoas que se deparam com tais condições. Além disso, é possível afirmar que a perspectiva sociológica com base na análise de classes tem demonstrado resultados mais concretos em suas investigações. Por fim, nesta perspectiva culturalista as explicações estruturais sobre a pobreza não são contestadas, há simplesmente uma atenção maior sobre os mecanismos psicológicos de grupo.

A perspectiva de Amartya Sen propõe o conceito de capacidade, uma concepção da igualdade de oportunidades que destaca a liberdade substantiva que as pessoas têm para levar suas vidas. Sua visão dos propósitos humanos incorpora tanto o “ter” quanto o “fazer” e o “ser”, mas estes não são importantes em si mesmos e sim como indicadores da liberdade efetiva dos indivíduos. A pobreza para Sen é melhor vista em termos de uma deficiência de capacidade do que em termos de baixa renda, utilidade, bens sociais primários, etc. Sen afirma que toda esta construção está intimamente relacionada com o problema da distinção entre liberdade e recursos. No caso, os recursos são importantes para a liberdade e a renda é crucial para evitar a pobreza, mas recursos e liberdade não são a mesma coisa. Recursos são meios para a liberdade e um não se confunde com o outro. Assim, o objeto de investigação de Amartya Sen parece localizar-se nas condições e tipos de vida que o acesso a diferenciados meios econômicos (mas não exclusivamente econômicos) seria capaz de proporcionar. Acrescenta que a abordagem da capacidade relacionada com a satisfação de necessidades e garantia de liberdades deve ir além da análise baseada puramente em classes. Apesar de suas

críticas à perspectiva da análise de classes, seu conceito de pobreza como privação de capacidades básicas e consequente risco à vida que se tem razão para valorizar pode tranquilamente ser harmonizada com a abordagem defendida no presente trabalho. Amartya Sen é um economista liberal não ortodoxo, e sob o ponto de vista deste trabalho o problema está em sua abordagem focalizada demasiadamente no nível individual de análise ao tratar do tema da pobreza e a relação dentre desigualdade e pobreza através do conceito de capacidade. Por estar focada no indivíduo a análise não alcança a forma como a pobreza se estrutura e as próprias posições de destituição. A pobreza também não pode ser considerada um infeliz subproduto do sistema social, como pode ser notado em Wright (1994). Outro problema vislumbrado é que Amartya Sen não tem uma teoria estruturada sobre o tema, tem sim uma forma de pensar: a dimensão da capacidade. Para a perspectiva de classe ampliada é um problema não ser possível deduzir as diferenças de classe com base nas diferenças de capacidades dos indivíduos, isso é importante porque as possibilidades de os indivíduos desenvolverem suas capacidades dependem da posição de classe que ocupam, e não o contrário. Por fim, para a forma de pensar de A. Sen não está em jogo nenhuma reestruturação radical do mundo social, portanto, não é possível afirmar que o objetivo principal dele é a erradicação absoluta da pobreza, fato que, na visão deste trabalho pode ser considerada uma falha teórica e política.

Neste momento, após a revisão crítica das outras perspectivas, é hora de clarificar a posição adotada por este trabalho. O que segue é uma série de afirmações resultantes da pesquisa relatada acima. A organização da produção material cria categorias desiguais de participantes nos processos produtivos e suas recompensas. A exclusão do controle de ativos produtivos gera a desigualdade e a pobreza. As inúmeras trocas desvantajosas entre as categorias resultam em processos que levam à privação e à pobreza. O aspecto material é o único fator ao qual pode-se atribuir uma primazia causal e a classe é a categoria de maior importância explicativa. Os lucros capitalistas dependem da “exploração”, mas isso não implica que os lucros são apenas “derivados” da exploração ou que o grau de exploração é uma das condições necessárias para os lucros em uma economia capitalista. Classes exploradoras têm interesse em impedir os explorados de adquirir recursos que diminuam a sua dependência, mesmo que, esta aquisição não assuma a forma de uma redistribuição da riqueza ou dos rendimentos dos capitalistas para os trabalhadores. O bem-estar material dos exploradores causalmente depende das privações materiais do explorado, ou seja, o bem-estar do explorador se dá à custa do bem-estar do explorado. A relação causal que gera isso envolve a exclusão assimétrica do explorado do acesso e controle sobre certos recursos produtivos

importantes. Tipicamente esta exclusão é apoiada por força dos direitos de propriedade, mas em casos especiais pode não ser. O mecanismo causal que transforma esta exclusão em bem-estar diferencial envolve a apropriação dos frutos do trabalho do explorado por aqueles que controlam os recursos produtivos relevantes. Esta abordagem pela perspectiva sociológica de classe ampliada é importante para a compreensão mais abalizada teórica e empiricamente do problema da pobreza no Brasil. Isto não significa dizer que as outras perspectivas aqui apresentadas tenham se enganado sobre tudo. Pelo contrário, através das contribuições delas é que foi possível trilhar o caminho até aqui. Acrescentar uma perspectiva de análise de classe para a análise da pobreza não é apenas acrescentar mais uma visão sobre o problema. Uma vez que a perspectiva ampliada de classe argumenta que há um número significativo de pessoas privilegiadas, com um forte interesse material positivo na manutenção da pobreza esta perspectiva muda a forma de pensar sobre a dinâmica política em jogo. Essa abordagem não se preocupa em ser “bem comportada”, nem em explicitar as características baseadas no conflito social e, por isso, não se exime de expor e explicar os processos de exploração, exclusão e opressão econômicas.

É possível identificar os mecanismos que condicionam a localização desfavorecida das categorias destituídas. Trabalhadores elementares são assalariados sujeitos à uma grande depreciação de sua força de trabalho em razão de suas tarefas rotineiras e a imensa assimetria de poderes e direitos incorporados em suas relações de emprego. Esta categoria é a única dentre os destituído onde é possível afirmar que atua o mecanismo de exploração. Eles formam a categoria salarial mais importante entre o grupo de destituídos e também representam a forte depreciação econômica e social do trabalho manual. Os autônomos precários são trabalhadores sem qualificação que conduzem suas atividades de forma independente e sem instalações formais de trabalho. Embora ganhem a vida de forma autônoma, são efetivamente privados de ativos de capital e de habilidade. Estes trabalhadores sofrem da restrição de oportunidades e são também prejudicados pelo mecanismo de distanciação. Parte desse contingente é composto de formas atípicas, degradadas ou disfarçadas de trabalho explorado pelos seus empregadores, que têm lugar no domicílio do trabalhador ou em um local externo, onde os trabalhadores são contratados por peça, comissão ou toda a tarefa a ser executada. As categorias seguintes sofrem opressão econômica através da reserva de oportunidades e os demais mecanismos de estabilização (emulação, adaptação, distanciamento). A categoria de trabalhadores domésticos se caracteriza pela natureza não-coletiva do trabalho e a particularidade da produção de valores de uso para um lar. Constitui um importante contingente de pessoas que usam suas habilidades domésticas básicas para

proporcionar a reprodução social das famílias de classes mais favorecidas. Os agricultores autônomos são trabalhadores com terra insuficiente, pouquíssima integração com o mercado ou sem a propriedade legal da terra. Já os trabalhadores de subsistência estão domiciliados em áreas rurais e são compelidos a obter qualquer coisa, não importa o que e como, que ajude na subsistência direta de algum membro da família. Os trabalhadores excedentes são uma categoria basicamente constituída por potenciais trabalhadores sem emprego ou outros ativos básicos para a obtenção de meios para sobreviver. A noção de desemprego estrutural reforça a idéia de se considerar o desemprego uma posição social. Conforme é possível constatar agora ao final do trabalho a obtenção de um emprego formal pode ser considerada como um ativo básico para aquisição dos meios de existência acima do nível da destituição.

Basicamente, todas estas posições destituídas podem ser incluídas em uma categoria de “excluídos”, todos sofrem com a exclusão de ativos, alternando entre os mecanismos que dão o “como” eles estão excluídos e porque são destituídos. A adoção do conceito de posições de classe destituídas previne a formulação das críticas dirigidas ao conceito de subclasse (*underclass*), como aquelas que atribuem a ela a justaposição aos conceitos clássicos marxistas de lumpemproletariado e exército industrial de reserva. Estas classes destituídas são os segmentos que sofrem com os processos de exploração e opressão, estão relegados à base da estrutura social. Segundo o professor José Alcides Figueiredo Santos (2010) as posições destituídas no Brasil são compostas de três grandes agrupamentos. Os destituídos na esfera do mercado de trabalho, que embora demandada e socialmente útil, a capacidade de trabalho elementar que possuem é depreciada. Já os trabalhadores que acumulam certas habilidades comportamentais e cognitivas tornam-se simplesmente dispensáveis pelo padrão preponderante de desenvolvimento capitalista. Uns se tornam super explorados e outros sofrem por não encontrar um empregador que possa obter lucro da compra da sua força de trabalho. No mercado de produtos e serviços urbanos constituem-se os trabalhadores autônomos precários, desprovidos de ativos ou recursos de algum valor, cuja reprodução depende dos fluxos de renda da economia dominante que se dirigem aos espaços intersticiais do mercado de produtos e serviços. Por fim, a herança do passado latifundiário junto da modernização conservadora da agricultura brasileira que seguiu uma trajetória fortemente excludente, manteve e criou uma grande massa de destituídos no campo. Grupos poderosos e privilegiados estão dispostos a usar seu poder para manter seus privilégios, a mudança no contexto da pobreza brasileira só pode ser alcançada através de mobilização popular profunda e generalizada, uma pressão que desafie o poder das classes dominantes.

A pobreza está associada com a insuficiência na acumulação e na utilização rentável dos distintos tipos de ativos. É preciso mudar a forma como os setores desprivilegiados se relacionam com os meios de produção, os setores de atividade, as dotações de capital e sua utilização. Essa mudança de atitude é aquela da qual se espera resultados na diminuição ou eliminação da situação de pobreza. A inclusão das famílias brasileiras depende principalmente da quantidade, utilização e rentabilidade dos ativos que possuem, incluindo seus recursos, rendas e escolaridade.

O problema da pobreza no Brasil é distinto do encontrado em outros países, mas não tanto que seja necessário deixar de lado as contribuições de autores estrangeiros. A iluminação teórica de textos como os de Wright, Tilly, Grusky e Kanbur, Sen, e diversos outros foi fundamental para a construção teórica aqui desenvolvida. É claro que sem o trabalho do professor José Alcides este acúmulo provavelmente cairia no vazio. Trabalhar com a perspectiva da análise de classe para enfrentar o problema da pobreza no Brasil não é algo fácil, muito em razão da escassa literatura nacional sobre o tema. O texto de José Sérgio Leite Lopes e Rosilene Alvim (2005) já demonstra isso ao fazer uma retrospectiva da literatura sobre o tema no Brasil. Este trabalho atuou basicamente na intersecção da estrutura social com o nível interinstitucional de uma realidade profunda e complexa. É claro que as demais perspectivas talvez atendam melhor a outras intersecções, combinações da estrutura social, estrutura cultura e ator com os níveis individual, interindividual, institucional e internacional. Neste trabalho o termo pobreza foi dimensionado de uma forma mais estreita de que sua utilização em outros campos e pelo senso comum, aqui deu-se prevalência ao aspecto material (aquele que ao qual é capaz de se atribuir uma assimetria causal), deixando-se de lado aspectos culturais, afetivos, etc. Essas são apenas algumas das limitações. É necessário também uma análise empírica muito mais extensa e profunda, construindo-se análises que tragam outros indicadores e talvez uma reflexão progressiva considerando o aspecto temporal. Mas essa tarefa certamente será realizada em trabalhos futuros.

Por fim, cabe dizer ainda que a situação de exclusão é apenas parte do problema. A destituição pode ser reduzida, por reformas estruturais, mas caso a propriedade capitalista prossiga informando o sistema econômico e social, também continuarão a exploração e a opressão. As relações de classe capitalistas perpetuam formas elimináveis de sofrimento humano, restringem a liberdade, limitam a democracia, ameaçam o desenvolvimento (em especial o desenvolvimento sustentável), etc. Dito isto, porque então analisar justamente a face da exclusão e não a desigualdade? O fato é que a exclusão é a parte do problema que mais gera constrangimento moral para o sistema. É possível eliminar as formas de destituição,

mas unindo o problema da pobreza às outras considerações da perspectiva da análise de classes desde o início torna possível expor outros aspectos não tão evidentes. A simples eliminação da pobreza, particularmente em seu sentido absoluto, sem que esses outros aspectos sejam atacados, deixaria ainda em ação os perversos mecanismos que constituem a privação relativa e a desigualdade entre categorias sociais.

BIBLIOGRAFIA

- BOTTOMORE, Tom. (2001), **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- BOTTOMORE, Tom. (2001), Verbetes: “classe” e “lumpemproletariado”, *in*: BOTTOMORE, Tom. (2001), **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- BOURDIEU, Pierre. (2007), **A miséria do mundo**. Petrópolis, Vozes.
- BOURGUIGNON, François. (2006), From income to endowments: the difficult task of expanding the income poverty paradigm, *in*: GRUSKY, David; KANBUR, Ravi. (2006), **Poverty and Inequality**. California, Stanford University Press.
- BRADY, David. (2003), Rethinking the sociological measurement of poverty. **Workin Paper**. Durham, Duke University.
- BRAHAM, Peter; JAMES, Linda (eds.). (2002), **Social Differences and Divisions**. Oxford, Blackwells.
- BRANTE, Thomas. (2001) Consequências do realismo na construção de teoria sociológica. Oeiras, **Sociologia**, set., no.36, p.9-38.
- BREEN, Richard. (2005), Foundations of a neo-weberian class analysis, *in*: WRIGHT, Erik Olin (ed.). (2005), **Approaches to Class Analysis**. Cambridge, Cambridge University Press. Disponível em: <<http://www.ssc.wisc.edu/~wright/>>. Acesso em: 24/04/10.
- CROMPTON, Rosemary. (1996), The classic inheritance and its development, *in*: BRAHAM, Peter; JAMES, Linda (eds.). (2002), **Social Differences and Divisions**. Oxford, Blackwells.
- ENGELS, Friedrich. (2003), **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. São Paulo, Escala.
- FIQUEIREDO SANTOS, José Alcides. (1998), A Teoria e a Tipologia de Classe Neomarxista de Erik Olin Wright. Rio de Janeiro, **Dados**, v.41, n.2.
- FIQUEIREDO SANTOS, José Alcides. (2002), **Estrutura de Posições de Classe no Brasil**. Belo Horizonte, UFMG; Rio de Janeiro, IUPERJ.
- FIQUEIREDO SANTOS, José Alcides. (2005), Uma classificação socioeconômica para o Brasil. São Paulo, **RBCS**, v.20, n.58.
- FIQUEIREDO SANTOS, José Alcides. (2008), Classe social e desigualdade de gênero no Brasil. Rio de Janeiro, **Dados**, v.51, n.2.
- FIQUEIREDO SANTOS, José Alcides. (2009), Posições de classe destituídas no Brasil, *in*: SOUZA, Jessé. (2009), **A Ralé Brasileira: Quem é e Como Vive**. Belo Horizonte, UFMG.

- FIGUEIREDO SANTOS, José Alcides. (2010), Comprehending the Class Structure Specificity in Brazil. **South African Review of Sociology**, v.41, n.3, p.24-44.
- GACITÚA-MARIÓ, Estanislao; WOOLCOCK, Michael (orgs.). (2005), **Exclusão Social e Mobilidade no Brasil**. Brasília, Ipea.
- GERRING, John. (2001), Concepts: general criteria, *in*: **Social Science Methodology**. Cambridge, Cambridge University Press.
- GOLDTHORPE, John H. (2007), Cultural Capital: Some Critical Observations. **Sociologica**, n.2, p.1-23. Disponível em: <<http://www.sociologica.mulino.it/doi/10.2383/24755>>. Acesso em: 19/05/2010.
- GRUSKY, David; KANBUR, Ravi. (2006), **Poverty and Inequality**. California, Stanford University Press.
- HOBBSBAWN, Eric. **História do marxismo I: O marxismo no tempo de Marx**. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- HOFFMANN, Rodolfo; KAGEYAMA, Angela. (2006), Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional. Campinas, **Economia e Sociedade**, v.15, n.1.
- KANBUR, Ravi. (2002), Conceptual challenges in poverty and inequality: one development economist's perspective. **Working Paper**. New York, Cornell University.
- KELSO, William A. (1994), **Poverty and the Underclass: changing perceptions of the poor in America**. New York, New York University Press.
- KERSTENETZKY, Celia Lessa. (2000), Desigualdade e pobreza: lições de Sen. São Paulo, **RBCS**, v.15, n.42.
- LEITE LOPES, José Sergio; ALVIM, Rosilene. (2005), Pobreza e desigualdade social: enfoque das ciências sociais – particularmente da antropologia social, *in*: GACITÚA-MARIÓ, Estanislao; WOOLCOCK, Michael (orgs.). (2005), **Exclusão Social e Mobilidade no Brasil**. Brasília, Ipea.
- MARX, Karl. (2004), **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. São Paulo, Boitempo Editorial.
- MARX, Karl. (1982), Para a crítica da economia política; salário, preço e lucro; O rendimento e suas fontes: a economia vulgar, *in*: **Os Economistas: Karl Marx**. São Paulo, Abril Cultural
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. (2007), **A Ideologia Alemã**. São Paulo, Boitempo Editorial.
- MARKLUND, Staffan. (1990), Structures of modern poverty. Stockholm, **Acta Sociologica**, v.33, n.2. Disponível em: <<http://asj.sagepub.com/cgi/content/abstract/33/2/125>>. Acesso em: 21/05/2010.

- ROCHA, Sônia. (2006), **Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?**. Rio de Janeiro, Editora FGV.
- SAVAGE, Mike. (2002), Social exclusion and class analysis, *in*: BRAHAM, Peter; JAMES, Linda (eds.). (2002), **Social Differences and Divisions**. Oxford, Blackwells.
- SEN, Amartya Kumar. (2001), Poor, Relatively Speaking *in*: SUBRAMANIAN, S. (2001), **Measurement of Inequality and Poverty**. New Delhi, Oxford University Press.
- SEN, Amartya Kumar. (2006), Conceptualizing and measuring poverty, *in*: GRUSKY, David; KANBUR, Ravi. (2006), **Poverty and Inequality**. California, Stanford University Press.
- SEN, Amartya Kumar. (2008), **Desigualdade Reexaminada**. Rio de Janeiro, Record.
- SEN, Amartya Kumar. (2010), **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo, Companhia das Letras.
- SHAIKH, Anwar. (2001), Verbetes: “exército industrial de reserva” e “pauperização”, *in*: BOTTOMORE, Tom. (2001), **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- SOUZA, Jessé. (2006), **A Invisibilidade da Desigualdade Brasileira**. Belo Horizonte, UFMG.
- SOUZA, Jessé. (2009), **A Ralé Brasileira: Quem é e Como Vive**. Belo Horizonte, UFMG.
- SUBRAMANIAN, S. (2001), **Measurement of Inequality and Poverty**. New Delhi, Oxford University Press.
- TILLY, Charles. (2006a), O acesso desigual ao conhecimento científico. **Tempo Social**, v.18, n.2. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010320702006000200003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 10/05/2009.
- TILLY, Charles. (2006b), **Poverty and the Politics of Exclusion**. Background paper for World Bank Study: Moving Out of Poverty.
- THERBON, Goran (ed.). (2006), **Inequalities of the World**. London, Verso.
- VILAR, Pierre. (1983), “Marx e a história”; *in*: HOBSBAWN, Eric. **História do marxismo I: O marxismo no tempo de Marx**. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- WACQUANT, Loïc. (2004), Esclarecer o habitus. **Sociologia**, n.14, p.35-41.
- WEBER, Max. (2002), **Conceitos básicos de sociologia**. São Paulo, Centauro.
- WEBER, Max. (2003), **Ensaio sobre a teoria das ciências sociais**. São Paulo, Centauro.
- WEININGER, Eliot B. (2005), Foundations of Pierre Bourdieu class analysis, *in*: WRIGHT, Erik Olin (ed.). (2005), **Approaches to Class Analysis**. Cambridge, Cambridge University Press. Disponível em: <<http://www.ssc.wisc.edu/~wright/>>. Acesso em: 24/04/10.

WESTERGAARD, John. (1995), **Who Gets What? The Hardening of Class Inequality in the Late Twentieth Century**. Cambridge, Polity.

WRIGHT, Erik Olin; LEVINE, Andrew; SOBER, Elliott. (1993), **Reconstruindo o marxismo: ensaios sobre a explicação e teoria da história**. Petrópolis, Vozes.

WRIGHT, Erik Olin. (1994), **Interrogating Inequality**. London, Verso.

WRIGHT, Erik Olin. (1994), The class analysis of poverty, *in*: WRIGHT, Erik Olin. (1994), **Interrogating Inequality**. London, Verso.

WRIGHT, Erik Olin (ed.). (2005), **Approaches to Class Analysis**. Cambridge, Cambridge University Press. Disponível em: <<http://www.ssc.wisc.edu/~wright/>>. Acesso em: 24/04/10.

WRIGHT, Erik Olin, (2005), Foundations of a Neo-Marxist Class Analysis, *in*: WRIGHT, Erik Olin (ed.). (2005), **Approaches to Class Analysis**. Cambridge, Cambridge University Press. Disponível em: <<http://www.ssc.wisc.edu/~wright/>>. Acesso em: 24/04/10.